



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUCITÂNIA ROCHA DE ALELUIA

REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA:
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO
DE 1974 A 2008

Salvador
2009

LUCITÂNIA ROCHA DE ALELUIA

**REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA:
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO
DE 1974 A 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia de Carvalho

Salvador
2009

Ficha Catalográfica

A366r Aleluia, Lucitânia Rocha de.

Revista Baiana de Saúde Pública: produção do conhecimento científico de 1974 a 2008 / Lucitânia Rocha de Aleluia. - Salvador: L.R. de Aleluia, 2009.

180 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kátia de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação.

1. Comunicação Científica – Fontes de Informação. 2. Periódicos Científicos. I. Kátia de Carvalho. II. Título

CDU 001.8

LUCITÂNIA ROCHA DE ALELUIA

**REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA:
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO
DE 1974 A 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Salvador, 26 de agosto de 2009.

Kátia de Carvalho

Doutora em Comunicação / Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ronaldo Ribeiro Jacobina

Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Henriete Ferreira Gomes

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFBA
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Aida Varela Varela (suplente)

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

A Deus e aos espíritos de Luz.

À minha filha, Ana Júlia, por despertar em mim o sentimento materno.

A Manoel Teixeira, que apesar de algumas relutâncias entendeu o meu momento.

Aos meus pais Maria Lúcia e Antônio (*in memoriam*) que, onde estiverem, continuam a me abençoar e apoiar as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

A vida torna-se mais complexa, quando se abraça múltiplas tarefas: mãe, mulher, amiga, filha, irmã, profissional... Não satisfeita, o retorno ao estudo e a persistência permitiram a minha inserção no contexto da pesquisa.

Impossível nomear os que apoiaram a minha trajetória tardia, mas nunca impossível. Todos, de diferentes nomes, incentivaram, contribuíram, entenderam, riram e me fizeram rir, seguraram minha mão, emprestaram o ombro amigo, ouviram, leram, opinaram, normalizaram, tabularam, revisaram, formataram, corrigiram, imprimiram. Esses amigos são os que compartilharam o meu carinho, o meu sorriso, a minha eterna gratidão.

A todos do Instituto de Ciência da Informação (ICI), pela acolhida e contribuição para minha qualificação e de muitos outros que, como eu, entendem que o conhecimento precisa ser ampliado independente da função e do cargo que exerce.

À Diretoria da Escola Estadual de Saúde Pública, da SESAB, pela compreensão.

À minha orientadora, Profa. Dra. Kátia de Carvalho, pela compreensão e por compartilhar na nossa relação orientadora e orientanda, sem a qual não teria chegado ao fim desta jornada.

Ao Prof. José Tavares Neto, pelo incentivo e colaboração na minha formação e qualificação profissional.

A Telma Dantas, pela torcida, pelas palavras de estímulo, pela força e apoio.

À Profa. Lorene Pinto, pelo incentivo desde o primeiro momento em que pensei em fazer a prova de seleção para o ingresso no Mestrado.

Aos membros do Conselho Editorial da RBSP, especialmente os Professores mais próximos, Prof. José Carlos Barboza Filho, Prof. Ronaldo Jacobina, Prof. Lauro Porto.

A Maria José Bacelar Guimarães, pela amizade, vontade e prontidão na revisão, normalização e formatação do trabalho. Sem os seus olhos habilidosos, não teria o trabalho tal impacto.

A Verena Falcão, pelo apoio, amizade e colaboração nas atividades diárias, imprescindíveis para o alcance deste objetivo.

A palavra escrita é um fenômeno cultural, não da natureza, mas da civilização, da qual a cultura é a essência e o esteio.

Fernando Pessoa

ALELUIA, Lucitânia Rocha. **Revista Baiana de Saúde Pública: uma análise da produção do conhecimento científico de 1974 a 2008.** 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia de Carvalho.

RESUMO

A produção científica, na área da saúde, visa às pesquisas que geram benefícios para a população. O objetivo geral deste trabalho é descrever o papel da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), no período de 1974 a 2008, mediante abordagem de aspectos qualitativos apoiados em meios quantitativos, com o fim de acompanhar o seu percurso desde sua criação na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), para poder compreender o papel do periódico para a comunidade científica. Entre seus objetivos específicos estão: a recuperação da história da RBSP através de levantamento dos documentos oficiais pertencentes ao Centro de Documentação da SESAB no período de 1974 a 2008; a identificação das características formais da RBSP; a identificação dos artigos publicados na RBSP por áreas temáticas e de acordo com as instituições e as procedências. A metodologia adotada prevê um estudo que se caracteriza pela abordagem dedutiva, sendo a pesquisa descritiva, exploratória e documental. As informações da RBSP são desenvolvidas em dois momentos: o primeiro relativo a aspectos de forma ou extrínsecos; e o segundo, aos de conteúdo ou intrínsecos, adotando-se a classificação de áreas temáticas, criada para a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os resultados obtidos apontam para a reafirmação da Revista como veículo de informação para a área da saúde e também para sua contribuição para a produção e disseminação do conhecimento científico, cuja visibilidade está refletida nas publicações e temáticas recorrentes no período estudado. Destaca-se o investimento dos gestores da SESAB com relação à RBSP, para que o periódico viesse a integrar as maiores bases de dados referenciais da área, viabilizando a modernização da infraestrutura e atualização dos aspectos estruturais e de política editorial.

Palavras-chave: Comunicação científica. Periódico. Disseminação da informação. Comunicação técnico-científica. Políticas de saúde. Ciência e tecnologia.

ALELUIA, Lucitânia Rocha. **Revista Baiana de Saúde Pública**: uma análise da produção do conhecimento científico de 1974 a 2008. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia de Carvalho.

ABSTRACT

Scientific production in the area of health focuses on research which benefits population in general. The objective of this work is to describe the role played by RBSP (Bahian Public Health Journal) from 1974 to 2008, by approaching qualitative aspects founded on quantitative means, with the aim of covering the journal's development from the time of its creation within the realm of the Bahia Department of Health (SESAB), so as to understand its role within scientific community. More specifically, the objectives are: recovering RBSP history through survey of official documents from 1974 to 2008 in SESAB's Document Center; identifying RBSP's formal characteristics; pinpointing articles published in RBSP according to specific area of study and with reference to institution and origin. Methodology adopted in this study is that of deductive approach and of descriptive, exploratory and documental research type. Information from RBSP was grouped in two phases: the first one relates to formal and extrinsic aspects, the second to content and intrinsic issues, after the Health Virtual Library classification. Results obtained reiterate RBSP status as an information vehicle in the area of health, contributing towards production and dissemination of scientific knowledge, having its visibility reflected in the published material with recurrent themes during the period studied. SESAB's management investments in RBSP are outstanding, placing the periodical among the major reference databases in the area with a modern infrastructure and updated editorial policy and structure.

Keywords: Scientific Communication; Journal; Information Dissemination; Technical-scientific Communication. Health Policies; Science and Technology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1 – Primeiro livro impresso por Gutenberg: a Bíblia	28
2 – Modelo de comunicação científica proposto por Garvey e Griffith	39
3 – Volume de periódicos no mundo – 1700-2000	54

GRÁFICOS

1 – Fascículos publicados na RBSP por ano – década de 1970	114
2 – Artigos publicados pela RBSP – década de 1970	115
3 – Fascículos publicados na RBSP – década de 1980	116
4 – Artigos publicados pela RBSP – década de 1980	117
5 – Fascículos publicados na RBSP – década de 1990	119
6 – Artigos publicados pela RBSP – década de 1990	120
7 – Fascículos publicados na RBSP – década de 2000	121
8 – Artigos publicados pela RBSP – década de 2000	122
9 – Artigos publicados na RBSP por procedência institucional – década de 1970	134
10 – Artigos publicados na RBSP por procedência institucional – década de 1980	135
11 – Artigos publicados na RBSP por procedência institucional – década de 1990	136
12 – Artigos publicados por procedência institucional – década de 2000	138
13 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 1970	139
14 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 1980	140
15 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 1990	141
16 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 2000	142
17 – Procedência Regional de artigos publicados na RBSP – 1974-2004	143

ORGANOGRAMAS

1 – Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Estado da Bahia, 1980	74
2 – Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Estado da Bahia, 1987	76
3 – Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Estado da Bahia, 1991	78
4 – Superintendência de Educação e Comunicação em Saúde. Estado da Bahia, 1999	80
5 – Superintendência de Educação e Comunicação em Saúde. Estado da Bahia, 2002	80
6 – Superintendência de Educação e Comunicação em Saúde. Estado da Bahia, 2003	81
7 – Superintendência de Recursos Humanos da Saúde. Estado da Bahia, 2007	84

QUADROS

1 – Fontes de Informação	35
2 – Paradigmas da ciência da informação	55
3 – Objetivos específicos, capítulos métodos e variáveis	98
4 – Distribuição de volumes, fascículos e artigos por período	102
5 – Quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP – década de 1970	104
6 – Quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP – década de 1980	108
7 – Quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP – década de 1990	109
8 – Recorrência de temas na RBSP no período de 1974-2008, por ordem de importância	132

LISTA DE TABELAS

1 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 1970	114
2 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 1980	116
3 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 1990	118
4 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 2000	121
5 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 1970	124
6 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 1980	126
7 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 1990	127
8 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 2000	129

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEC = Associação Brasileira de Editores Científicos
AIDS = Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIH = Autorizações de Internações Hospitalares
AIS = Ações Integradas de Saúde
ASPO = Assessoria de Planejamento e Orçamento
BIREME = Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BVS = Biblioteca Virtual de Saúde
CAB = Centro Administrativo da Bahia
CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDI = Centro de Documentação e Informação
CEBES = Centro de Estudos Baianos em Saúde
CENDOTEC = Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica
CENDRHU = Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
CETRE = Centro de Treinamento
CI = Ciência da Informação
CIEC = Coordenação de Informação, Educação e Documentação
CIS = Centro de Informação em Saúde
CCN = Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas
CNPq = Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIN = Coordenação de Documentação e Informação
COMUT = Programa de Comutação Bibliográfica
C&T = Ciência e Tecnologia
DAC = Doenças do Aparelho Circulatório
DeCS = Descritores em Ciências da Saúde
DEPS = Diretoria de Educação Permanente
DICOD = Divisão de Comunicação e Documentação
DIAPIN = Divisão de Apoio e Instrumentalização de RH
DICOD = Divisão de Comunicação e Documentação
DICS = Diretoria de Informação e Comunicação em Saúde

DIP = Doenças Infecciosas e Parasitárias

DIRES = Diretorias Regionais de Saúde

EESP = Escola Estadual da Saúde Pública Professor Francisco Peixoto de Magalhães Netto

EFTS = Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis

EGBA = Empresa Gráfica da Bahia

EMBASE = *Chemical Abstracts Service, Excerpta Médica*

EMBRATEL = Empresa Brasileira de Telecomunicação

FAPESP = Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP = Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ = Fundação Oswaldo Cruz

FUSEB = Fundação de Saúde do Estado da Bahia

FUST = Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

HIV = Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)

IBBD = Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT = Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES = Instituições de Ensino Superior

INAMPS = Instituto Nacional de Medicina e Previdência Social

INPE = Instituto Nacional de Pesquisa

INSP = *International network for the Availability of Scientific Publications*

ISC = Instituto de Saúde Coletiva

ISEB = Instituto de Saúde do Estado da Bahia

ISSN = *International Standard Serial Number* (Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas)

ISO = *International Organization for Standardization/ Technical Committee*

JCU = James Cook University

LILACS = Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MCT = Ministério da Ciência e Tecnologia

MedIND = *Biomedical Journals from Índia*

MeSH = *Medical Subject Headings*

MPAS = Ministério de Previdência e Assistência Social

NDRHU = Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos

NOAS = Norma Operacional de Assistência à Saúde

OMS = Organização Mundial de Saúde

OJS = *Open Journal Systems*

OPAS = Organização Pan-Americana da Saúde

PAAP = Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos

PADCT = Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PBDCT = Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PBCTI = Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria

PBQP = Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PND = Plano Nacional de Desenvolvimento

PNI/PIASS = Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil

PECS = Programas de Extensão de Coberturas

PISEB = Plano de Implantação do Sistema Nacional de Saúde do Estado da Bahia

PNBU = Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias

PREV-SAÚDE = Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde

PROLER = Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PSF = Programa Saúde da Família

RBSP = Revista Baiana de Saúde Pública

RedALyC = Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe España e Portugal

RENPAAC = Rede Nacional de Computação por Pacote

RH = Recursos Humanos

RHAE = Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas

RNP = Rede Nacional de Pesquisa

PRONAN = Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SBPC = Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SciELO = *Scientific Electronic Library Online*

SEER = Sistema Eletrônico de editoração de revistas

SESAB = Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

SPSS = *Statistical Package for the Social Sciences*

ST = Saúde do Trabalhador

SUCAM = Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDS = Sistema Único Descentralizado de Saúde

SUPERH = Superintendência de Recursos Humanos da Saúde

SUPECS = Superintendência de Educação Permanente e Comunicação em Saúde

SUS = Sistema Único de Saúde

UCSAL = Universidade Católica do Salvador

UFBA = Universidade Federal da Bahia

UFORTEC = Unidade de Formação Técnica em Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONHECIMENTO CIENTÍFICO: O PAPEL DO PERIÓDICO	24
2.1	FONTES DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO	33
2.2	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA SOCIEDADE ATUAL	37
3	O PERIÓDICO E A FUNÇÃO DISSEMINADORA DA INFORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE	41
3.1	ANTECEDENTES	41
3.2	RELEVÂNCIA DO PERIÓDICO PARA A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	50
3.3	PERIÓDICO CIENTÍFICO: IMPRESSO E ELETRÔNICO	53
4	A REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA: 1974 - 2008	61
4.1	A REVISTA E SUA CRIAÇÃO	61
4.2	ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E EDITORIAIS	73
4.3	VISIBILIDADE DA REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DA SAÚDE	84
5	METODOLOGIA	90
5.1	O AMBIENTE	90
5.2	CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	91
5.3	RECURSOS METODOLÓGICOS	91
6	RESULTADOS OBTIDOS	100
6.1	PESQUISA DE CAMPO	101
6.2	Aspectos Extrínsecos ou de Forma	102
6.3	Aspectos Intrínsecos ou de Conteúdo	113
6.4	CONCLUSÕES DA PESQUISA	143
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICES	163
	ANEXOS	168

1 INTRODUÇÃO

A intenção de realizar a pesquisa na área da comunicação científica ocorre em 1998, ao iniciar-se as atividades profissionais no setor de Publicações Científicas da Divisão de Comunicação e Documentação (DICOD), da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Moviada pelo profundo desejo e curiosidade de compreender como transcorre o processo de criação e desenvolvimento da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), veículo de comunicação científica da SESAB, e conhecer as circunstâncias políticas e históricas que impulsionam a criação e institucionalização do periódico.

O interesse pelo assunto fica cada vez mais evidenciado durante a frequência aos eventos patrocinados pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), os quais possibilitam maior conhecimento, e também na realização de alguns treinamentos na área de produção editorial.

Pesquisar a vida da RBSP e sua função disseminadora ao longo da história é gratificante e sedutor, a despeito de fornecer alguns desafios. Dessa forma, desvendar a significação desse periódico para a área de saúde pública e áreas correlatas, que publica resultado de pesquisas realizadas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), para estudantes e pesquisadores de diversas comunidades científicas do País, proporciona um inesgotável potencial da investigação científica.

O tema periódico científico está estritamente ligado à história da comunicação científica e da própria evolução da ciência e só se comprova e se desenvolve quando o conhecimento científico é publicado, debatido e aprovado pelos pares (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

Consoante esses autores, a invenção da imprensa no século XV facilita a disseminação da informação, até que floresce a ciência moderna, no século XVII, quando ocorrem mudanças significativas na comunicação científica. Essas condições propiciaram o surgimento das sociedades científicas relacionadas com as áreas das ciências exatas e médicas e outras com caráter mais humanista.

Gonçalves, Ramos e Castro (2006) informam ainda que essas sociedades científicas têm como propósito, comunicar o conhecimento, compartilhando entre os membros dessas comunidades os resultados e os métodos empregados nos

experimentos realizados. Este tipo de comunicação é realizado por meio de correspondências pessoais enviadas pelos cientistas aos seus colegas, com o intuito de relatar ideias e descobertas mais recentes. O conhecimento técnico e científico é também comunicado mediante atas ou memórias produzidas após as reuniões das sociedades, que, depois de impressas, servem como fonte de consulta e referência para seus membros. Diante da crescente produção científica, surgem os primeiros periódicos científicos, considerados como principais veículos utilizados para disseminar informação e também possibilitar uma melhor comunicação entre os membros de uma comunidade científica.

A necessidade de comunicação e de transmissão do conhecimento, bem como as invenções com base em pesquisas e descobertas, leva os cientistas a criarem meios que intensificassem a troca de ideias e transferência de informações entre pares. Dessa necessidade de organizar e debater temas são criadas as primeiras sociedades científicas, destacando-se a *Royal Society of London*, em 1662 (MEADOWS, 1999).

No relato desse autor, consta que no século XVII, surgem também as cartas e boletins, visando a comunicação e a divulgação das notícias, utilizando-se os textos no formato impresso. Ressalta-se que as cartas particulares antecedem o surgimento do periódico, como meio de satisfazer a curiosidade e também conhecer as novidades do cotidiano das pessoas.

Da passagem da carta particular à carta-de-notícias, periódica e profissional, dois elementos exercem decisiva influência, o papel e o correio. As pessoas habitam-se a publicação de cartas de personalidades conhecidas, com as cartas de Voltaire e de M. Sevigné. Com relação a América do Sul, também são as cartas que transmitem notícias sobre os descobrimentos marítimos, contribuindo para a disseminação do conhecimento náutico relevante para a época (RIZZINI, 1977).

Desse movimento surge, segundo Meadows (1999), a necessidade de reunir as cartas mais importantes em um único volume, facilitando a distribuição e reduzindo os gastos de impressão.

Séculos se passam e o desenvolvimento da ciência prossegue cada vez mais dependente da comunicação científica. A maturidade do conhecimento científico revela-se com a necessidade da divulgação dos resultados das pesquisas e do processo de revisão pelos pares, considerado como selo de garantia de qualidade do conhecimento científico.

Para Ziman (1979, p. 116), tão importante quanto o embrião que origina a ideia da pesquisa é a forma como a literatura sobre um determinado tema dissemina os primeiros resultados apresentados à comunidade científica. A comunicação científica, portanto, representa a essência do conhecimento científico, sendo “[...] tão vital quanto a própria pesquisa [...]” (MEADOWS, 1999, p. vii). É natural, pois, que a comunicação científica se configure como um tópico bastante explorado e discutido no âmbito da Ciência da Informação.

Dentre as atividades associadas à disseminação da informação científicas, foco de interesse do presente estudo, Miranda e Pereira (1996) destacam aquelas que conferem a projeção necessária para a visibilidade, tanto do produto quanto dos produtores, no meio social no qual estão inseridos. A função da disseminação do conhecimento científico é fundamental para a sua preservação e para a evolução da ciência em si, já que os cientistas, uma vez informados, são capazes de desenvolver novas pesquisas que corroborem ou refutem resultados de ensaios anteriores. Além disso, a confiabilidade das informações pode ser aferida com base na crítica e nas citações de outros autores.

O periódico científico desempenha um papel de fundamental importância no processo de comunicação científica, constituindo-se uma das principais fontes para a organização e veiculação de novos conhecimentos. Por esse motivo, para Dias (2008), o periódico é considerado por muitos como o arquivo oficial da comunidade científica, já que a avaliação e críticas prévias, feitas por editores e bancas de especialistas aos textos submetidos à publicação, conferem ao periódico uma base mais sólida para a ciência. Além disso, segundo Barbalho (2005, p. 126): “[...] trata-se de um veículo de divulgação que reúne diversas autorias, é publicado em intervalos determinados de tempo e apresenta, de forma condensada, os conhecimentos recém-gerados, dando-lhes visibilidade no meio acadêmico e científico.”

O periódico científico, por seu relevante papel na comunicação científica, tem sido objeto de estudo, especialmente sobre metodologias de avaliação. O propósito deste estudo é resgatar a Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), veículo de comunicação científica da Secretaria da Saúde do Estado (SESAB), no período de 1974, quando é criada, a 2008. Criada em 1974, como órgão oficial da Secretaria Estadual de Saúde, a RBSP resgata a importância daquele momento por permitir aos alunos e docentes da pós-graduação recém-implantada na Bahia, reflexões no campo da saúde pública.

No decorrer desses trinta e quatro anos, a RBSP percorre caminhos diversos, permitindo que cada momento da sua história seja importante e decisivo para sua permanência dentro da SESAB. Nesse percurso tem passado por processos de estruturação de sua forma e composição do Conselho Editorial, assim como de atualização do seu regimento e de suas atividades, em diferentes contextos político-institucionais. Nesta perspectiva torna-se imprescindível investigar os elementos constitutivos que originaram sua criação, que contemple os diversos momentos de sua existência.

Outro fator importante é evidenciar o caráter desse periódico para a área de saúde pública e áreas correlatas, que publica resultado de pesquisas realizadas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), para estudantes e pesquisadores de diversas comunidades científicas do País. Vale ressaltar que a RBSP é a única revista no norte/nordeste nesta categoria, e desempenha grande papel disseminador do conhecimento científico no estado da Bahia.

A natureza desta pesquisa, no campo da ciência da informação, em que se pretende investigar a criação da RBSP, localizada dentro de uma estrutura institucional, tem embasamento teórico focado nos marcos históricos das políticas de circulação e controle da informação no Brasil, a importância da comunicação nos processos de disseminação da informação e do conhecimento e a Comunicação Científica, contribuindo para a comunidade científica, como também para a área da Ciência da Informação.

A pesquisa ganha ainda maior importância por ser este um periódico da área da Ciência da Saúde, portanto, uma ciência considerada antiga. Analisar a literatura publicada desse periódico permite traçar o caminho das atividades de parte da produção desse conhecimento, contribuindo para a criação de parâmetros de avaliação e retroalimentação dessa produção. Com base na constatação de sua viabilidade como tema de pesquisa científica, busca-se, na Ciência da Informação, o aporte teórico para sua realização.

Ressalta-se a importância do Curso de Mestrado em Ciência da Informação que amplia a visão, os conhecimentos e conceitos fundamentais, ao tempo em que reforça a motivação para a realização da pesquisa. A amplitude de conhecimentos e da informação proporciona o embasamento teórico adquirido em sala de aula do programa da Pós-Graduação, fundamentando novos conhecimentos e intensificando

o intercâmbio de ideias, mediante a convivência entre docentes e discentes em que sucessivas formas de sociabilidade redimensionam papéis sociais.

Os periódicos, desde seus primórdios, são importantes canais de publicação de notícias científicas. No século XIX, expandem-se e especializam-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam a estes o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta (MIRANDA, 1996).

No século XX, os periódicos científicos são reconhecidos como veículos da ciência moderna, para disseminar o conhecimento científico. São considerados fontes de informação próprias para disseminar a produção do conhecimento científico e, com isso, as coleções de periódicos passam a assegurar a atualização das atividades de pesquisa no mundo (CARVALHO, 2006).

A primeira revista científica da área da saúde é publicada no Brasil em 1827, pelo médico francês Dr. José Francisco Xavier Sigaud, radicado no país. Em 1862, surge a revista *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e, em 1866, a *Gazeta Médica da Bahia*. Em 1917, a *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, atualmente *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, é a primeira a abranger todas as áreas da ciência. “A evolução das revistas nos três últimos séculos foi certamente influenciada pelas transformações tecnológicas e pelo crescimento da comunidade científica.” (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p. 168).

Estudos sobre periódicos científicos retratam aspectos diversos, conforme os objetivos que se almejam. Alguns se referem ao periódico de maneira geral, tais como os estudos que relatam o aparecimento e o desenvolvimento do periódico científico como meio de comunicação científica, ou focalizam o periódico em contraposição a outros meios de comunicação científica. Outros estudos interessam-se por sua avaliação, tendo como premissa a sua representatividade na ciência e como unidade de estudo os próprios periódicos, ou retratam o impacto e a visibilidade das revistas científicas.

Dentre os inúmeros periódicos existentes nos mais diferentes campos do conhecimento, a *Revista Baiana de Saúde Pública* da SESAB dedica-se a publicar contribuições sobre aspectos relacionados aos problemas de saúde da população e a organização dos serviços e sistemas de saúde e áreas correlatas.

O ponto de partida da pesquisa relaciona-se com a necessidade de investigar os elementos constitutivos, a criação da Revista Baiana de Saúde Pública, as circunstâncias históricas da Bahia e da área da Ciência e Tecnologia, no âmbito local e nacional, além das decisões políticas e institucionais que propiciam sua implementação dentro de uma instituição da Secretaria Estadual da Saúde.

Esta pesquisa contempla o seguinte objetivo geral: descrever o papel da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), no período de 1974 a 2008, mediante abordagem de aspectos qualitativos apoiados em meios quantitativos, com o fim de acompanhar o seu percurso desde a sua criação na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), para poder compreender o papel do periódico para a comunidade científica.

O estudo tem como objetivos específicos: recuperar a história da RBSP mediante levantamento dos documentos oficiais pertencentes ao Centro de Documentação da SESAB no período de 1974 a 2008; identificar as características formais da RBSP; identificar os artigos publicados na RBSP por áreas temáticas e de acordo com as instituições e as procedências.

A metodologia adotada contempla um estudo que se caracteriza pela abordagem dedutiva, sendo a pesquisa definida como descritiva, exploratória e documental com procedimento histórico. Este tipo de pesquisa, neste caso, procura resgatar o desenvolvimento da informação na área da saúde, por meio dos artigos disseminados no periódico *Revista Baiana de Saúde Pública* (RBSP), contextualizando as diferentes décadas e o seu papel. Traçou-se o recorte temporal, no período de 1974, ano de sua criação, até o ano de 2008, perfazendo 34 anos de existência. O lócus da pesquisa é a Escola Estadual de Saúde Pública da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, onde está localizada a estrutura física da RBSP.

A pesquisa é desenvolvida em dois momentos: o primeiro envolve aspectos de forma ou extrínsecos; e o segundo, aspectos de conteúdo ou intrínsecos. O primeiro momento envolve aspectos formais — são descritas as seções, resumos, descritores (se incluídos ou não), editores, comitês editoriais, avaliadores, datas de aceitação dos trabalhos, normas editoriais, periodicidade, ISSN, legendas, paginação, publicidade, tiragem, detalhes de capa, e indexação. O segundo momento abrange os aspectos de conteúdo previamente selecionados, com base nos cabeçalhos de assuntos existentes. Adota-se a classificação de áreas temáticas criada para a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

Os pressupostos estabelecidos para a verificação de informação buscam compreender se o processo de institucionalização da Revista Baiana de Saúde Pública deve-se a antiga pretensão dos profissionais da SESAB, que envidam esforços para elevar os níveis de saúde da população do Estado; a políticas públicas em relação a C&T e à presença das universidades na Bahia, especificamente a Universidade Federal da Bahia e a Escola Bahiana de Medicina, produtoras de conhecimento científico, que influenciam na criação da Revista Baiana de Saúde Pública; a mudanças na apresentação gráfica da revista (*lay-out*), dando-lhe visibilidade e tornando-a mais atraente para o público, como também para os autores que almejam publicar seus resultados de pesquisa, aumentando a sua produção.

Diante da exposição do tema abordado, que é relevante para a sociedade, principalmente para o estado da Bahia, percebe-se a importância da pesquisa, principalmente no que concerne à contribuição de estudos científicos nacionais a respeito do tema, uma vez que é verificado um crescente aumento na literatura que trata da disseminação da informação técnico-científica.

O tema tem como um dos principais canais formais de disseminação da ciência o periódico *Revista Baiana de Saúde Pública*, publicado na Bahia desde 1974, circulando até os dias atuais. O objeto de estudo contempla os anos de 1974 a 2008, retrata a história do periódico em sua forma impressa tradicional, mesmo com o aparecimento e a ascensão do periódico eletrônico a partir dos anos 1980. Pretende-se, entretanto, dar continuidade posteriormente.

O trabalho encontra-se organizado em sete capítulos, apêndices e anexos, conforme as necessidades de disposição operacional requeridas pela pesquisa.

O Capítulo 1, *Introdução*, apresenta o contexto no qual a pesquisa se insere, os problemas que motivaram o estudo, justifica a pesquisa, expõe os objetivos (geral e específicos), a metodologia e os recursos metodológicos, aponta os caminhos para os pressupostos teóricos que embasam o desenvolvimento do estudo, estabelecendo o entendimento de outros pesquisadores sobre o tema e figurando a Revista Baiana de Saúde Pública nesse contexto.

O Capítulo 2, intitulado *Conceitos Fundamentais*, apresenta a revisão da literatura sobre os tópicos considerados relevantes como suportes teóricos para o estudo e possuem relação com o problema da pesquisa. São eles: Ciência e Comunicação, o advento da Comunicação Científica. Revisa os assuntos essenciais

ao tema, buscando referenciais teóricos para o desenvolvimento do estudo, o papel e a função de periódico científico, a inclusão da informação científica e tecnológica nas políticas públicas nacionais.

O Capítulo 3, com o título *Periódico e a Função Disseminadora da Informação na Área da Saúde*, aborda questões relativas ao surgimento do periódico, sendo a revista científica o marco da constituição da estrutura da comunicação científica, do surgimento das Sociedades Científicas, ao aparecimento dos primeiros periódicos científicos e aos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos.

No Capítulo 4, *Revista Baiana de Saúde Pública: sua Relevância para a Área da Saúde*, discorre-se sobre a criação da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP) como órgão oficial da Secretaria Estadual de Saúde, os objetivos precípuos, a trajetória desse periódico, bem como as políticas públicas do setor saúde e da ciência e tecnologia que contribuem para sua existência e permanência dentro da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, a Administração e Política Editorial e a visibilidade e disseminação da informação.

O Capítulo 5, intitulado *Metodologia*, discute questões relativas ao ambiente da pesquisa, aos recursos metodológicos: caracterização do tipo da pesquisa, universo estudado e critérios para a seleção da amostra, detalha os procedimentos adotados para o levantamento de dados

O Capítulo 6 informa os resultados obtidos com a análise dos dados e expõe as conclusões da pesquisa.

O Capítulo 7, *Considerações Finais*, discute os aspectos mais relevantes da pesquisa e apresenta sugestões para estudos futuros.

2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO: O PAPEL DO PERIÓDICO

O progresso da ciência está fortemente alicerçado no desenvolvimento de pesquisas e na sua comunicação para os outros pesquisadores. É com base nestas atividades, nas novas descobertas e questionamentos provenientes do ato de pesquisar e comunicar que a ciência formula e reformula os conceitos e as teorias vigentes. As funções de informar e comunicar têm se transformado em atividades marcadas pela facilidade e rapidez, alimentando o velho sonho da humanidade de exercer o controle sobre o saber. A tarefa crítica, no entanto, nem sempre pode ser exercida a contento pelo acúmulo da massa documentária disponível (SILVEIRA, 2005).

Para Stumpf (2000), comunicar a ciência é transferir conhecimentos gerados pela investigação científica. Nesse processo, a informação veiculada assume a condição de fonte de informação para estimular outras pesquisas e processar novas informações entre os cientistas.

O histórico do processo de comunicação da informação no contexto científico e tecnológico, segundo Meadows (1999), tem origem na Grécia Antiga, sendo a Academia (Escola Filosófica de Platão) o primeiro ambiente destinado à disseminação (oral) das reflexões sobre o mundo. Já a tradição da escrita descende dos discursos de Aristóteles, registrados em manuscritos, hábito que influenciou a cultura árabe e, posteriormente, a Europa ocidental.

Desde a Grécia, utilizam-se as duas formas de comunicação: oral e escrita. A comunicação informal, através da fala, é muito utilizada na antiguidade, nos debates e discussões filosóficas que ocorrem na Academia, nos arredores de Atenas, nos séculos V e IV a.C. Com relação à pesquisa comunicada na forma escrita, têm-se como percussores esses povos, cujos manuscritos “[...] precariamente conservados copiados repetidas vezes influencia primeiro a cultura árabe e depois a Europa Ocidental” (MEADOWS, 1999, p. 3).

Para Eisenstein (1998), a cultura do manuscrito é sem consistência, irregular e multiforme. As condições existentes nas proximidades das livrarias em Roma, na Biblioteca de Alexandria ou nos mosteiros e cidades universitárias medievais permitem à elite letrada desenvolver uma cultura livresca, relativamente sofisticada.

Acrescenta ainda que, fora dos centros especiais transitórios, a rede da cultura manuscrita apresenta-se frágil. Desse modo, as elites letradas confiam na eficiência da transmissão oral.

Meadows (1999) salienta que a biblioteca de Alexandria, criada no século III a.C. pelo general Alexandre III, possuía um dos mais representativos acervos da antiguidade, desperta o interesse humano e se consagra como um marco histórico do registro do pensamento humano. Essa biblioteca é um exemplo bem sucedido na antiguidade; suas coleções representam o símbolo da liberdade de expressão e de compromisso com a memória social daquele período.

A produção bibliográfica, segundo Weitzel (2002), depende exclusivamente do monopólio da reprodução do conhecimento pelos monges; a seleção dos títulos a serem copiados, refletia a lógica cristã sobre as escolhas do que se deve ser ou não colecionado.

A partir do século XII, o surgimento das cidades e universidades denota o início da vida gregária. Desde a Idade Média ocorrem mudanças simultâneas em toda a Europa. As universidades surgem, seguindo o modelo de Bolonha, em Paris, entre elas as de Oxford, Salamanca, Nápoles, dentre outras (BURKE, 2003).

Price (1976) afirma que até 1460 ocorre um crescimento acelerado do número de instituições, em decorrência dos avanços nos meios de impressão, e a cada 100 anos esse número dobra. A partir de 1400 ocorrem avanços nos métodos de impressão e, como consequência dos avanços tecnológicos, o número de publicações cresce consideravelmente. Entre 1460 e 1610 assiste-se a uma transição das universidades medievais para uma nova forma de universidade.

Com esse constante crescimento do número de universidades, forma-se uma rede que se estende de Coimbra à Cracóvia, em que se permite a transferência de alunos de uma instituição para outra. Cabe a essas instituições a transmissão do conhecimento e não a produção. Os professores limitam-se a expor as posições de autoridades reconhecidas, a exemplo de Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino e outros. Esse crescimento decorre do fato de as instituições de ensino serem entidades formadoras e de transmissão do conhecimento, privilegiando a formação humanística (BURKE, 2003).

As disciplinas estudadas são fixas e compõem sete artes liberais, divididas em dois blocos: *trivium*, que desenvolve um conteúdo mais elementar e trata da linguagem — gramática, lógica e retórica; *quadrivium*, um estágio de conhecimento

mais avançado voltado para os números — aritmética, geometria, astronomia e música. Concluindo esses blocos, o aluno segue para um dos três cursos de pós-graduação: Teologia, Medicina e Direito (ROSA, 2005).

A cultura medieval, cujos princípios as universidades partilham, alcança sua perfeição no século XIII, com a doutrina de São Tomás de Aquino. Para Lauand (2008), a Universidade de Paris considera-se herdeira da Academia de Atenas. Na época de Tomás de Aquino, ela domina o panorama intelectual do Ocidente; professores importantes, oposicionistas radicais e estudantes vindos de todos os lugares pertencem a esta instituição. Em decorrência desses fatores, todas as novidades e questões que se discutem encontram ressonância universal. É nesse ambiente promissor e privilegiado que Tomás de Aquino desenvolve o melhor de sua obra e de sua docência e enfrenta as mais duras batalhas intelectuais.

Nessa época, as universidades desenvolvem-se ancoradas na Igreja e voltadas para a Teologia e a Filosofia, em decorrência do renascimento intelectual iniciado no século XI. Os estudantes migram por toda a Europa em busca de uma escola que lhes interesse e são acolhidos em colégios que funcionam como albergues. Antes do surgimento dos modernos Estados europeus, as universidades se caracterizam pelo afã de aprender, pela vontade de ensinar e pelo espírito de universalidade no cultivo e na transmissão do saber. Por várias centenas de anos é possível aos estudiosos abraçar todas as disciplinas acadêmicas. A ideia de uma *universitas litterarum*, ou seja, de uma instituição que abranja todo o saber, ganha corpo. Embora *litterae* signifique “conhecimento”, o saber não significa acúmulo de conhecimentos, mas a conexão do conhecimento com a ordem medieval. Mais tarde, o termo *litterae* passa a designar as disciplinas humanísticas e a expressão *universitas litterarum et scientiarum* passa a ser utilizada para indicar a inclusão das ciências (ROSA et al., 2009).

Nos séculos seguintes, contudo, essa síntese do saber permanece inalterada, deixando de representar as transformações pelas quais passa a cultura humana. A emergência de uma mentalidade nova, inclinada a validar os conhecimentos produzidos pela ciência, não encontra amparo na cultura religiosa. Assim, a universidade medieval não participa da gestação do Renascimento. Em poucas dessas universidades o conhecimento científico é prontamente assimilado, porque a maioria se dedica apenas ao ensino, relegando a investigação a segundo plano. Os jovens começam a buscar outros espaços de convivência intelectual: as academias.

Na Itália, França, Inglaterra e Alemanha, elas começaram a ser criadas no século XVII (ROSA et al. 2009).

No final da Idade Média e início da Renascença, surgiram os primeiros sintomas de mudanças na comunicação científica em decorrência da progressiva difusão e uso do papel na Europa, aliado aos avanços nos métodos de impressão. Gutenberg inventa a máquina de impressão, que chega, no século XV, a um padrão de impressão com maior resolução. Esse avanço facilita a difusão de documentos, aumentando a demanda do uso do papel, confeccionado com trapos de linho e algodão. Ainda nesse século aumenta consideravelmente a confecção de livros e artigos científicos e a comunicação oral ganha importantes aliados, fazendo com que a produção científica tenha uma difusão intensificada (PINHEIRO, 2008).

Como resultado desses avanços, verifica-se as seguintes características e benefícios:

- facilidade de reprodução do texto original;
- redução dos custos de difusão, alta possibilidade de retenção e documentação por parte do receptor;
- facilidade de comparação de ideias e da evolução do conhecimento;
- eliminação quase total das distorções e acréscimos de interpretações pessoais;
- níveis elevados de difusão do conhecimento, atingindo maior número de pessoas e lugares;
- aumento da velocidade de difusão;
- criação de jornais e revistas científicas. (CORTES, 2006).

A imprensa, ou seja, a técnica baseada no uso dos tipos móveis e na prensa provoca uma revolução, pois, até a metade da década de 1450 só é possível a reprodução de texto, copiando-o à mão. Com a imprensa, reduz-se o tempo de reprodução do texto, diminuindo também o custo do livro. Gutenberg é o primeiro a mecanizar os procedimentos de impressão. A Figura 1 reproduz uma página do primeiro livro impresso por Gutenberg:



Figura 1 – Primeiro livro impresso por Gutenberg: a Bíblia

Fonte: Queiroz (2008)

Vale ressaltar que desde a invenção da imprensa até o século XVII, quando aparecem os primeiros periódicos, as notícias sobre a ciência, as técnicas variadas e as invenções são veiculadas em folhetins, em volantes e em jornais cotidianos. O conhecimento mais especializado é comunicado por correspondência realizada entre os cientistas ou enviadas às agremiações científicas. As publicações científicas, destinadas a disseminar o que produzem os pesquisadores, privilegiam um público mais amplo, embora específico (FREITAS, 2006).

As modificações nos modos de fazer e relatar ciência resultam de uma nova concepção do saber e da crença no progresso humano por meio desse conhecimento. O livro, primeiro meio de comunicação, e o periódico estão diretamente associados à noção de expansão do conhecimento cumulativo; seu objetivo é a difusão do conhecimento, a troca e a circulação de informação (CARVALHO, 2007).

A necessidade de comunicação e de transmissão do conhecimento, bem como as invenções com base em pesquisas e descobertas, levam os cientistas a criar meios para a troca de ideias e transferência de informações entre si. Dessa necessidade de organizar e debater temas surgem as primeiras sociedades científicas, como a *Royal Society of London*, criada em 1662. A criação dessas sociedades científicas está relacionada ao grande número de cartas e documentos referentes a pesquisas e descobertas do que acontecem no mundo, recebidas por

essas agremiações. Desse movimento surge a necessidade de reunir as cartas mais importantes em só um volume, facilitando a distribuição e a redução de gastos de impressão. Para resolução do problema do acúmulo de cartas são criadas as primeiras revistas (MEADOWS, 1999).

De grande importância, são o *Journal des Sçavans*, base para o desenvolvimento das revistas de divulgação científica e a *Philosophical Transactions of de Royal Society of London*, como modelo para o surgimento das revistas científicas (STUMPF, 2008).

O interesse pela produção do conhecimento expande-se nos séculos XVII e XVIII, em especial no campo da medicina. O periódico surge para atender aos interesses das editoras, estimulando o debate em função de novos descobrimentos e da necessidade de comunicação entre as pessoas. O apogeu da tipografia e a ascensão do periódico estimulam os diversos movimentos que surgem na Europa, tais como o Iluminismo, a Revolução Científica e a Revolução Industrial (MEADOWS, 1999).

O Século das Luzes influencia a política dos déspotas esclarecidos e, conseqüentemente, projetos políticos e culturais. De forma velada, a censura imposta com hesitações, procura, sobretudo, dificultar a influência de novas ideias, consideradas perigosas para os interesses da elite dominante. Nesse cenário, surge na Itália, França e Inglaterra a denominada ciência moderna, que produz novos conhecimentos. O Brasil absorve a ciência européia e esta, até o século XIX, é interpretada como questionamento da ciência face aos dogmas religiosos (CARVALHO, 2007).

Na Inglaterra, a Sociedade Real, criada em 1660, busca o objetivo prático, técnico e experimental como outra forma de conhecimento do mundo, em contraste com o que se pratica nos meios universitários e a Academia de Ciências da França objetiva a expansão da indústria e do comércio. O papel dos cientistas, então, é convencer de que o trabalho por eles desempenhado é de interesse da nação. Em 1831, cria-se a Associação Britânica para o Progresso da Ciência, com ênfase na economia, liderada por Adam Smith (CARVALHO, 2007).

No século XVII, a França é o centro da ciência e em torno dela gravita um movimento cultural e intelectual que, mais tarde, tornar-se-ia conhecido como Iluminismo. A enciclopédia — origem do grego (en + kiklos + paidéia) círculo do conhecimento — francesa, de autoria de Diderot e D'Alembert (1751-1777), a

grande obra da época, simboliza o advento de um novo tempo, reconhece o periódico como principal meio de disseminação da informação científica. A enciclopédia introduz a noção de conhecimento científico (CARVALHO, 1999).

Para Hobsbawn (1996, p. 12), a enciclopédia não é “[...] simplesmente um compêndio de pensamento político e socialmente progressista [...]”. Representa, na verdade, o interesse em disseminar a produção gerada pelo homem.

O desenvolvimento da ciência moderna provoca a ampliação do conhecimento visível nos movimentos que se sucedem na história da humanidade (ODDONE, 2006). A ciência moderna cria uma linguagem e um modo de pensar próprio, diferente da linguagem literária e do senso comum. Os modos históricos de apropriação do conhecimento científico e tecnológico, bem como os atores envolvidos nesse processo, podem ser integrados num quadro geral em que a disseminação desses conhecimentos pelos cientistas faz parte do próprio processo de construção sistemática de fatos científicos (KNORR-CETINA, 1983; LATOUR; WOOLGAR, 1997).

O crescimento da ciência passa a exigir novas técnicas mais eficazes de organização da produção científica. O conhecimento científico abre fronteiras e o acesso ao conhecimento e a sistemas de informação e se desenvolve, fortalecendo a área de organização do conhecimento com os sistemas de classificação e de catalogação, visando o crescimento da produção científica e reafirmando o papel da ciência moderna (PINHEIRO, 2007).

A ciência moderna, quando surge, justifica-se pela intenção de trazer benefícios para a humanidade. No século XVII legitima-se pela relação entre a ciência e a religião com ênfase na sua utilidade com os benefícios advindos do progresso científico. O idealismo da ciência pura, ao atingir realizações científicas, visa “a ciência pela ciência”, voltada para si mesma, independente da sociedade (CARVALHO, 2007).

A revolução científica do século XVII, iniciada nos finais da chamada Idade Média, como preliminar dos contatos com o saber da Grécia Clássica, com o pensamento de Aristóteles, um dos primeiros a ser conhecido, possibilita aos homens de então confrontarem-se com o pensamento desse filósofo. Nesse contexto emerge a luta para que a “razão” se liberte da verdade revelada, defendendo que à verdade da razão deve-se conceder o direito de “cidadania”, pois esta se debruça sobre problemas diversos daqueles com que a fé lida (CARVALHO, 2007).

As obras de Platão influenciam as mentes cultas de uma Europa que inicia o chamado Renascimento. Os humanistas adaptam-se à Escolástica, que ensina o Aristóteles de S. Tomás. Também nesse período, tem início o estudo da astronomia ptolomaica. A sintaxe matemática de Ptolomeu, a que os árabes denominam de “Almagesto”, começa, nos finais do século XV, a ser ensinada nas universidades do Centro da Europa (CARVALHO, 2007).

O período da Revolução científica é compreendido pelas descobertas de vários pensadores, a exemplo de Arquimedes, Galileu, Aristóteles, Platão, Copérnico, Ptolomeu, Kepler, Tycho Brahe, Descartes. A partir desse período, a ciência, que até então está atrelada à filosofia, desta se separa e passa a ter um conhecimento mais estruturado e prático (CARVALHO, 2007).

As causas principais da revolução podem ser resumidas em: renascimento cultural, a imprensa, a reforma religiosa e o hermetismo. O renascimento cultural trouxe como uma de suas características o humanismo. Esta corrente de pensamento e comportamento prega a utilização de um senso crítico mais elevado e maior atenção às necessidades humanas, ao contrário do teocentrismo da idade média, que prega a atenção total aos assuntos divinos e, portanto, um senso crítico menos elevado. Este maior senso crítico exigido pelo humanismo permite ao homem observar mais atentamente os fenômenos naturais, ao invés de renegá-los à interpretação da Igreja (CARVALHO, 2007).

A imprensa, inventada neste mesmo período, desempenha papel fundamental. Assim, desaparecem os erros de interpretação e cópia, que acabam por deturpar as traduções. A reforma religiosa participa de modo decisivo para o desencadeamento da revolução científica. Os reformistas pregam que uma forma de se apreciar a existência de Deus é através das descobertas da ciência. Esse entendimento incentiva e proporciona uma propulsão ao desenvolvimento da revolução científica. Finalmente, o hermetismo sela a revolução, na medida em que representa um conjunto de ideias quase mágicas, mas que exaltam a concepção quantitativa do universo, encorajando o uso da matemática para relacionar grandezas e demonstrar verdades essenciais. A difusão da matemática cria um ambiente propício para o desenvolvimento de um método científico mais rigoroso e crítico, o que modifica a forma de fazer ciência. Todos os grandes desenvolvimentos posteriores talvez não tenham sido possíveis sem a reestruturação científica. Como toda revolução, esta não ocorre de maneira isolada ou por motivos próprios, mas

como consequência, principalmente, de uma nova sociedade imbuída de novas ideias (CARVALHO, 2007).

Na Revolução Industrial, surge o paradigma tecnológico, que transforma a imprensa em indústria, proporciona a produção em massa do livro impresso, dissemina a informação de forma nova, proporciona ganhos de conhecimento e aperfeiçoa o processo tecnológico da informação. Apesar da revolução industrial do século XVIII não ser herdeira direta da revolução científica do século XVII, a primeira desempenha papel decisivo no progresso das ciências e das técnicas, na medida em que, a partir da industrialização, ocorre uma rápida difusão dos avanços técnicos, contaminando a totalidade dos sistemas modernos de procedimentos produtivos (VERGARA, 2002). Para Meadows (1999, p. 14): “[...] cada geração contribuiria com uma quota idêntica de tijolos de informação para o edifício da ciência, e assim o volume de comunicação de pesquisas cresceria em velocidade constante.”

Conforme contexto descrito, não se pode supor que a adoção do papel e os avanços no sistema de impressão sejam causas do crescente número de universidades na Europa, mas pode-se traçar um paralelo entre esses dois fatos, já que, com a ocorrência desses fenômenos, o crescimento do número de publicações se dá de forma intensa.

O interesse pela produção do conhecimento expande-se nos séculos XVII e XVIII, em especial no campo da medicina. Meadows (1999) ressalta que o periódico surge para atender aos interesses das editoras, estimulando o debate em função de novos descobrimentos e da necessidade de comunicação entre as pessoas. Afirma também que o apogeu da tipografia e a ascensão do periódico estimularam e disseminaram o conhecimento. Nos séculos XIX e XX, essa difusão também passa a ocorrer no ensino formal e nos museus, na linha dos museus de primeira geração, formando pesquisadores, e nos de segunda geração, divulgando o conhecimento científico e tecnológico (MENDES, 2006).

O conhecimento científico abre novas fronteiras em relação ao acesso à informação. Com isso, o conhecimento se desenvolve, fortalece a área de organização do conhecimento, introduz os sistemas de classificação e de catalogação, visando o crescimento da produção científica e reafirmando o papel da ciência moderna, que, desde seu surgimento, justifica-se pela intenção de trazer benefícios para a humanidade. No século XIX, a ênfase do conhecimento científico

centra-se na ausência de compromisso com o que ocorre no âmago da sociedade (PINHEIRO, 2007).

A ciência moderna introduz novos conhecimentos, mas a ciência européia, até o século XIX, é reconhecida como ciência experimental que ocorre fora das universidades (CARVALHO, 2002).

Le Coadic (2004) afirma que o avanço da ciência provoca uma mudança de *status* nessa atividade, que deixa de ser privada e passa a ser considerada uma atividade social. Com isto, ao longo do tempo, a comunicação científica vai se aperfeiçoando e tornando mais fácil e rápido o acesso às informações.

Mendes (2006) afirma que, em meados do século XX, ocorre outra transformação na relação entre ciência e sociedade. A ciência incorpora-se ao funcionamento cotidiano da sociedade e deixa de ser uma “instituição social heterodoxa” para desempenhar um papel estratégico como força produtiva e como mercadoria. Após a segunda Guerra Mundial, ocorre maior contato dos indivíduos com a tecnologia no dia-a-dia e surgem os fundos governamentais de controle social da ciência e de divulgação e o desenvolvimento do comunicador científico. Conforme Teixeira (1972), este processo é impulsionado a partir de 1905, com o início da nova era eletrônica, que atinge seu ápice no final do século XX e início do século XXI.

Weitzel (2006) corrobora este entendimento e conclui que a introdução e adoção, em ampla escala, das redes eletrônicas na comunicação científica, a partir da década de 80 do século passado, possibilita que os antigos problemas presentes no modo de fazer ciência passem a ser debatidos à luz das novas possibilidades tecnológicas. Essas novas formas de comunicação provocam uma reconstrução e re-configuração dos elementos da comunicação científica e do papel de seus atores, atingindo diretamente a geração, disseminação e uso da informação científica.

2.1 FONTES DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O interesse em disponibilizar a informação e o conhecimento sempre fez parte da preocupação humana em diferentes épocas. Aristóteles é considerado um enciclopedista, por ter a preocupação de expandir o conhecimento em diversas áreas do saber humano no século III a.C. No século XVII, Leibniz externaliza sua

preocupação ao realizar uma organização bibliográfica com o objetivo de disponibilizar obras registradas sobre cada assunto aos estudiosos (CARVALHO, 2006).

A partir do século XVII, a expansão do conhecimento assume lugar de destaque, devido a descobertas científicas mais significativas do que as do mundo antigo. A necessidade de imprimir maior rapidez à comunicação dos feitos obtidos leva os cientistas a utilizarem diferentes fontes informacionais para divulgar suas pesquisas. As comunicações são feitas através de informações sobre o próprio trabalho a outras pessoas e, em troca, os cientistas recebem informações dessas pessoas. O êxito dessa estratégia depende dos grupos de pessoas envolvidas na comunicação científica, tanto formal quanto informal (CARVALHO, 2006).

A comunicação do conhecimento científico obedece a padrões consensuais da comunidade científica, que prima por critérios de qualidade, confiabilidade e credibilidade do que é divulgado. O sistema de comunicação científica, por sua vez, geralmente é composto por canais informais e formais, como visto. Os canais informais são constituídos, basicamente, pelos contatos pessoais (conversas entre pesquisadores, telefonemas e divulgação dos primeiros resultados em eventos científicos). Já os canais formais são estabelecidos pela literatura científica primária (periódicos, relatórios técnicos etc.), secundária (resumos, índices etc.) e terciária (tratados, livros-texto etc.). CARVALHO (2006).

Tradicionalmente, o processo de transferência da informação nos canais informais é mais ágil, seletivo e interativo. Já nos formais, o mesmo processo se dá de forma mais lenta, já que a informação precisa ser avaliada e comprovada antes de ser considerada legítima e, portanto, passível de ser divulgada para se tornar pública. Sua principal vantagem, porém, é a permanência da publicação, o que facilita sua recuperação e localização. É, pois, através dos canais formais, que a comunicação científica tradicional se estabelece, servindo de fonte para a definição da produtividade e reconhecimento na comunidade científica (MIRANDA, 2007).

Dessa forma, denomina-se “fonte” o local de onde vem ou onde se produz algo; quer dizer procedência, origem, proveniência. Em derivação, por sentido figurado, refere-se à pessoa que fornece informações secretas ou privilegiadas; refere-se também, a algo que brota em abundância, aquilo que causa algo em quantidade; motivo, razão (HOUAISS, 2001, p. 1369). Portanto, pode-se afirmar que as fontes de informação designam todos os tipos de meios (suporte) que contêm informações suscetíveis de serem comunicadas.

Os documentos ou fontes gerados no processo de pesquisa são classificados pelos diversos autores como fontes primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias registram informações que estão sendo lançadas, no momento de sua publicação, no corpo do conhecimento científico e tecnológico. Pinheiro (2008) as define como aquelas que se apresentam e são disseminadas exatamente na forma como são produzidas por seus autores. O *Guides of University Libraries*, publicado por *James Cook University (JCU, 2009)*, define fonte primária como o material original não filtrado por interpretações.

Fontes secundárias são trabalhos que se baseiam em outros que contenham análise, ampliação, comparação de outra fonte, com o objetivo de analisar e interpretar as fontes primárias. Pinheiro (2008) afirma que os recursos e serviços secundários são os de indexação e resumo. Já o JCU (2008) afirma que são interpretações e avaliações de fontes primárias: enfim, são todos os registros que fazem referência a fontes primárias.

Fontes terciárias, segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2009), são geradas com valor agregado com base nas fontes primárias e secundárias e tem objetivos didáticos ou de apoio à tomada de decisão de diferentes comunidades de usuários. O JCU (2008) define essas fontes como uma espécie de destilação e coleção de fontes primárias e secundárias; as fontes de informação têm o objetivo de disponibilizar a informação. Concorda-se com McGree e Prusak (1994), ao afirmarem que tornar a informação disponível significa remover quaisquer barreiras a sua difusão e transferência. O Quadro 1 permite a visualização dessas fontes e serviços de informação.

Fontes primárias	Fontes secundárias	Fontes terciárias
Dissertações e teses	Bases de Dados	Listas de fontes
Legislação	Filmes e Vídeos	Catálogos Coletivos
Periódicos	Index/abstracts	Bancos de bibliografias
Trabalhos apresentados em congressos e conferências	Bibliografia	Guia bibliográfico
Traduções	As enciclopédias e manuais de instruções são fontes secundárias e terciárias	

Quadro 1 – Fontes de Informação

Fonte: Adaptado pela autora de IBICT (2009), JCU (2008) e Pinheiro (2008)

As fontes de informação, portanto, têm função disseminadora no papel econômico e social das atividades e recursos da informação.

É importante lembrar que essas fontes são categorizadas como formais, informais e eletrônicas. Fontes formais são aquelas obtidas através de publicações, livros, periódicos, teses, patentes. Carvalho (2001) complementa, afirmando que são aquelas que têm uma forma, são representadas em suportes físicos (papel, filme), em suportes eletrônicos, disquete, CD ROM; são, portanto, fontes estruturadas. As fontes informais são aquelas que não têm estrutura; a informação é transmitida oralmente: conferências, aulas, conversas, seminários, contatos telefônicos. As fontes eletrônicas são oferecidas pela grande rede *Internet*, através da *web* (e-mails, fórum de discussão); são os repositórios de texto integral, bibliotecas digitais de teses e dissertações. Ferramentas de busca na Internet são definidas como um facilitador para a localização de informações em buscas gerais, servindo, por exemplo, para identificar o que é desenvolvido sobre um determinado assunto. Dentre elas destacam-se: *google*, *cadê*, *lycos*, *yahoo*, livros digitais, *e-book* ou *eletronic book* (CARVALHO, 2001).

As fontes de informação tendem a unificar seus serviços e recursos, uma vez que juntam características que anteriormente fazem parte de apenas um tipo de fonte, como os índices impressos. Pode-se obter, com um único recurso, a busca, localização e obtenção do documento, distinguindo-o do panorama anterior, em que para cada passo, utiliza-se uma ferramenta diferente (TAUBES, 2008).

Segundo esse autor, as vantagens da publicação eletrônica em relação a impressa são expressivas a exemplo dos recursos de áudio e vídeo, variadas ferramentas de buscas, *links* para artigos relacionados e citações e serviço de alerta por *e-mail* entre outros.

Dessa forma, observa-se que as fontes de informação diferenciam-se umas das outras pelo suporte e pelo nível de processamento em que está sendo tratada. Portanto, seja qual for a classificação ou a categorização das fontes e serviços de informação, as tecnologias da informação e do conhecimento são fundamentais nos processos de disseminação, como afirma Carvalho (2001).

Segundo Meadows (2001), as diferenças entre canais formais e informais estão diluídas em função da mediação das novas tecnologias, uma vez que os resultados de uma pesquisa podem estar disponíveis de várias formas, por exemplo,

um mesmo artigo de uma pesquisa pode ser localizado no *website* do autor, sob discussão numa lista, em um periódico impresso e em um periódico eletrônico.

Quando se trata de escolher uma fonte, é preciso atentar a suas características quanto a serem facilmente armazenadas — fontes formais —, ou se perderem em curto espaço de tempo — fontes informais. Conforme Carvalho (2006), as fontes informais ganham espaço com as tecnologias representadas pelo telefone, teleconferência e correio eletrônico, que emergem desde a década de 1980. A autora corrobora o mesmo entendimento de Meadows (2001) ao perceber o avanço tecnológico como fator deflagrador de transformações e mudanças profundas na sociedade, sendo a maioria delas irreversíveis. Para a autora: “As novas tendências se expressam nas formas eletrônicas e reprodução digital, aprimoram-se as bases de dados, obras de referência on-line e introduz a Internet, a *web*; porém os periódicos progridem na forma e no conteúdo.” (CARVALHO, 2006, p.24).

Diante dos avanços tecnológicos e de informação, os periódicos científicos ainda continuam a representar uma fonte valiosa para a comunicação científica e o mais importante meio utilizado para um registro e transmissão do conhecimento. Como afirma Ziman (1979, p. 83): “Uma grande descoberta científica não passa a existir apenas por força da autoridade moral ou talento literário de seu criador, e sim pelo seu reconhecimento e sua apropriação por toda a comunidade científica.”

Desta maneira, convém salientar que o periódico mantém, desde sua criação, o objetivo de disseminar informação e conhecimento na área de saúde.

Essa constatação evidencia que a comunicação científica contribui para que se tenha uma visão global das diversas fontes informacionais, as quais oferecem elementos importantes para a avaliação da produção científica.

2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA SOCIEDADE ATUAL

Neste século XXI, o conhecimento científico, para se legitimar, deve ser divulgado, e, desse modo, verificado e comprovado ou não pelos cientistas. Esse processo só é possível através da comunicação, sendo, portanto, parte inerente do desenvolvimento da ciência.

Meadows (1999, p. vii) afirma que a comunicação científica é a própria essência do conhecimento científico, sendo a comunicação para a ciência “[...] tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isto exige necessariamente que seja comunicada”.

Le Coadic (2004, p.32) destaca que a comunicação tem propósito bem definido, ou seja, “[...] bem menos praticado, é assegurar a divulgação /popularização e promoção da ciência junto ao público de não-especialistas e aos governos”. Mueller (1995) define comunicação científica como troca de informações entre cientistas. Segundo a autora, a comunicação científica:

[...] inclui todas as atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a hora em que o cientista teve a idéia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico. (MUELLER, 1995, p. 64).

O termo “comunicação científica”, de acordo com Christóvão e Braga (1997), é cunhado pelo físico e historiador da ciência, o irlandês John Bernal, na década de 1940. No entanto, segundo Velho (1997), as atividades e processos que envolvem a comunicação científica têm suas origens no século XVII, quando surgem as chamadas “circunstâncias especiais para o trabalho científico”, dentre as quais se destacam: a laicização do conhecimento, o desenvolvimento do método científico e das descobertas científicas, o surgimento das sociedades científicas e dos periódicos científicos.

Lopes (2005) pondera que a contribuição de Garvey e Griffith é também de fundamental importância para o estabelecimento dos pilares da comunicação científica, ao representarem, através de modelos, as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar até a aceitação dos resultados, como constituinte do estoque universal de conhecimentos.

O modelo tradicional de comunicação científica, baseado em papel e proposto por Garvey e Griffith (1979), pressupõe a geração e transferência sequencial de mensagens através de canais formais e informais de comunicação. É intermediado por pessoas e funções: autores, pares, editores, avaliadores de conteúdo, publicadores e distribuidores, bases de dados e publicações especializadas, bibliotecas e leitores.

A Figura 2 representa os fluxos da comunicação científica, desde as fases iniciais da elaboração de um projeto de pesquisa até a utilização de seus resultados, após o reconhecimento do conhecimento científico, de acordo com o modelo proposto por Garvey e Griffith (HURD, 2000).

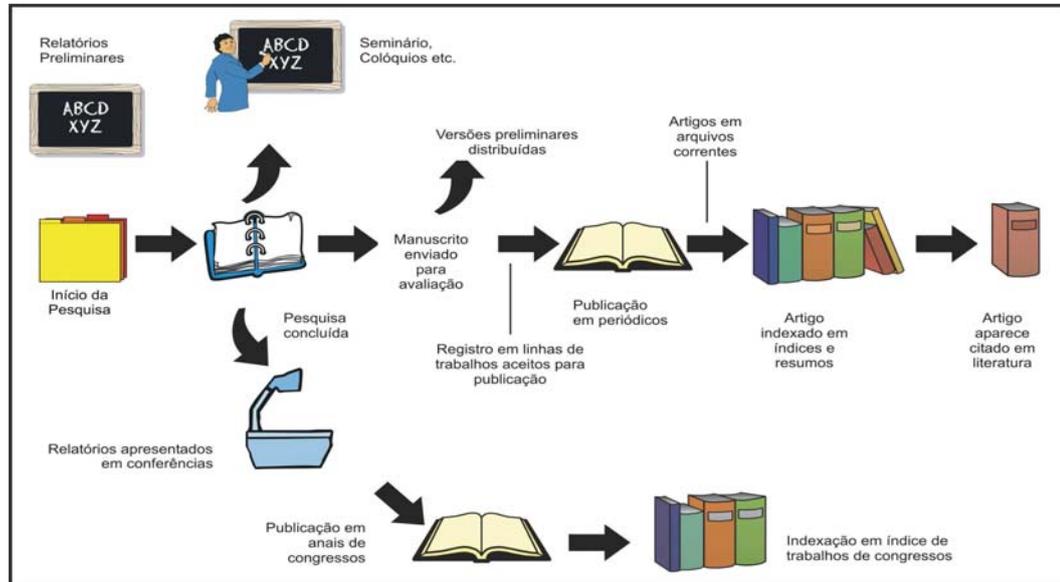


Figura 2 – Modelo de comunicação científica proposto por Garvey e Griffith

Fonte: Hurd (2000, p. 1.280)

Para Mueller (2000), a função da comunicação científica é validar e consolidar os avanços da ciência, assim como a literatura científica permite o seu registro e resgate históricos. Deste modo, segundo Targino (2000), a comunicação científica se mostra imprescindível para o desenvolvimento da ciência e das atividades dos cientistas, perpetuando as funções da comunicação na ciência sistematizada por Menzel, ainda em 1958:

- fornecer respostas a perguntas específicas;
- concorrer para a atualização do cientista no campo específico de sua atuação;
- estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
- divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho;
- testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;

- redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
- fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

O cumprimento destas funções dá-se por meio de uma variedade de práticas, processos e instrumentos desenvolvidos pela comunidade científica para a difusão de seu trabalho, estabelecendo um “sistema de comunicação científica” composto, tradicionalmente, pela comunicação formal e pela comunicação informal (MEADOWS, 1999, p. 3). Segundo esse autor, para que haja êxito da estratégia de comunicação envolvendo essas duas formas, é preciso que ocorra o processo de acumulação e o fornecimento de informações sobre o próprio trabalho a outras pessoas e, em troca, o recebimento de informações dessas pessoas; e ainda que “[...] as informações devem ser divulgadas numa forma durável e prontamente acessível” (MEADOWS, 1999, p. 8). O autor acrescenta ainda que, como esse “[...] processo de acumulação estendia-se no tempo, as informações devem ser divulgadas em uma forma durável e prontamente acessível” (MEADOWS, 1999, p. 8).

Para esse autor, os instrumentos formais de comunicação científica caracterizam-se pela linguagem escrita, sendo os periódicos, livros, teses, dissertações e anais de reuniões científicas os meios mais utilizados.

Os conceitos e a distinção entre comunicação formal e informal como registrados na literatura são atualizados em Meadows (2001), que define informal como efêmero, restrito ou disponível a um pequeno grupo ou público. Segundo o autor, os livros e os periódicos são os arquétipos da comunicação formal, pois, além de passarem por avaliações rigorosas, é esperado que seus conteúdos arbitrados estejam armazenados e disponíveis, por um longo período de tempo, em locais apropriados e passíveis de acesso e recuperação por um público ampliado.

Para Pisciotta (2006, p. 125) a comunicação oral abarca a comunicação escrita, livros, periódicos, obras de referências e outros; já a comunicação informal consolida-se na comunicação oral, através dos contatos interpessoais: reuniões científicas, participação em associações profissionais e colégios invisíveis.

A partir da década de 80 do século passado, novas tecnologias são desenvolvidas, constituindo tanto o lastro conceitual quanto tecnológico de uma nova forma de lidar com a informação. Nesse período, projetos da Universidade de *Stanford* e da *Brown University* criaram as bases para o desenvolvimento da *web*

(CORTES, 2006). O surgimento e o desenvolvimento dessas novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a Internet, modificam consideravelmente o processo de comunicação, tanto a informal quanto a formal, estabelecendo uma nova categoria na comunicação científica: a comunicação eletrônica (NORONHA; OLIVEIRA, 2008).

Atualmente, a comunicação científica encontra-se diante de novas possibilidades e desafios. As publicações impressas somam-se a outras fontes informacionais *on-line* como: fóruns de discussão, sistemas *open archives* e *open Access*, jornais científicos *on-line*, além de nuvens virtuais de literatura cinzenta da *web* (CORTES, 2006). Com isso, ascende um novo paradigma sustentado por novas tecnologias de informação e comunicação, como a trajetória mais provável pela ampliação da globalização e prevalecente de uma nova hegemonia; delinea-se a Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento (ROCHA, 2000).

3 O PERIÓDICO E A FUNÇÃO DISSEMINADORA DA INFORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

3.1 ANTECEDENTES

As representações simbólicas registradas nas paredes das cavernas, e os sons emitidos como forma de imitar os animais são os primeiros atos de comunicação registrados pela civilização. De acordo com Thompsom (2001), o homem pode expressar seu pensamento de duas maneiras: pelo discurso oral e pelo discurso escrito.

Ao longo da história, diferentes meios de comunicação são utilizados, a exemplo da pedra, madeira, metal, barro, concha, fibra, pele e finalmente o papel — o jornal precede a tipografia e fixa valores arbitrários supletivos da memória. Os textos entalhados em tábuas, as letras de forma e prensas de madeira da era moguntina, vistos como instrumentos elementares de comunicação, surgem quando a transmissão oral, direta e imediata, sucede a simbólica, mediata e indireta (RIZZINI, 1977).

Outros tipos de comunicação anteriores ao periódico são as *Acta diurna*, *Acta populi*, *Acta urbis* ou *Acta diurna populi urbana*, que se constituem nos mais antigos escritos aparentados com o jornal. Esse suporte publica os acontecimentos importantes em Roma, em tábua branca, álbum, pendurada o ano inteiro no muro da residência do grande pontífice (RIZZINI, 1977).

Esse meio de comunicação dá origem ao *Annales maximi*, ponto de partida da história romana, e tem a função de publicar os atos do povo e do senado. O aumento e a frequência dos textos implicam no desdobramento das tábuas, pois nem todos podem lê-las no Fórum; assim começa a se mover dentro e fora da metrópole, por meio de cópias particulares. A circulação das Atas é restrita, em vista da inexistência de correios públicos, do custo do papiro, mesmo com os confeccionados com a fibra egípcia, e do custo do pergaminho; outro meio de informação, o diário romano, mantém as informações paradas. Apesar de possuírem jornais, os romanos não conhecem o jornalismo, de circulação incipiente e cópias

ocasionais. Esse meio de informação desaparece com a transferência da capital do Império para Bizâncio e após mil anos surge um outro meio de informação, os *diurnales*, nas epístolas circulares e nas gazetas quinhentistas, veiculando modestas tiragens manuscritas (RIZZINI, 1977).

Segundo esse autor, a comunicação das notícias é dirigida somente às pessoas opulentas, que se dão ao luxo de receber as Atas em casa, para depois copiar no Fórum. As demais pessoas lêem as Atas de pé, contentando-se com as informações epistolares, ou trocam informações em conversas, nas quais conferem projetos e criticam o governo às margens do lago Curtius.

Esse autor relata ainda que as cartas romanas ocupam o lugar dos jornais e, por meio delas, procura-se formar um público restrito, uma espécie de opinião pública geral. Certas cartas são afixadas nas praças ou correm em cópias distribuídas pelos destinatários, tornando-as públicas, ou para as pequenas ocorrências utilizadas pelos habitantes das províncias como correspondentes pagos.

Na Idade Média a informação é transmitida de boca em boca, na poesia e no canto dos trovadores e jograis. A vida feudal, agravada pela escassez e alto preço do papiro importado do Egito, dificulta o desenvolvimento da cultura clássica e dos costumes romanos. Nesse período, além de poucas missivas especulativas dos humanistas, é difícil a correspondência de notícias, porque faltam duas condições essenciais à facilitação: o suporte para a escrita — papiro, pergaminho ou sucedâneos, de volume maior e custo barato — e correios públicos e regulares (RIZZINI, 1977).

Os meios da informação oral, segundo esse autor, nascem da exaltação dos sucessos contemporâneos, dos romances, das canções. São os prenunciadores do periodismo, uma forma embrionária da informação que circula no cotidiano, em movimento. Até o século XI, as notícias difundem-se pelas cantilenas — estrofes breves e atuais, meio líricas, meio narrativas. Os trovadores e jograis cumprem, na Idade Média, a função de divulgar a música e a literatura em países diversos.

A comunicação subentende um meio material superador das distâncias, capaz de efetuar a entrega da notícia ao seu destinatário, onde ele estiver. Em quase toda a Antiguidade e em toda a Idade Média, os mensageiros particulares e os mercadores andejos constituem os únicos, acidentais e precaríssimos traços de união entre os homens. O primeiro correio a aparecer, então fiel e expedito, é o pombo. Esse meio

de comunicação, explorado pelos Árabes de Mossul, estende pela vastidão do império muçulmano imensas linhas de pombos-correio (RIZZINI, 1977).

Segundo informação do autor, o papel é introduzido na Europa pelos Árabes, feito de algodão e goma de amido, frágil e amarelado. Mesmo com a introdução do papel egípcio, o de algodão e o de trapos de linho não substituem, de imediato, o pergaminho.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, as atividades científicas encontram-se no apogeu, sendo seus mais ilustres representantes, Galileu, Descartes e Newton. Nesse período ocorre intensa troca de cartas entre os cientistas, com relatos sobre suas ideias e descobertas, mas, devido a seu estilo pessoal e restrito a um pequeno número de cientistas e de difícil divulgação para expandir as novas ideias, não se constitui em um método ideal para a comunicação do fato científico e das teorias (MEADOWS, 1999).

Deste modo, o periódico¹ surge da evolução desse sistema particular e privado de comunicação, feito por meio de cartas entre os investigadores e das atas ou memórias das reuniões científicas. As atas ou memórias consistem em transcrições das descobertas relatadas durante as reuniões de uma sociedade, depois impressas na forma resumida para servir de fonte de consulta e referência aos membros dessas sociedades (STUMPF, 2008).

As cartas e as atas são veículos de divulgação utilizados pelos participantes dos "colégios invisíveis" (*invisible college*). Estes grupos — assim chamados para se diferenciarem dos colégios universitários oficiais (*official university college*) — servem de base para a criação das sociedades e academias científicas. Seus membros participam regularmente de encontros, nos quais realizam-se experimentos de pesquisa, seguidos de avaliação de resultados e discussões sobre temas filosóficos e científicos (STUMPF, 2008).

Os relatos e as conclusões desses encontros são registrados, e as cópias distribuídas como cartas ou atas a amigos que estão desenvolvendo pesquisas análogas (STUMPF, 2008). A autora acrescenta ainda que as formas anteriores de divulgação de experimentos isolados apenas influenciam o surgimento dos

¹ Nesta pesquisa, revistas científicas e periódicos científicos são considerados sinônimos, de acordo com o entendimento de que as revistas científicas passam a ser denominadas periódicos científicos a partir da segunda metade de século XVIII, quando começam a ser editadas em intervalos regulares de tempo e contêm diversos artigos de diferentes autores (MEADOWS, 1999).

periódicos que, com o tempo, assumem o papel de principais divulgadores das investigações.

O surgimento das revistas não significa que esses dois tipos de registros mencionados deixem de existir. Ocorre a definição de papel entre os diversos canais de divulgação da ciência: a correspondência assume apenas um caráter de comunicação pessoal entre os cientistas, e as atas, também conhecidas como memórias ou anais passam a se constituir em documento de registro dos trabalhos apresentados em reuniões científicas e profissionais (STUMPF, 2008).

Neste contexto surge a necessidade de criar-se uma estrutura de comunicação com maior eficiência e eficácia na transferência da informação em larga escala. A revista científica torna-se um marco da constituição da estrutura da comunicação científica, pois surge dessa necessidade de troca de experiências entre os cientistas dos tempos modernos (WEITZEL, 2006).

O surgimento do periódico científico ocorre após o início da ciência experimental e das revoluções científicas, além de atender à necessidade de comunicação dos cientistas, com rapidez e de forma sistemática; o periódico visa também facilitar a troca de ideias e críticas das pesquisas desenvolvidas, estendendo audiência a todos os cientistas dedicados a determinado tema. Até então, os meios de comunicação utilizados pelos cientistas, para divulgar os resultados de suas pesquisas, mostram-se inadequados para disseminar as novas descobertas científicas (OHIRA; SOMBRIO; PRADO, 2008).

A criação da *Academie Royale des Sciences* de Paris, em 1662, demonstra um interesse maior pela divulgação de assuntos científicos, porquanto sua equivalente na Inglaterra, a *Royal Society of London*, reforça a necessidade de criação de meios de comunicação mais rápidos entre os cientistas. Os dois primeiros periódicos científicos são: o *Journal des Sçavants*, (grafia atualizada para *Journal des Savants* no começo do século XIX), criado por Denis de Sallo, da Academia Real Francesa, que tem o primeiro número publicado em 5 de janeiro de 1665, na França; e o *Philosophical Transactions*, criado pelo alemão Henry Oldenburg, da Real Sociedade Britânica, cuja primeira edição ocorre em março do mesmo ano, na Inglaterra (MEADOWS, 1999).

Esses dois veículos de comunicação formal servem de modelo para outros periódicos editados por sociedades, associações e academias científicas européias (OHIRA; SOMBRIO; PRADO, 2008). Essas revistas passam por inúmeras mudanças gráficas e editoriais desde as primeiras iniciativas, ainda no século XVII.

Nos séculos XVII e XVIII, os acadêmicos são mais intensamente pressionados para divulgarem novas ideias, pelo fato da inovação intelectual ser uma das principais funções das universidades nessa época. Ainda no século XVIII o periódico científico propaga-se por toda a Europa, na maioria das vezes como veículo de divulgação das sociedades científicas. Também nesse século, surgem os periódicos científicos especializados no campo da Física, Química, Medicina, Agricultura e Biologia. No século XIX ocorre o aumento crescente e acentuado da quantidade de títulos de revistas científicas, quando se dá a necessidade de preparar índices ou bibliografias para facilitar o acesso aos artigos publicados nas revistas, os quais são percussores das atuais bases de dados bibliográficas (BURKE, 2003).

Historicamente, o livro, primeiro meio de comunicação, e o periódico estão diretamente associados à noção de expansão do conhecimento cumulativo a partir do século XVII, sendo a transferência da Família Real para o Brasil o marco que registra e simboliza o início da vida cultural e científica que se desenvolve no país nos anos que se seguem. No século XX cresce e se fortalece lentamente (CARVAHO, 2002). O periodismo no Brasil tem início com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, cuja função era divulgar toda a informação oficial emanada do Poder Real. Os periódicos produzidos pela iniciativa privada apareceram mais tarde. *A Idade d'Ouro do Brasil*, publicado em 1811, na Bahia, pela tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, foi o primeiro periódico produzido pela iniciativa privada, de circulação regular no país (CARVALHO, 1996). Outras sucessivas experiências ocorreram, tais como: a revista *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, editada em 1812, na Bahia, primeiro jornal literário brasileiro; *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil &c.* editada de 1813 a 1814, no Rio de Janeiro, primeiro periódico especialmente dedicado às ciências e às artes no país; o *Annaes Fluminenses de Sciencias Artes*, publicado no Rio de Janeiro, em 1822; e o *Jornal Scientifico, Economico e Literario*, também publicado no Rio de Janeiro, em 1826.

O primeiro periódico médico do Brasil, o *Propagador das Sciencias Medicas ou Annaes de Medicina Cirurgia e Pharmacia para o Imperio do Brasil e Nações Estrangeiras* foi lançado no Rio de Janeiro, em janeiro de 1827, extinguindo-se no ano seguinte. Foi editado pelo médico francês radicado no Brasil Joseph-François Xavier Sigaud. A Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro publica inúmeros periódicos, iniciando com o *Semanario de Saude Publica*, em 1831, a *Revista Medica Fluminense*, de 1835 a 1841, a *Revista Medica Brasileira*, de 1841 a 1845, os *Annaes*

de Medicina Brasiliense: Jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, de 1845 a 1849, os *Annaes Brasilienses de Medicina: Jornal d'Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro*, de 1849 a 1885, e, por fim, os *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro*, de 1885 a 1902. A *Revista Médica do Rio de Janeiro* é editada em 1862; A *Gazeta Médica da Bahia*, em 1866; *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, publicada em 1910; a *Revista Sociedade Brasileira*, em 1917, atualmente *Anais da Academia Brasileira de Ciência* circula até os nossos dias (FREITAS, 2006).

No século XX, a produção de periódico cresce significativamente, com o surgimento de editoras comerciais e universitárias. Merecem destaque três grandes acontecimentos que contribuem para desmistificar diversos paradigmas relacionados com o ciclo documental, desde o processo de criação da informação em ciência e tecnologia: o primeiro diz respeito à constatação de uma nova sociedade chamada de informação, em substituição à sociedade industrial e pós-industrial; a segunda relaciona-se com a revolução tecnológica; e a terceira envolve o processo de globalização, intangibilidade, conectividade, velocidade e inovação, que passam a fazer parte da sociedade (SUAIDEN, 2007).

Ainda, nesse século, o cenário da comunicação eletrônica traz grandes vantagens para os cientistas, embora os pesquisadores dos países em desenvolvimento tenham dificuldades de acompanhar a frente de pesquisa. Outra vantagem é que esse cenário coloca os cientistas dos países periféricos em condições de igualdade com os cientistas dos países desenvolvidos.

No Brasil, isto se reflete na criação de diferentes sociedades e instituições de ensino e pesquisa, algumas das quais editoras de periódicos científicos, a exemplo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e de órgãos fomentadores de pesquisa, como o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), depois denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (mantendo a mesma sigla), e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (RIBEIRO; PINHEIRO; OLIVEIRA, 2009).

Biojone (2003) resgata as mudanças ocorridas na comunicação científica e no papel do periódico, bem como os impactos sofridos por este último com o surgimento da rede eletrônica de comunicação. O autor apresenta nesse trabalho as evoluções e as funções do periódico científico, discutindo os problemas do periódico

impresso para suprir as necessidades da comunidade científica, como também suas vantagens e desvantagens em relação ao periódico eletrônico.

O periódico é uma publicação editada a intervalos regulares ou não, mas sob o mesmo título, em que são apresentados diferentes tipos de textos tais como:

- Artigo científico (memória científica original) contribui para ampliar o conhecimento ou a compreensão de um problema.
- Nota contém informações novas, sem oferecer detalhes, pois o objetivo do autor é garantir direitos autorais da pesquisa em andamento.
- Revisão Bibliográfica reúne, analisa e discute informações publicadas (Revisão retrospectiva).

Segundo Braga e Oberhorf (1992), existem diferentes possibilidades de classificar os periódicos, que podem ser categorizados em:

- a) científicos, quando dedicam mais de 50% do seu conteúdo a artigos assinados, resultantes de atividades de pesquisa;
- b) técnicos, quando dedicam mais de 50% do seu conteúdo a artigos assinados, contendo opiniões ou ponto de vista de especialistas sobre determinado assunto;
- c) divulgação, quando dedicam mais de 50% de seu conteúdo a notícias curtas, informes etc., isto é, matéria não assinada.

O periódico científico tem se configurado como veículo formal de comunicação no seio da comunidade científica, tanto para divulgação do conhecimento como para comunicação entre os pares. Outros instrumentos formais de comunicação científica têm sido incorporados em seções específicas do próprio periódico ou reunidos e republicados em revistas especiais, tais como os resumos indexados e os artigos de revisão da literatura. Esta busca e uso remetem ao processo de disseminação da informação através do estudo de fontes formais (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Neste sentido, convém salientar que, segundo Ferreira (2004), *disseminar* significa divulgar, difundir, propagar mediante condições e recursos de que se cerca o

agente. Para Oliveira (2009), o termo *disseminar* é antigo e entendido, na área de Biblioteconomia, como difundir, espalhar, semear. Disseminar é também considerado o ato de levar a informação ao usuário por meio dos canais de comunicação.

Carvalho (2003, p. 11) assim conceitua o termo:

A disseminação, do latim *disseminatore*, quer dizer – ato ou efeito de disseminar e dispersão, difusão, distribuição, vulgarização, entre outras denominações. Visa a organização de um sistema corrente de informação. Trata-se de um processo que reúne pessoas e serviços, o autor da informação, os pesquisadores em busca da informação, os indexadores, os serviços de divulgação, o fornecimento dos documentos e o usuário.

Longo (1985, p. 82) corrobora o conceito apresentado por Carvalho (2003) e acrescenta que o processo de disseminação da Informação envolve:

1) a coleta da informação produzida; 2) a indexação dessa informação; 3) divulgação da informação aos usuários; e 4) tornar esta informação acessível aos usuários. Sendo assim, o processo de disseminação da informação depende da eficiência de várias pessoas e/ou serviços: 1) o autor da informação; 2) as pessoas que coletam e encaminham a informação; 3) aqueles que indexam a informação; 4) aqueles que promovem e divulgam os serviços; 5) serviço de fornecimento dos documentos; e, 6) usuários.

Castro (2003) evidencia que a produção do conhecimento engloba a publicação, a disseminação dessa produção e a assimilação do conhecimento em um fluxo contínuo, mesmo porque conhecimentos publicados e assimilados dão origem a novos conhecimentos, novas pesquisas e novas publicações, sendo regido por uma dinâmica específica e influenciado por fatores externos (relações com a sociedade) e internos (procedimentos específicos).

Para Pellegrini Filho (2000), a produção científica reflete os diferentes contextos sociais, econômicos e políticos da sociedade. O autor afirma: “A produção e utilização do conhecimento são funções sociais: respondem a demandas sociais expressadas de diferentes maneiras que as legitimam e as tornam possíveis” (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. ix). O autor acrescenta ainda:

[...] se não existe o necessário amadurecimento dado pela acumulação de conhecimentos e instrumentos, determinadas demandas sociais não encontrarão resposta adequada por parte da ciência, assim como certas descobertas científicas não avançarão se a sociedade não estiver preparada para incorporá-las. (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 3).

Weitzel (2006, p. 88) acrescenta: “[...] a apropriação dos meios de distribuição da literatura científica, não apenas no sentido econômico, mas também político, social e cultural afetando todo o processo de produção científica, sobretudo o uso do conhecimento científico.”

Na área da saúde, o conteúdo da comunicação para disseminação, segundo Boyd (1987), compreende medida de precisão, profundidade, explanação e, nos estudos biomédicos de mecanismos de doença e metabolismo, clareza, estilo conversacional, atualidade científica. O autor afirma que, via de regra esse conjunto de requisitos está pouco presente na comunicação da área. Ressalta ainda, a necessidade de se dar a conhecer os mecanismos de prevenção, instalação, atuação e tratamento das doenças. Fourez (1995) considera a necessidade de se desvendar os mecanismos pelos quais os eventos de saúde e doença ocorrem na educação e comunicação científicas. Saber o como e o porquê, exemplificados através de modelos, é essencial para a alfabetização em ciência.

A produção científica em saúde pública, de caráter eminentemente social, atende a demandas provenientes de toda a população e procura encontrar respostas dirigidas a ela (CASTRO, 2003). Frenk (1992, p. 77) define a saúde pública como “[...] a aplicação das ciências biológicas, sociais e de conduta ao estudo dos fenômenos de saúde em populações humanas”. Para o autor citado, neste processo, entende-se a importância do periódico para garantir a comunicação científica na área da saúde.

3.2 RELEVÂNCIA DO PERIÓDICO PARA A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A linguagem escrita, uma das mais relevantes conquistas do homem, tem importância quando é descoberta ou reconhecida como uma forma de comunicação, ou seja, quando é socializada (BOARINI, 2009). Os periódicos científicos representam, para a comunicação científica, o mais importante meio utilizado para o registro e a transmissão do conhecimento. Acrescenta Ziman (1979) que o periódico científico cumpre funções que permitem ascensão do cientista para efeito de promoção, reconhecimento e conquista de poder em seu meio. Por essas razões, os periódicos passam a fazer parte da sociologia da ciência. O ato de publicar artigos é exigido pelos pares como prova definitiva de efetiva atividade em pesquisa científica.

Os periódicos científicos são reconhecidos e valorizados como meios fundamentais para a disseminação científica. Ao atuar como um filtro seletivo, reproduzindo as sanções e exigências próprias do campo científico, confere valor às pesquisas e grau de originalidade em relação ao conhecimento já acumulado em determinada área do conhecimento (BOURDIEU, 1983).

Vários autores, a exemplo de Marchiori e Adami (2005), Meadows (1999) e Stumpf (2008), corroboram que o modelo ideal de periódico é um instrumental qualitativo que garante a memória da ciência, aponta seu grau de evolução, estabelece a propriedade intelectual, legitima novos campos de estudos e disciplinas, constitui-se em fonte para o início de novas pesquisas, dá visibilidade e prestígio aos pesquisadores entre um público altamente especializado, constituído pelos pares.

Este suporte é visto como um canal formal utilizado no processo de comunicação científica. Os artigos científicos nele inseridos, vistos como forma definitiva de publicação dos resultados de pesquisa, são lidos e citados pela comunidade científica. Neste veículo de comunicação, os estudos e as pesquisas disseminados obedecem a certas características e padrões estabelecidos pela comunidade acadêmica (GRUSZYNSKI; GOLIN, 2008).

A publicação de artigos originais, resultantes de pesquisa científica, constitui a primeira informação que inicia o diálogo científico, fornecendo elementos para a recuperação da informação por meio dos títulos, sumários, *abstracts* ou resumos. Por meio de um necessário padrão, os periódicos permitem o acesso e a recuperação de artigos e autores, e dos próprios títulos de periódicos, pelo processo de tratamento, sistemas de indexação de bibliotecas e bases de dados que, por sua vez, vão permitir a execução de outros serviços de informação, como análise de citação, fator de impacto, entre outros (GRUSZYNSKI; GOLIN, 2008).

A literatura científica, objeto deste estudo, é tão importante quanto a própria pesquisa, pois não está completa sem que os resultados sejam disseminados (MEADOWS, 1999). Dentre os diversos canais, destaca-se o periódico científico como o mais importante recurso informacional amplamente lido. Além disso, os cientistas com trabalhos reconhecidos através de prêmios de desempenho leem, em média, mais periódicos dos que os cientistas não premiados (TENOPIR; KING, 2009).

De acordo com Mueller (2005), nas Ciências Sociais Aplicadas, o periódico divide com o livro a preferência de publicação e tem as seguintes funções:

estabelecer a ciência certificada; ser um canal de comunicação entre cientistas e de divulgação mais ampla; servir como memória científica; registrar a autoria da descoberta. Para essa autora, o periódico é considerado o arquivo oficial da comunidade científica, já que a avaliação e a crítica prévias dos textos submetidos à publicação, feita por editores e bancas de especialistas, que consideram a plausibilidade e a importância da argumentação, sem nenhuma deferência especial à identidade do autor ou da empresa para a qual trabalha, conferem-lhe uma base mais sólida para a ciência.

Os periódicos nacionais têm papel importante na disseminação da informação para a comunidade científica do Brasil, principalmente em áreas mais voltadas aos temas de interesse nacional (OLIVEIRA 2009). A Saúde Pública é uma área temática que também tem forte interesse nacional, regional e, muitas vezes, local.

Em suma, a produção científica no Brasil cresce em todas as áreas do conhecimento. Segundo o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, há atualmente 48.871 pesquisadores cadastrados no País, reunidos em 11.760 grupos de pesquisa e atuando em 224 instituições. Na área da saúde, boa parte desse crescimento está associada à expansão e consolidação da pós-graduação. Em 2000, aproximadamente 30% dos grupos de pesquisa filiam-se às áreas das ciências da saúde e/ou biológicas, em cerca de 9.000 linhas de pesquisa, o que mostra que constituem campos bastante proeminentes da pesquisa no País (GUIMARAES; LOURENÇO; COSAC, 2008).

Tomando como referência a biblioteca eletrônica Scielo, os indicadores também apontam para o predomínio das áreas da saúde e biomédicas. De um total de quase 100 títulos de periódicos atualmente disponíveis na Scielo, cerca de metade estão relacionados a essas áreas. As duas revistas com o maior número de acessos plenos a artigos (*downloads*) são *Cadernos de Saúde Pública* e *Revista de Saúde Pública*, que já ultrapassaram a marca dos 300 mil *hits* (COIMBRA JR., 2003).

No Brasil, a dinâmica interna da revista científica induz ao desempenho de um papel educativo por parte do corpo editorial e do processo de controle de qualidade, tendo em vista elevar o padrão de qualidade dos periódicos científicos nacionais.

As formas atuais de armazenar e recuperar a informação trazem grandes facilidades, como o acesso rápido e a inexistência de barreiras geográficas. A ascensão da tecnologia para o desenvolvimento científico, com base nas tecnologias de informação e de comunicação (TIC) incorporadas aos processos de comunicação

científica e, conseqüentemente, o periódico eletrônico, contribuem para uma mudança radical no sistema tradicional de comunicação científica, no qual o acesso a todo conhecimento científico torna-se universal e sem barreiras. Outro fator é que o uso da tecnologia possibilita a constituição da iniciativa de arquivos abertos (*Open Archives Initiative*), a qual define um modelo de interoperabilidade entre bibliotecas e repositórios digitais (SUAIDEN, 2007).

3.3 PERIÓDICO CIENTÍFICO: IMPRESSO E ELETRÔNICO

O periódico científico, criado em 1665, consiste em publicar notícias científicas, transformando-se em um veículo de disseminação do conhecimento originado nas atividades de pesquisa. Price (1976) mostra que isso ocorre automaticamente, mas é fruto de um longo caminho percorrido até que o periódico assuma sua feição atual.

A publicação de artigos produzidos por autores individuais representa uma evidente inovação na vida da ciência e, como todas as inovações, encontra entre os cientistas uma resistência considerável. A transformação do artigo científico no formato atual tem cerca de um século, isto porque o que acontecia anteriormente era publicação de "notícias científicas" (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

A disseminação da informação pelo periódico, igualmente, se diversifica e ao tradicional veículo de comunicação de artigos se juntam outros exemplos como o de resumo, o de alerta corrente, o de cartas e o de revisão e síntese da literatura (LUCHESE, 2007). O periódico científico atua como um filtro seletivo, reproduzindo as sanções e exigências próprias do campo científico. Confere valor às pesquisas e as situa no seu grau de originalidade em relação ao conhecimento já acumulado em determinada área do conhecimento. Além de garantir a memória da ciência, aponta seu grau de evolução, estabelece a propriedade intelectual, legitima novos campos de estudos e disciplinas, constitui-se em fonte para o início de novas pesquisas, dando visibilidade e prestígio aos pesquisadores (GOLIN; GRUSZYNSKI, 2008).

O periódico científico é utilizado como indicador para avaliação de cursos de pós-graduação, concessão de bolsas, progressão funcional, entre outros. Atua como

índice nos sistemas de julgamento que configuram as estruturas institucionais de pesquisa e, conseqüentemente, nos mecanismos decisórios de poder e distribuição de verbas destinadas (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Com o advento das tecnologias, surgem possibilidades para otimizar o acesso e a disseminação da informação, alterando o paradigma de informação bibliográfica baseada em suporte impresso. O acesso a novos recursos informacionais, por meio de rede de computadores, torna-se uma realidade. É fato que a edição de publicações eletrônicas vem agilizando o acesso a seus conteúdos, contribuindo para a produção de outros conhecimentos e, conseqüentemente, para o aumento exponencial do volume de informações, verificado notadamente na segunda metade do século XX. Nesse período, o número de títulos de periódicos impressos passa de cerca de 10 mil para 1 milhão (KRZYZANOWSKI; TARUHN, 1998).

Sobre o volume de periódicos existentes no mundo, Wieers (1994) realiza um levantamento e faz uma projeção para os anos 2000, conforme Figura 3, cujos dados são próximos aos do ISSN (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005).

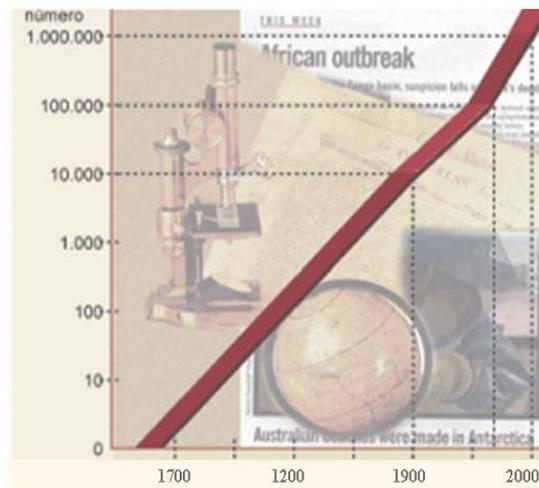


Figura 3 – Volume de periódicos no mundo – 1700-2000

Desde o surgimento dos primeiros periódicos científicos, as transformações da comunidade científica, suas exigências e interesses, assim como as tecnologias disponíveis, transformam-se gradualmente, conformando as práticas editoriais dos periódicos (MEADOWS, 1999). O próprio objeto modifica-se gradativamente, oferecendo novas possibilidades de leitura, acesso e ratificação do que é científico. Para Weitzel (2006), atualmente, assiste-se a uma crise no modelo clássico de

produção, distribuição e consumo dos periódicos científicos, processo que também passa pela inevitável migração do suporte tradicional impresso para o eletrônico, sinalizando mudanças tanto no mercado editorial da comunicação científica como nas estratégias de visibilidade do conhecimento.

Para Le Coadic (2004), a substituição do suporte de papel pelo suporte eletrônico não afeta o processo do trabalho coletivo, como se pode observar no Quadro 2.

Antigo paradigma		Novo paradigma
TRABALHO	trabalho individual	trabalho coletivo
CIÊNCIA	acervo	fluxo
ORIENTAÇÃO	orientado pelo bibliotecário	orientado pelo usuário
TECNOLOGIA	papel	elétron

Quadro 2 – Paradigmas da ciência da informação

Fonte: Adaptação feita de Le Coadic (2004, p.108)

A redução de custos das publicações periódicas com o uso de microforma é tentada pela primeira vez na década de 1960, porém essa opção não obtém sucesso na comunidade usuária. Na década de 1970, com o uso do computador e o surgimento da editoração eletrônica, as revistas científicas obtêm melhor qualidade e agilizam o processo de editoração. Lancaster (1978) descreve um sistema de comunicação em rede totalmente sem papel, testado entre pesquisadores na *University of Illinois*. Ainda nessa década iniciam-se os primeiros estudos para obtenção *on-line* de artigos indexados em bases de dados bibliográficas (STUMP, 2008).

Segundo Targino (1997), a primeira experiência de revista eletrônica é realizada nos Estados Unidos, pelo *New Jersey Institute Technology*, com a criação do *Eletronic Information Exchange System*, que inclui boletins e notas científicas. Na década de 1980, a *University of Birmingham* e a *Loughborough University of Technology* desenvolvem um projeto intitulado *Birmingham and loughborough Eletronic Network Development Project*, originando a revista *Computer Human Fators* (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

Antes do advento do CD-ROM, buscavam-se alternativas para o periódico impresso em papel: microfichas produzidas como saída de computador ou mesmo

feitas com o emprego da técnica micrográfica tradicional, e revistas em disquetes. Ainda na primeira metade da década de 1990, quando a internet ainda não se instalara no Brasil, surgem algumas publicações em CD-ROM (BRIQUET DE LEMOS, 2007).

Somente no final da década de 1990 ocorre a grande mudança, através das redes de telecomunicações, para transmissão eletrônica. Até a primeira metade dessa década, a publicação periódica apresenta-se predominantemente impressa em papel. Porém, no final do século, o periódico eletrônico passa a ser aceito universalmente pela maioria dos atores envolvidos no processo de produção e divulgação da revista científica (NASCIMENTO, [ca. 2000]).

Revistas especializadas não são mais editadas em papel; encontram-se disponíveis apenas *on-line*, em sites próprios ou em bases de dados de texto completo denominadas de bibliotecas eletrônicas. Essas bibliotecas surgem com a finalidade de diminuir os problemas de acesso ao documento original e também aumentar a visibilidade das publicações.

Os idealizadores do periódico eletrônico, Sondak e Schwartz, não pensam na distribuição *on-line*, mas no fato de que as bibliotecas necessitam receber as informações através de um arquivo disponível por meio do computador e, no caso dos assinantes, através de microfichas fornecidas também por computador (VIEIRA, 2006). Segundo Lemos (2008, p. 1): “[...] em 1991 havia mais ou menos 30 periódicos eletrônicos é naquela data seu número chega a 16.587, e incluía revistas propriamente ditas e boletins.” Targino (1997) esclarece que a maioria dos autores identifica e categoriza os periódicos científicos eletrônicos em dois tipos: os periódicos *on-line* e os periódicos em CD-ROM.

A transição entre o mundo impresso e o mundo *on-line* é discutida por Meadows (2001), que descreve as tensões existentes entre o conhecido mundo impresso, e seus pacotes determinados de informação, e o espaço *on-line* como um contínuo informativo. Questões arraigadas, como o direito autoral cedido aos editores e a exclusividade de publicação, são redimensionadas neste ambiente, assim como a própria velocidade de validação e circulação do conhecimento.

Para Biojone (2003), o chamado sistema *on the fly*, oferecendo a possibilidade de divulgar um texto logo que ele é liberado pelo *peer review* (revisão por pares), pode suplantar a lenta circulação, a eventual falta de pontualidade e os limites típicos da ciência organizada em fascículos de papel.

Meadows (2001) discute a dificuldade, no cenário digital, de se distinguir entre comunicações formais e informais, ainda que o periódico eletrônico necessite reproduzir as rotinas que abalizam sua reputação e credibilidade na cultura letrada. Sobre a questão, Biojone (2003) argumenta que o desejo, por parte de alguns atores, de disponibilizar na rede uma grande quantidade de informação perdida no processo de arbitragem, assim como textos que são submetidos a avaliações *post-hoc*, abalam um dos principais pilares de confiabilidade no processo formal de comunicação entre pesquisadores: a revisão pelos especialistas. Sabbatini (2008) diz que a cautela impera, discernindo o comentário entre os pares da avaliação tradicional. No caso dos periódicos, Biojone (2003) afirma que há quem defenda um rigor ainda maior na filtragem do que é disponibilizado *on-line*, dado o alcance e o efeito multiplicador da leitura em rede.

A cultura da comunicação eletrônica, para Targino (1997), conserva características da cultura oral e escrita e, neste sentido, é, em essência, a transmissão de informações científicas através de meios eletrônicos. Para a autora, a comunicação eletrônica pode ser vista sob duas perspectivas: como um processo de mudanças estruturais induzidas tecnologicamente, como resultante das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC); como um recurso para incrementar e aperfeiçoar o contato entre cientistas.

A revista eletrônica, em geral, é caracterizada pela utilização de um formato eletrônico de publicação, beneficiando-se de recursos audiovisuais (imagens, áudio, vídeo) e de *links* a outros documentos, que transformam a estrutura do artigo científico tradicional em um hipertexto, permitindo ao leitor navegar pelas fontes e dados utilizados pelos autores (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

Vale ressaltar que o primeiro periódico eletrônico é o *Postmodern Culture*, fundado em 1990, publicado pela *Johns Hopkins University Press*, com apoio da Universidade de Virginia e do *Vassar College*. Na América Latina, algumas iniciativas pioneiras ocorrem na década de 1990. No Brasil, a primeira revista publicada em formato eletrônico é a *The Journal of Venomous Animals and Toxins*, uma revista interdisciplinar, publicada em inglês, que se dedica à pesquisa de diferentes aspectos de venenos e, em 1998, integra-se ao projeto Scielo, em parceria Bireme-Fapesp. É indexada em várias bases de dados, a exemplo da *Chemical Abstracts Service*, *Excerpta Médica* (Embase), *Ulrich's International*

periodicals Directory, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), dentre outras (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

A primeira base de dados de textos completos de revistas científicas eletrônicas brasileira é a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO),² que tem início em junho de 1998, concebida em 1995, por uma parceria entre a Bireme/OPAS/OMS – Centro Latinoamericano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente, conta com o apoio do CNPq. A SciELO é, ao mesmo tempo, uma coleção de revistas selecionadas em texto completo, uma base de dados bibliográfica e um site de indicadores bibliométricos de uso, citação e acesso às revistas da coleção.

O projeto SciELO é iniciado primeiramente em países em desenvolvimento a adotar o modelo de publicação em acesso aberto, ao mesmo tempo em que se inicia a discussão desse modelo nesses países. Esse pioneirismo também se manifesta, quando é discutida e aprovada, em um evento internacional organizado pela Bireme, a *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*, que destaca a inserção dos países no movimento de acesso aberto mundial. A rede de sites inclui revistas do Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, Venezuela e Argentina, além de uma coleção temática em Saúde Pública. Merecem destaque: *African Journals Online*, patrocinada pela *International network for the Availability of Scientific Publications* (INSP/ICSU), *Biomedical Journals from Índia* (medIND) e Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe Espana e Portugal (RedALyC). (GRUSZYNSKI; GOLIN; LUCCHESI, 2007).

Outra iniciativa, visando a otimização dos procedimentos editoriais de revistas eletrônicas, é o desenvolvimento do programa livre e de fonte aberta *Open Journal Systems* (OJS) da *British Columbia University*, traduzido e adaptado pelo IBICT, originando o Sistema Eletrônico de editoração de revistas (SEER)³. (GRUSZYNSKI; GOLIN; LUCCHESI, 2007).

No Brasil, no início de 1990, é criado o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

² O projeto *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) viabiliza a consulta a periódicos brasileiros e estrangeiros selecionados com base em critérios internacionais de qualidade científica.

³ O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um programa livre e de fonte aberta que otimiza e dá transparência a procedimentos editoriais, desde a submissão de artigos até sua publicação *on-line*. Informações em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=SEER>>

Superior (Capes), que passam a adquirir os periódicos científicos para as Instituições de Ensino Superior (IES), integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Em 1998, a Capes reformula seu programa, tendo como uma das linhas de ação a “[...] disponibilização do acesso universalizado ao conteúdo de periódicos/revistas internacionais e de bases de dados referenciais através do Portal criado pela Capes [...]” (ABEC, 2008 p. 1). O Portal de periódicos Capes tem início com a assinatura da *web of science* e em seguida como *Science Direct Online*, base de dados com texto completo.

Na esfera internacional, destacam-se as bases de dados *Biomed Central*, que proporcionam acesso aberto a mais de 100 revistas científicas da área biomédica; *Public Library of Science*, cujo objetivo é oferecer acesso à literatura científica, além de publicar suas próprias revistas em versão eletrônica e impressa; PubMed Central, iniciativa do *US National Institutes of Health* com objetivo de criar um repositório de textos completos de revistas científicas na área das ciências da vida; *High Wire Press*, uma divisão da *Stanford University Libraries*, que produz versões *on-line* de cerca de 100 revistas científicas de alto impacto e oferece acesso a mais de 780.000 artigos em texto completo aos assinantes ou aos participantes de consórcios institucionais.

Mesmo com o avanço das publicações eletrônicas, o fluxo tradicional da comunicação científica ainda permanece bem próximo ao do início da comunicação científica, ou seja, o meio impresso. Packer et al. (1998, p. 110) afirma:

[...] embora exista um número crescente de iniciativas para renovação do modelo de comunicação científica, a tendência dominante na comunidade de editores e publicadores científicos é manter a sua essência e aperfeiçoar progressivamente o seu funcionamento por meio de contribuições das tecnologias de informação.

É inegável que a revista eletrônica torna-se realidade e transforma o fluxo de produção de uma revista, desde a editoração à distribuição, aumentando a visibilidade e criando mecanismos mais efetivos para a gestão do conhecimento científico. Em 2001, 18% das revistas científicas encontram-se indexadas na Lilacs; em 2005 esse número sobe para 46%. As novas tendências contribuem para uma transformação no fluxo completo da comunicação científica, desde a produção do artigo pelo autor, editoração e publicação até a disseminação e utilização. A publicação eletrônica potencializa as funções tradicionais das revistas científicas, ao

permitir maior visibilidade à produção científica, de maneira mais eficiente e transparente para todos os atores envolvidos no fluxo de comunicação científica.

As mudanças nas publicações periódicas científicas *online* alteram aspectos de forma, potencializam a divulgação de conteúdos e modificam a gestão editorial. O uso intensificado das novas tecnologias da informação e comunicação é fator decisivo para facilitar e disseminar a publicação periódica, no contexto nacional e internacional, principalmente na redução de custos operacionais, facilitando a indexação em mecanismos de recuperação da informação e, conseqüentemente, ampliando a visibilidade da ciência.

De acordo com Meadows (1999, p.1), "[...] a forma como as revistas apresentam a informação evolui gradualmente durante os três últimos séculos em resposta tanto às transformações tecnológicas quanto às exigências cambiantes da comunidade científica." Com isso, verifica-se que os periódicos científicos passam por grandes mudanças, desde sua forma tradicional, passando pelo hipertexto, chegando ao periódico eletrônico.

Este fenômeno é evidenciado por Simeão (2003), ao estudar as alterações verificadas no formato dos periódicos científicos eletrônicos. Pesquisa realizada para elaboração de sua tese de doutorado junto a 400 periódicos eletrônicos disponíveis no portal da Capes (dos 2.412 títulos oferecidos em 2002) demonstra a existência de mecanismos que indicam a prática de uma comunicação diferenciada, denominada "extensiva", e própria do contexto da comunicação eletrônica em rede.

Considerando a importância dos periódicos eletrônicos para a comunidade científica, no que tange à aceleração para o acesso à informação e ao conhecimento, entende-se que ainda se espera o aprimoramento dos critérios de avaliação que atendam aos parâmetros científicos e se adéquem às necessidades dos usuários, garantindo a manutenção da credibilidade, acessibilidade, disponibilidade e legitimidade. Contudo o periódico científico, impresso ou eletrônico, cumpre os objetivos de disseminar informação e o conhecimento.

4 A REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA: 1974-2008

4.1 A REVISTA E SUA CRIAÇÃO

A criação da Revista Baiana de Saúde Pública pela Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB) ocorre sob a égide do regime militar e a falência do milagre econômico, com a crise do capitalismo mundial do início dos anos setenta e o decréscimo de legitimidade do autoritarismo (1964-1984). Nesse período estabelecem-se novas estratégias de planejamento social, e no setor saúde originam-se as chamadas políticas racionalizadoras, que incorporam a ideologia do planejamento de saúde como parte de um projeto de reforma em saúde de cunho modernizante e autoritário. Nesse período os programas de saúde implantados acontecem de forma verticalizada, da esfera federal à esfera estadual e municipal.

A SESAB é uma instituição que emerge no cenário baiano como produto da história das políticas públicas brasileiras e das suas burocracias. Ilustra uma condensação material das forças sociais e políticas, sustenta o Estado e é representada pela ampla área da saúde.

O modelo de saúde que vigora no período do regime militar centra-se no modelo médico-hospitalar dominante e apresenta uma estratégia de reserva do Estado face à crise do setor saúde, pela insuficiência, descoordenação, má distribuição, inadequação e ineficiência dos serviços. Desde o começo da década de 1970, muitos estudos e pesquisas demonstram que o modelo de desenvolvimento que o País adota concentra renda e não distribui benefícios sociais e, com isso, proporciona danos e prejuízos a saúde das pessoas. Nesse momento, muitas dificuldades impedem a circulação dos estudos, devido à repressão política. Vários movimentos sociais eclodem na segunda metade da década de 1970, enquanto se aprofundam as contradições no âmbito da saúde (PAIM, 2006).

Segundo esse autor, no âmbito da saúde, esses movimentos constituem-se em possibilidades de articulação de forças sociais contrárias às políticas de saúde autoritárias e privatizantes. Esses enfrentamentos, juntamente com a impossibilidade econômico-financeira de o Estado buscar legitimidade popular pela

extensão dos serviços de saúde, mantendo o modelo dominante de atenção médico-hospitalar, favorecem a reatualização do discurso oficial. Tem-se como marco do chamado discurso “democrático-social” do estado brasileiro a VII Conferência Nacional de Saúde, no qual é anunciado pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE).

A conjuntura pós-74 corresponde a uma fase de mudanças no setor saúde. Isto, entretanto, não quer dizer que a saúde e a previdência passam a se constituir em prioridade no âmbito das políticas setoriais, ou que sejam contempladas com percentuais mais significativos dentro do orçamento da União, mas, por essas questões, constituem-se em campo de luta político-ideológica. Em consequência desses movimentos reivindicativos, o governo institui o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), prometendo para a Saúde e a Previdência: ampliar e melhorar os serviços de saúde pública, combater as endemias, fortalecer as atividades de medicina preventiva, reduzir custos, expandir atividades previdenciárias, inclusive as do setor privado. Reconhece as funções do Ministério da Saúde, na definição das políticas de saúde, acena para a descentralização de atividades para estados e municípios e promete esforço de desburocratização e racionalização do sistema de arrecadação da Previdência.

No caso brasileiro, os movimentos sociais ligados às associações de bairro e às comunidades eclesiais de base, o movimento de renovação médica, a realização da semana do trabalhador, a crítica do Centro de Estudos Baianos em Saúde (CEBES), dentre outros, confirmam esse movimento crítico da saúde no Brasil.

Em âmbito estadual, o desencadeamento desse processo resulta na formação de contrapolíticas pelas oposições, em que a proposta do CEBES, apresentada no I Simpósio sobre Políticas Nacional de Saúde em 1979, postulando a criação de um Sistema Único de Saúde, representa um dos exemplos mais significativos.

Como visto, entre 1974 e 1984 ocorre grande tensão social, abertura do mercado de capital multinacional, repressão militar, concentração de renda, carência de infraestrutura urbana e outros privilégios do setor privado de saúde. Estabelecem-se novas estratégias de planejamento social.

Com relação à saúde, surge o movimento sanitário, utilizando estudos realizados para denunciar os efeitos do modelo econômico vigente. Além de denunciar, esse movimento propõe um projeto de transformação do Sistema de

Saúde vigente, com as chamadas políticas racionalizadoras, tais como: investimento na saúde com a implantação do Plano de Pronta Ação: atendimento de urgência e emergência, pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS); crise do setor saúde pela insuficiência e descoordenação; má distribuição de renda; inadequação e ineficiência dos serviços; e criação de inúmeros programas verticais: materno-infantil, Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil (PNI/PIASS), Programas de Extensão de Coberturas (PECS) e o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN); criação do sistema de Vigilância Epidemiológica (Lei 6259/75) e do sistema de Vigilância Sanitária, através da Lei de nº 6360/76, criação do Instituto Nacional de Medicina e Previdência Social (INAMPS); lançamento do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE), objetivando estender a cobertura por serviços básicos de saúde a toda a população, reorganizar o setor de saúde e promover a melhoria das condições do ambiente e da água, bem como medidas sanitárias necessárias ao controle da esquistossomose e da doença de Chagas; e realização da V Conferência Nacional, que tem como tema a reforma sanitária, e da VII Conferência Nacional de Saúde, que se constitui num marco do chamado discurso “democrático-social”. Estas conferências repercutem nacionalmente (LIMA, 2004).

Em relação às doenças prevalentes dessa década, ocorre o predomínio das Doenças do Aparelho Circulatório (DAC), superando as Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP) como principais causas de óbito, a epidemia de meningite meningocócica no País, afecções originadas no período perinatal; como medida preventiva tem início a campanha de vacinação nacional.

No âmbito da ciência e tecnologia, a Informação científica e tecnológica no Brasil aparece nas políticas públicas na década de 1970. Desse modo, vai refletir o momento histórico por que passa o País, sob os auspícios do regime totalitário, desde a década de 1960. Daí a vinculação entre Ciência e Tecnologia (C&T) e, conseqüentemente, de informação e segurança nacional, assim como a ênfase no planejamento.

A ascensão dos militares ao poder privilegia a “segurança nacional”, o que não significa, nos 20 anos que ali permanecem, uma hegemonia de pensamento quanto às políticas de desenvolvimento econômico ou aos rumos da política científica, tecnológica e industrial. A ciência, a tecnologia e a informação, durante esse período, passam a ser consideradas fatores vinculados à segurança nacional, portanto, sob o

controle do Estado, mesmo que os diversos governos apresentem, por vezes, ambiguidades quanto às prioridades que lhes são dadas (SANTOS, 1996).

Na década de 1970, precisamente de 1972 a 1974, cria-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), prevendo-se a implantação de um Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia, cujo objetivo precípua é: “[...] captar, tratar e difundir, de forma sistemática e permanente, informações atualizadas na área de Ciência e Tecnologia, assim como os vários subsistemas que dele participam com suas respectivas áreas de atuação” (PINHEIRO, 1997, p. 84-85).

A inclusão da informação científica e tecnológica nas políticas públicas nacionais ocorre de forma gradativa e tem início nessa década, com os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) e Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). O período é caracterizado por ações de planejamento governamental (MIRANDA, 1977). Nesse período, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) passa a se denominar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Surge “[...] como órgão de fomento e coordenação com a missão de promover a efetivação do Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia” (PINHEIRO, 1997), fato que se reflete em sua produção científica.

Nesse período, o conteúdo das publicações do periódico *Ciência da Informação* e na produção discente do curso de Ciência da Informação (CI) do IBICT, os temas de maior incidência são, em primeiro lugar, a ciência, seguido da cultura (FREITAS, 2001).

Na mesma década, inicia-se o primeiro mestrado em CI no Brasil, de acordo com as propostas do grupo de trabalho de 1966, que, ao possuir uma:

[...] filiação a políticas de Estado modernizantes, confere caráter bastante especial às práticas e à reflexão desenvolvidas no seio da instância responsável pelo programa de pesquisa e pós-graduação que influencia fortemente outros cursos de pós-graduação em informação no Brasil (FREITAS, 2001, p.87).

O curso de mestrado passa a formar pesquisadores e profissionais, oriundos de diversas áreas do conhecimento, com trabalhos voltados para outras áreas de aplicação da CI, que não a Biblioteconomia.

A SESAB, para orientar a política de admissão na instituição, busca adequação técnico-científica do quantitativo de pessoal em relação às necessidades do serviço e às possibilidades dos demais recursos existentes,

provendo elementos para programação e, sobretudo, realizando estudos que evidenciem carreiras profissionais a serem galgadas pelos funcionários integrantes do sistema. Cria-se um instrumento de veiculação científica que facilite a publicação de projetos, relatórios e estudos da área de saúde, produzidos pelos seus técnicos e pessoas da academia que desenvolvem pesquisas relativas à saúde populacional, criam-se procedimentos e acatam-se os já estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se configurando ao longo de mais de três décadas.

Nesse sentido, é criada a Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP) em 1974, pela Portaria Nº 210, como órgão oficial da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. Este periódico é muito importante naquele momento, permitindo a divulgação de estudos e pesquisas, fruto da dedicação à pesquisa no campo da saúde pública, dos alunos e docentes da pós-graduação que emerge na Bahia. A criação de um órgão oficial para divulgar as atividades do setor saúde, sobretudo no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado, é uma antiga pretensão dos profissionais dedicados à elevação dos níveis de saúde da população do Estado. Dessa forma, a RBSP tem como objetivos precípuos:

- permitir a divulgação das atividades da Secretaria da Saúde, seja no que se refere às dificuldades enfrentadas, seja referente à medida que vem adotando para solucionar os problemas sanitários do Estado;
- oferecer aos pesquisadores e estudiosos da Bahia e do Brasil, mais um veículo de divulgação dos resultados de seus trabalhos;
- tornar disponível para discentes e docentes das Ciências da Saúde, maior número de informações científicas, sobretudo ligadas à nosologia regional predominante e à modernização das práticas de prestação de serviços;
- manter um instrumento de atualização e revisão de conhecimentos para profissionais em saúde, sobretudo aqueles que, a serviço da Secretaria, radicados no interior do Estado, encontram certas dificuldades de acesso à leitura especializada, indispensável ao aperfeiçoamento profissional.

Após o reconhecimento dos seus objetivos, segue-se a busca de métodos ou técnicas de análise de seu desempenho e comportamento de sua literatura,

considerando ser esta publicação periódica o principal veículo de comunicação da literatura científica de pesquisadores e estudiosos.

Iniciada com a periodicidade bimensal, em 1974 publica um volume com três fascículos. Em 1975 publica quatro fascículos, mas, devido a dificuldades de ordem orçamentária em relação à disponibilidade de recursos financeiros, a publicação da Revista sofre restrições e descontinuidade de sua periodicidade.

Devido à falta de recursos financeiros, decorrente dos processos de corte orçamentário, no ano de 1976, o periódico é editado com recursos do Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Saúde do Estado da Bahia (PISEB), No ano de 1977, publica dois fascículos e, neste ano, a Revista obtém o registro do *International Standard Serial Number* (ISSN).

Em 1978, a RBSP conta com recursos da Fundação de Saúde do Estado da Bahia (FUSEB), sendo publicados dois fascículos. As atividades, nessa década, referem-se à publicação dos volumes e normalização dos artigos a serem publicados, preparo para impressão, realizada de forma terceirizada, prestação de serviço com a Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), e distribuição da Revista para as principais instituições científicas e de saúde do mundo, as instituições nacionais, bibliotecas e especialistas da mesma área.

A década de 1980, para a Revista Baiana de Saúde Pública, representa um novo momento. Em 1981, um novo regimento é aprovado, facilitando o seu processo de editoração, tendo-se processado a recuperação dos números que se encontram em atraso. Em 1982, a edição dos números da Revista atinge os objetivos e publicam-se três números até dezembro de 1982.

Nos anos seguintes inicia-se um processo de irregularidades em sua publicação. A Revista apresenta lacunas e a periodicidade almejada raramente é obedecida. A necessidade de que a informação técnico-científica se tornasse mais dinâmica dentro da instituição SESAB encontra dificuldades e não se medem esforços para manter e veicular esta fonte de informação científica, a cargo do Setor de Documentação e Informação responsável pela Revista.

No campo da política, a década de 1980 é marcada pela abertura democrática, permitindo a liberdade da discussão política e a volta dos exilados ao País. Um período de aguçamento da crise do capitalismo internacional, recessão e desemprego levam os movimentos sociais a priorizar as lutas pela garantia do emprego e contra o arrocho salarial. Nesse contexto, as mobilizações políticas em

função da questão saúde, restringem-se, eventualmente, a lutas corporativas de categorias profissionais. Ocorre a crise da Previdência Social, que elabora medidas importantes nas políticas de saúde, culminando com a formulação e aprovação do Plano de Reorientação da Assistência à Saúde no âmbito da Previdência Social, com dois grandes projetos: as Ações Integradas de Saúde (AIS) e as Autorizações de Internações Hospitalares (AIH). (PAIM, 2006). As Ações Integradas de Saúde representam, pela primeira vez, a possibilidade das instituições públicas se comunicarem e planejarem mais articuladamente. Criam-se as Comissões Inter-Institucionais de Saúde, embriões dos Conselhos de Saúde.

Com a superação do regime militar e o surgimento da Nova República (1985-1988), o movimento social aumenta e favorece maior discussão sobre os rumos dos Sistemas de Saúde. A Assembléia Nacional Constituinte discute a nova ordem jurídica institucional do País e a convocação da VIII Conferência Nacional de Saúde, para debater a nova proposta de estrutura política de saúde do País, prevista no plano do novo governo.

Com a proposta da Reforma Sanitária, ocorre a mobilização em larga escala da participação institucional de representações da sociedade civil no processo de concentração de interesses e pactuação em políticas de saúde. Por outro lado, formalizam-se as propostas dos Conselhos de Saúde como parte consultiva do Sistema (LIMA, 2004). A autora acrescenta, em sua interpretação da conjuntura dessa década, a criação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUDS).

Na Bahia, a Secretaria Estadual de Saúde, o INAMPS, a Fundação SESP, a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) unem esforços para, juntamente com os Municípios, instituições filantrópicas e prestadores privados, contratados e conveniados, viabilizarem as mudanças necessárias na área da saúde. Assina-se, então, o convênio entre Governo do Estado da Bahia e Governo Federal para a implantação do SUDS, como forma de aperfeiçoamento das Ações Integradas de Saúde (AIS).

A política estadual de saúde definida pelo governo estadual tem como primeira diretriz assumir as Ações Integradas de Saúde como estratégia de base para uma reforma sanitária no Estado. O governo se responsabiliza não apenas pela gestão dos serviços públicos estaduais, como também se compromete com a

proposta da Reforma Sanitária e com as Ações Integradas de Saúde, como estratégia de unificação de ações, recursos e instituições, com vistas à organização do Sistema Único de Saúde (PAIM, 2006).

Acrescentam-se a essa definição do papel do Estado dois fatos ocorridos em 1987, que desencadeiam, na SESAB, um processo de reforma administrativa: a) a extinção do Instituto de Saúde do Estado da Bahia (ISEB), pela Lei N^o. 4.697, de 15 de julho de 1989; b) o convênio SUDS 231879, que estabelece o prazo de 180 dias para a fusão do INAMPS com a Secretaria Estadual de Saúde.

No ano de 1988, é promulgada a Constituição brasileira, e a saúde é incluída no capítulo da Seguridade Social, com financiamento comum e, para organizar o funcionamento do SUS, são elaboradas e aprovadas as Leis Orgânicas da Saúde. Estas leis expressam as conquistas contidas na Constituição, mantendo e aprovando as suas ambiguidades (LIMA, 2004).

Vale ressaltar que, nessa década, em relação à saúde da população, ocorre a redução dos índices de mortalidade infantil, doenças imunopreveníveis, doenças por causas externas, dengue. Acrescenta-se ao início dessa década o aparecimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), mas, ao final desse período, com a detecção de práticas de cuidados com a saúde (campanhas de informação, esclarecimentos à população), medidas sanitárias de controle da doença reduzem o número de mortes pelo Vírus Imunodeficiência Humana (Human Immunodeficiency Virus - HIV).

Em Ciência e Tecnologia, na década de 1980, destaca-se a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para atender a um antigo anseio da comunidade científica e tecnológica nacional. A área de competência abriga: a) o patrimônio científico e tecnológico e seu desenvolvimento; b) a política de cooperação e intercâmbio concernente a esse patrimônio; c) a definição da Política Nacional de Ciência e Tecnologia; d) a coordenação de políticas setoriais; e) a política nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia (CARVALHO, 2002).

Como já referido, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) passa, no final da década de 1970, a ser de definição na C & T, adquirindo, a partir dos anos 1980, o papel de “[...] órgão central com condições institucionais e materiais para desempenhar funções de coordenação descentralizada das atividades de informação em ciência e tecnologia no país” (MARTINS, 2005, p. 96).

Os projetos e programas integram os documentos específicos, denominados “ações programadas”, sendo importante destacar:

- Ação Programada de Informação Científica e Tecnológica, em 1984, da qual participam mais de 100 profissionais da área de informação;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), que apoia o IBICT e outros sistemas em áreas priorizadas pelo CNPq;
- Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), que surge em 1986.

Essas “ações programadas” influenciam no crescimento do IBICT, que passa a participar efetivamente dos seguintes sistemas:

- Rede Antares (acesso descentralizado a bases de dados);
- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP);
- Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PBCTI);
- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN);
- Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT).

Além disso, o IBICT produz bancos de dados para a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e Rede Nacional de Computação por Pacote (RENPAQ) da Empresa Brasileira de Telecomunicação (EMBRATEL). (RIBEIRO, 1997).

Essa década registra a criação da base Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS) pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). A LILACS é uma base cujas características e objetivos a fazem mais *exaustiva* do que *seletiva* (CASTRO; FERREIRA; VIDILI, 2008), o que coloca o foco principal da avaliação para ingresso e permanência em aspectos técnico-normativos. Trata-se de uma avaliação *diferenciada*, visando a uma *nova finalidade* — indexação em lugar de *financiamento*.

Nesse período, os sistemas eletrônicos tornam-se acessíveis às instituições de ensino e pesquisa. Entretanto sua utilização exige que os bancos de dados sejam centralizados, o que faz com que o IBICT assuma sua liderança (MARTINS, 2005).

Na década de 1990, vivencia-se o período da pós-constituinte (1989-2002). As políticas de Saúde voltam-se para a política contrária à implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se a elaboração das constituições estaduais e das

leis orgânicas dos municípios, das conferências estaduais e municipais de saúde, da participação da sociedade civil organizada, através das entidades de classe e dos conselhos de saúde. O ano de 1997 é eleito pelo governo como “O ano de saúde no Brasil”, comprometendo-se com a mudança do modelo de atenção, através do Programa Saúde da Família (PSF). A SESAB adota também este modelo, comprometendo-se com sua implantação em todo Estado (PAIM, 1999).

Ainda nesta década, evidencia-se um novo momento da instituição SESAB, com a mudança de seu regimento para atender às disposições constantes da Lei Federal nº 8.080/90, que constitui o SUS (BAHIA, 2009b). Acontece nesta década uma epidemia de cólera e o incremento das mortes pela doença.

A Revista Baiana vincula-se, então, à Divisão de Comunicação e Documentação (DICOD), e cria-se a Seção de Publicação Científica, com o objetivo de divulgar a comunicação científica do Brasil e de outros países, por meio dos trabalhos de pesquisa realizados por profissionais da área de saúde pública e ciências correlatas, utilizando como instrumento a Revista Baiana de Saúde Pública.

Nesse período, a RBSP sofre um processo de retroação muito incisivo. Devido ao processo de mudança organizacional e estrutural da instituição SESAB, com modificações em seu quadro de profissionais e nas estruturas regimentais, ocorre falta de continuidade da periodicidade, diminuição de prestígio e conseqüente redução nos recebimentos de manuscritos científicos para publicação.

Em 1993, configura-se uma nova composição do Conselho Editorial da Revista, passando a ter Editor-Chefe e membros do Conselho Editorial, formado por Diretores e ocupantes de cargos da Secretária de Saúde / Administração Central.

Registram-se os esforços por parte do Editor, com objetivo de retomar a publicação da Revista, que tem anteriormente reconhecimento internacional e integra bases de dados de relevância. Devido a fatores de ordem gerencial, de prioridade da instituição, a RBSP encontra-se, nesse momento, em processo de estagnação.

Em 1999, o Estado passa por outra reforma administrativa e a SESAB muda seu regimento, extinguindo a Divisão de Comunicação e Documentação e a Biblioteca. A RBSP passa a ser vinculada à Diretoria de Informação e Comunicação em Saúde, ligada à Superintendência de Educação Permanente e Comunicação em Saúde (SUPECS). Nesse período registram-se tentativas de atualização dos volumes em atraso e também a divulgação do periódico na comunidade científica,

com o fim de torná-lo novamente atrativo a estudiosos e pesquisadores da área. As tentativas de reativar a Revista, entretanto, são insuficientes, pois os investimentos não são significativos para sustentar a publicação.

No âmbito da Ciência e Tecnologia tem início, nessa década, a distribuição de microcomputadores nas instituições e mesmo nos domicílios. O acesso a bancos de dados e à Internet causa uma verdadeira revolução no acesso à comunicação e informação, disponíveis em tempo real. O IBICT inicia pesquisas sobre as redes de comunicação incorporadas aos cursos de mestrado. A explosão da Internet em meados da década de 1990, aliada ao novo modelo neoliberal, presente nos discursos políticos, é fato irreversível, influenciando, de forma significativa, os cursos de pós-graduação (MARTINS, 2005).

A Criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) acena para a criação de políticas de leitura, visando colaborar para qualificar as relações sociais através do incentivo a práticas leitoras conscientes, estruturado de forma a atuar em parceria entre governo federal, estadual, prefeituras e empresas públicas e privadas. Assiste-se à implantação do Plano Plurianual (1996 a 1999) com a pretensão de elevar os gastos nacionais em C&T, conclamando a participação de outros segmentos da sociedade (empresas, trabalhadores e comunidade científica). (CARVALHO, 2006).

No século XXI, cria-se a política de Saúde (2000-2003) e o Governo do Estado propõe: Saúde uma Receita de Sucesso. A Bahia inicia uma política inovadora, voltada para universalização do acesso aos serviços de saúde, a partir de uma reforma organizacional do setor e de uma associação efetiva entre o estado e os municípios, de modo a conferir eficiência, maior racionalização dos recursos e capacidade de investimentos.

Destaca-se, nesta década, a realização da XI Conferência Estadual de Saúde; a criação da Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS) define o processo de regionalização da assistência, no qual cada estado deve elaborar um plano diretor na perspectiva de garantir o acesso dos cidadãos à atenção básica, atualização do Programa Saúde da Família (PSF), é definida como prioridade do Ministério da Saúde (LIMA, 2004). Amplia-se às doenças prevalentes e várias doenças ressurgem. Há incidência, em alguns grupos, como a AIDS, dengue, hepatite pelo vírus da dengue, alguns casos de raiva humana, gripe avícola, meningite, mortes por causas externas dentre outras.

Com relação às políticas de Ciência e Tecnologia (2002-2003), assiste-se ao *Programa Avança Brasil*, consolida-se a estabilidade econômica, com crescimento sustentado, e geram-se empregos e oportunidades de renda; o Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAÉ) é implantado com o objetivo de apoiar institucional ou interinstitucionalmente projetos para a capacitação de recursos humanos, vinculados a linhas de pesquisa tecnológica; desenvolvem-se processos produtivos e serviços tecnológicos e de gestão.

Como proposta de financiar a infraestrutura, o desenvolvimento e a pesquisa científica e tecnológica, de forma clara e de longo prazo, são criados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1999, os Fundos Setoriais, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Em 2000 é lançado o *Programa Sociedade da Informação*, com o objetivo de criar serviços para a cidadania e infraestrutura avançada de novas iniciativas; a edição do Livro-Verde, que antecede a publicação do livro branco, que não tem continuidade, em virtude do Programa se fixar na preparação de infraestrutura das redes, que consomem um alto investimento; criação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), programa criado com a pretensão de viabilizar a instalação de 250 mil computadores com acesso à Internet em 12.500 escolas públicas de ensino médio do País, que não acontece, dentre outros programas.

Com relação à Revista Baiana de Saúde Pública, a década de 2000 apresenta, ainda, sinais de estagnação. Com todos os esforços de atualização do periódico, consegue-se, nos dois primeiros anos, lançar 1 volume/ano. Em 2001, na tentativa de dar continuidade ao processo de atualização do periódico, publica as dissertações de mestrado e teses de doutorado dos trinta anos de pós-graduação médica na Bahia; comemora-se a existência e funcionamento do programa em Medicina e Saúde da Universidade Federal da Bahia. Ressalta-se ainda que a Universidade abriga a primeira Escola Médica do País na sua qualidade e tradição.

A partir de 2003, os resultados dos esforços para torná-la novamente reconhecida e ter credibilidade perante a comunidade científica começam a frutificar, com sua atualização e garantia da periodicidade conforme registro na ata de reunião da RBSP, na qual a Comissão Editorial, juntamente com o Editor-Chefe, decidem torná-la semestral.

Essa medida favorece na condução de seus trâmites internos de administração e gerência e são publicados dois fascículos/ano. Em 2004 são

publicados 2 fascículos/ano e também um suplemento, como número especial, em que são publicadas as dissertações de mestrado e teses do doutorado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA. Nesse ano comemora-se os 30 anos do Programa.

Destaca-se que, a partir dos anos 2000, a RBSP mantém sua publicação atualizada e a periodicidade mantida, não sofrendo interrupções em seus volumes.

4.2 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E EDITORIAIS

A reconstrução de diferentes estruturas organizacionais aponta para a necessidade de contemplar as mudanças estruturais ocorridas durante as três décadas e meia de existência da Revista Baiana de Saúde Pública. O Centro de Treinamento (CETRE) da SESAB, por exemplo, é criado com o objetivo de centralizar as atividades de treinamento dos diversos setores da Secretaria e Fundações e promover a adequação do pessoal às necessidades da estrutura da produção de serviços. Por ocasião da reforma Administrativa de 1973, decorrente da institucionalização da FUSEB, pela Lei Estadual 3.104, de 28 de maio de 1973 (BAHIA, 2009a), cria-se o Centro de Treinamento, vinculado à Fundação.

A composição do CETRE tem o seguinte desenho: uma Administração, composta de Diretor, Coordenação de Cursos, Secretaria e Biblioteca. Esta última, historicamente desvinculada da estrutura da organização e instalada na área do Laboratório Central, com atividades voltadas para as necessidades de informações sobre doenças infecciosas, tendo como usuários os docentes da Universidade, voltados para pesquisas de interesse acadêmico (PADILHA, 1976).

A Revista Baiana de Saúde Pública, implementada no governo de Antônio Carlos Magalhães, na gestão do Secretário da Saúde, Doutor Enio Faria Rozendo Pinto, localiza-se, nos primeiros anos e até 1976, na antiga Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, na Av. Sete de Setembro, bairro da Vitória, Salvador (BA). (RBSP, 1974).

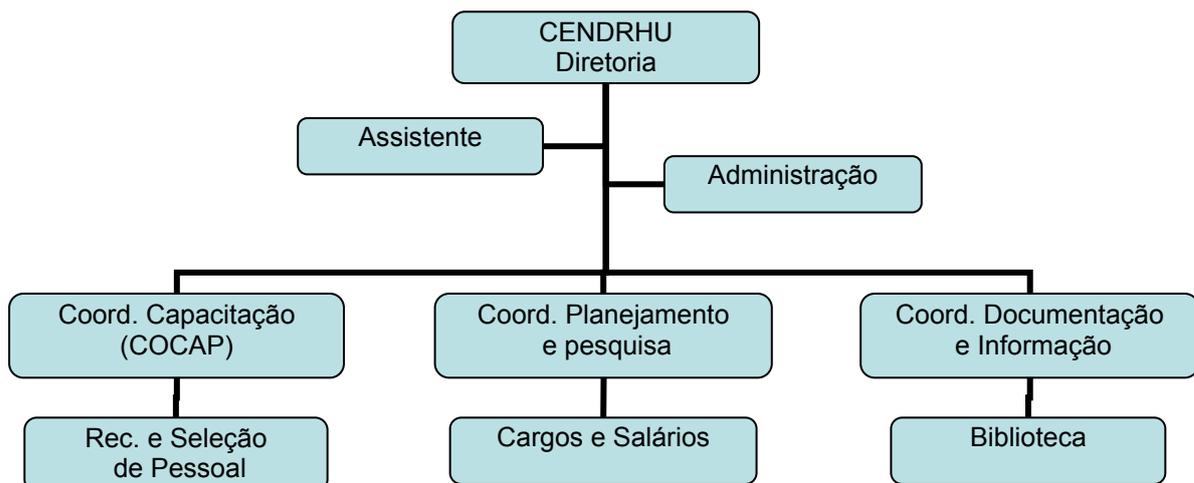
A RBSP, em sua origem, está vinculada à Biblioteca pertencente ao Centro de Treinamento (CETRE) da SESAB. Suas atividades, a princípio, restringem-se ao

recebimento e encaminhamento de material científico à Comissão Editorial, composta pela chefia integrada por membros pertencentes à instituição.

No ano de 1976, decorrente do processo de realocização da maioria das instituições e órgãos públicos para a área geográfica do Centro Administrativo da Bahia (CAB), a SESAB desloca-se das instalações no bairro da Vitória para o CAB. Conseqüentemente, o CETRE muda suas instalações para o local da Administração Central da SESAB/FUSEB. O CETRE é informalmente ampliado, passando a incorporar na sua estrutura o Centro de Documentação e Informação (CDI) e a Biblioteca. A Revista Baiana de Saúde Pública fica sob a responsabilidade hierárquica do CDI. (BAHIA, 1976).

Em 1978, o CETRE é novamente ampliado informalmente, compondo a seguinte estrutura: Assessoria de Planejamento, Administração, Coordenação de Capacitação, Núcleo de Documentação e Informação e Biblioteca (BAHIA, 1978). Ressalta-se que a Revista Baiana de Saúde Pública continua vinculada ao Núcleo de Documentação e Informação.

Nova reestruturação ocorre em 1979. A FUSEB é reestruturada e o CETRE passa a denominar-se Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CENDRHU). A reestruturação oficial é publicada em março de 1980 (BAHIA, 1980). O Organograma 1 é ilustrativo da nova estrutura hierárquica:



Organograma 1 – Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Estado da Bahia, 1980

Na nova reestruturação político-organizacional, é extinta a FUSEB e criado o Instituto de Saúde do Estado da Bahia (ISEB), pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, entidade autárquica, descentralizada, com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia financeira, patrimônio próprio, vinculada à Secretaria da Saúde. Com essa nova modelagem, o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, vinculado ao ISEB, continua com a mesma estrutura organizacional, porém observa-se maior definição das áreas de atuação: treinamento, recrutamento e seleção, cargos e salários, e Coordenação de Documentação e informação (CODIN). (BAHIA, 1980).

Com a criação da CODIN, a RBSP passa a fazer parte da estrutura organizacional da coordenação, e as atividades da CODIN se processam mais voltadas para a Biblioteca; torna-se mais dinâmica e suas funções são descentralizadas e ampliadas para o atendimento aos programas de produção, disseminação e utilização da informação, no âmbito da SESAB/FUSEB.

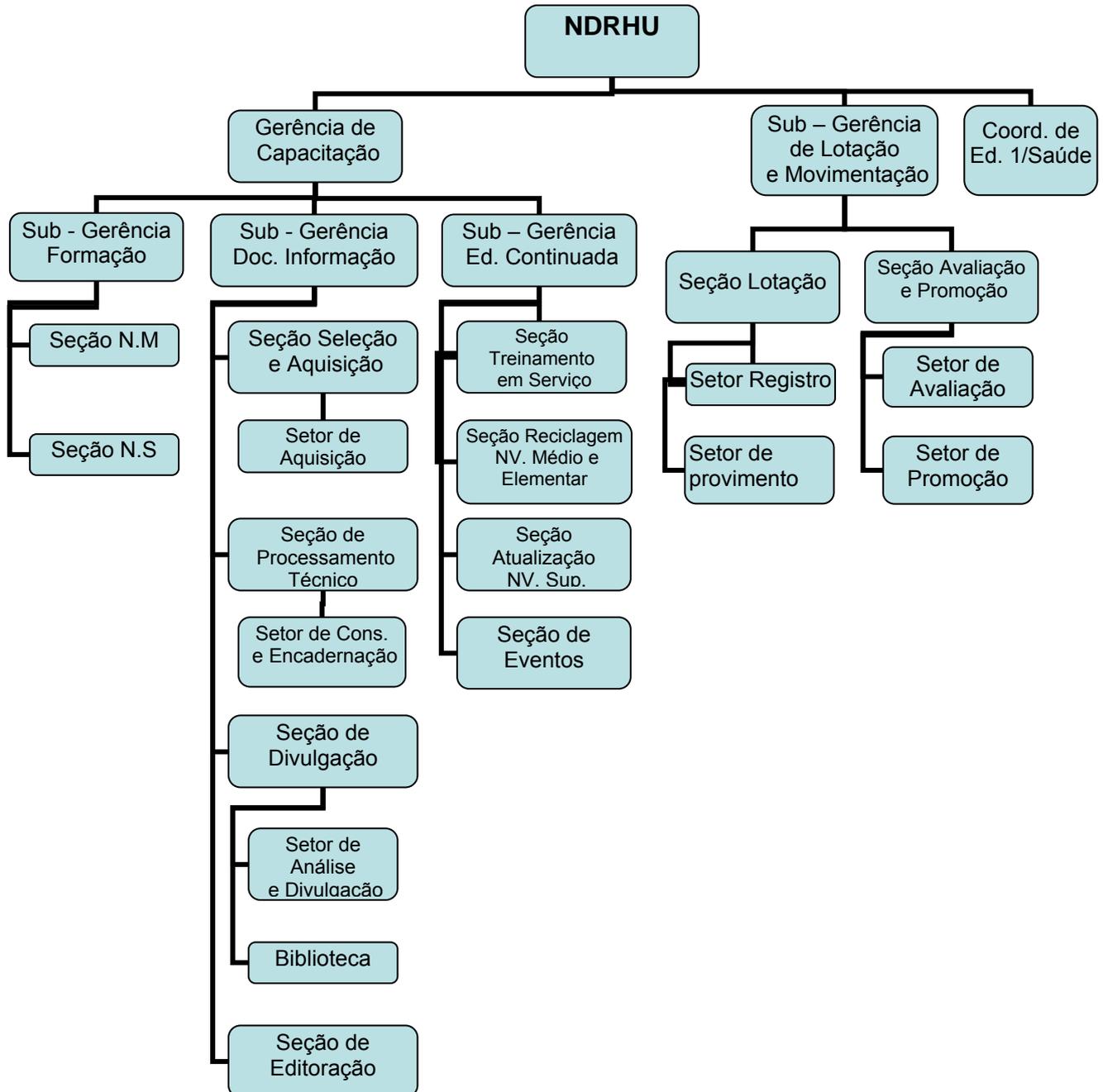
Ressalta-se que a CODIN tem como responsabilidade as atividades de Documentação e Informação e Biblioteca. O setor de documentação e informação, dentre outras, é responsável pelas atividades de organização da documentação especial, orientação e apresentação de trabalhos, produção e divulgação de publicações científicas e técnicas e pesquisas bibliográficas.

A Biblioteca da CODIN funciona como Biblioteca Central da rede e atua como núcleo de consulta para os técnicos da SESAB/FUSEB, alunos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), alunos da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e profissionais de outras instituições de saúde. A ampliação das atividades e o *status* da Biblioteca permitem que seja incorporado à série de publicações do CENDRHU o Boletim “Informações para a Saúde – Bahia”, contendo resumos de artigos recebidos do Centro de Documentação do Ministério da Saúde (BAHIA, 1980).

A informação técnico-científica torna-se mais dinâmica na instituição, continuando a ser uma preocupação dos técnicos da área; a estruturação de uma coordenação com atividades definidas facilita o alcance desse objetivo (BAHIA, 1980).

Nova reestruturação, e muito profunda, ocorre, no Estado, em 1987, em decorrência da mudança de partidos políticos no poder. O País vivencia a conjuntura denominada “Nova República” (1985-1988), em que a Saúde é prioridade na agenda do Governo Federal, com a finalidade de resgatar a dívida social acumulada no

período do autoritarismo. Tem início o processo de reestruturação da SESAB, através da Lei Estadual nº 4.697, de 15 de julho de 1987. Com toda a estrutura administrativa organizacional modificada, o CENDRHU passa a denominar-se Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos (NDRHU). (PAIM, 1999). O Organograma 2 exibe a estrutura desta reorganização:



Organograma 2 – Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
Estado da Bahia, 1987

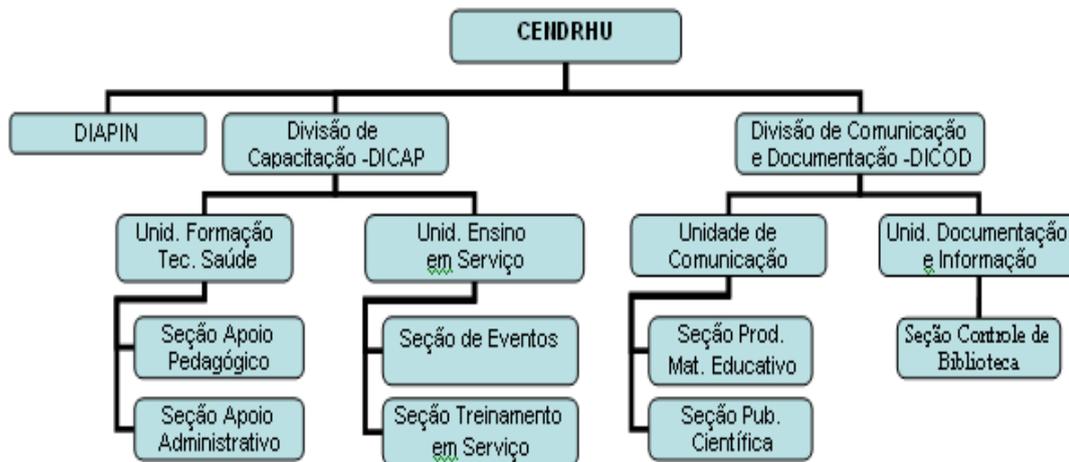
A ampliação do NDRHU, visando atender a estas novas políticas, reflete-se na mudança decorrente do perfil inovador assumido pelos novos dirigentes do Estado, devido à mobilização política por que passa o País, com a expectativa da Nova República, iniciada em 1985. No ano de 1988, as atividades desenvolvidas pelo NDRHU recortam as áreas e linhas de ação no desenvolvimento do SUDS. Destaca-se a Sub-Gerência de Documentação e Informação, estruturada em oito setores, com as seguintes competências, dentre outras: analisar e identificar a informação científica e técnica de saúde, disseminar informações correntes, encarregar-se de publicações eventuais da SESAB, editar a Revista Baiana de Saúde Pública, selecionar, adquirir, registrar e distribuir diversos materiais instrucionais destinados às bibliotecas das unidades de saúde do Estado (ALELUIA, 2007).

Reconhece-se a importância da atividade editorial, em que se publica a Revista. A Biblioteca apresenta aspecto dinâmico do seu macro ambiente e procura adaptar-se às mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e políticas, disponibilizando as informações em rede e socializando o conhecimento. O programa editorial vincula-se mais fortemente ao desenvolvimento científico (considerando-se a RBSP) e à democratização da gestão (considerando-se o Boletim e o Jornal) pela busca de transparência informativa (ALELUIA, 2007).

Na década de 1990, com a nova mudança política e organizacional, um novo regimento institucional é aprovado pelo Decreto Nº 684, de 18 de novembro de 1991 (BAHIA, 2009b). O regimento da SESAB é modificado para atender às disposições constantes da Lei Federal nº 8.080 (BRASIL, 2009), que constitui o SUS. Seu Art. 17 informa as competências da direção estadual desse Sistema:

I - promover a descentralização, para os Municípios, dos serviços e das ações de saúde; II - acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde-SUS. III - prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde (BRASIL, 2009, p. 9).

O NDRHU passa a ser denominado Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CENDRHU) e, por conseguinte, a sua estrutura funcional é alterada, com novos papéis, atividades e atribuições. Uma de suas principais funções é executar e supervisionar as atividades de capacitação, formação e desenvolvimento de Recursos Humanos (RH). O Organograma 3 mostra esta nova estrutura.



Organograma 3 – Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
Estado da Bahia, 1991

Ao adquirir essa nova estrutura, são extintas as Gerências e Subgerências, que passam a denominar-se Divisões, Unidades e Seções. As atribuições basicamente continuam as mesmas, porém, com essa nova reestruturação, é vinculada ao CENDRHU a Divisão de Apoio e Instrumentalização de RH (DIAPIN) e a Unidade de Formação Técnica em Saúde (UFORTEC), setor que dá origem à construção da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (OLIVEIRA, 1988). Com essa mudança, a Revista incorpora a Divisão de Comunicação e Documentação (DICOD) e suas atividades passam a ser desenvolvidas na Seção de Publicações Científicas.

A Seção de Publicação Científica tem o objetivo de informar a comunicação científica do Brasil e de outros países sobre os trabalhos de pesquisa realizados por profissionais da área de saúde pública e ciências correlatas. Cabe à RBSP disseminar a informação e o conhecimento e divulgar ações educativas de saúde pública através de boletins informativos. A Revista prossegue com as suas atividades editoriais, sem visibilidade, pela ausência de planejamento e provável processo de descontinuidade, retroação e estagnação.

Vale ressaltar que, desde a criação da RBSP, a comissão editorial é constituída de funcionários da esfera administrativa, da administração central da SESAB, e ocupantes de cargos temporários. A composição dos responsáveis pela condução da Revista é realizada com um redator e uma secretária.

A gestão da Revista, até o ano de 1975, está a cargo do Dr. Harley Pinheiro Padilha; a partir de 1976 assume a redação o Dr. Carlos Cezar Franco de Lima Gomes e, em 1978, assume a Profa. Margarida Pinto de Oliveira, redatora interina, que passa a ocupar o cargo de Editor-chefe durante os anos de 1981 a 1988. Em 1989 a editoria da Revista fica a cargo da Sub-Gerência de Documentação e Informação, porém, até a metade da década de 1990, a função de Editor-chefe é substituída pela de Chefe de Seção. Em 1996 reaparece a figura e a denominação do cargo de Editor-chefe, ocupado pelo Professor Doutor José Tavares Neto, até o ano de 2003; a partir desse ano assume a Dra. Lorene Louise Silva Pinto.

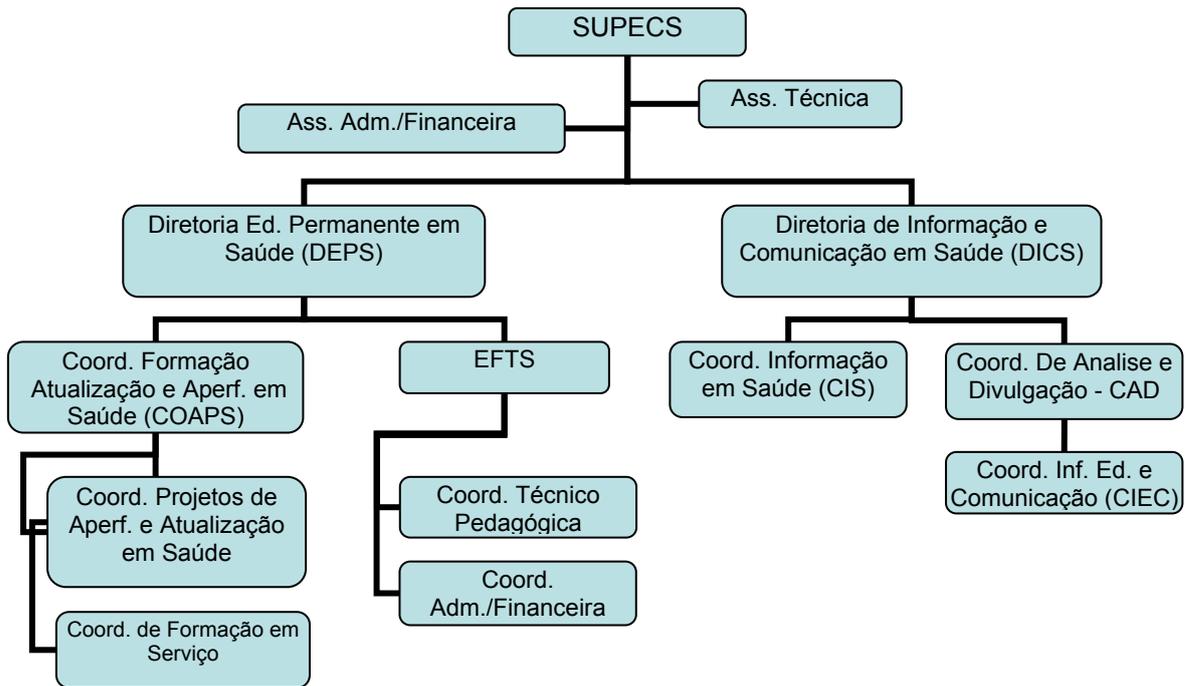
Acrescenta-se que, desde o início do periódico, a política editorial é pautada na política de saúde do Estado, publicando artigos voltados para área de saúde pública, relatórios técnicos e avaliações dos órgãos da SESAB.

A política Editorial implementada na década de 1970 tem reflexos na década de 1980, quando a Revista passa por períodos áureos, com reconhecimento internacional, e integra várias bases de dados como a LILACS, ULRICH'S international Periodicals Directory (USA), SALUS Bibliography, Ottawa, Canadá, Sumário Actual de Revistas, Madrid, dentre outras.

Com relação à periodicidade, na sua criação, os intervalos são bimensais, em outras ocasiões, trimestrais e, em alguns períodos, é editada anualmente. A partir de 1996 passa a ser editada semestralmente, contudo, a periodicidade ocorre, de fato, a partir de 2003.

Quanto à forma de distribuição, desde a sua origem, por ser uma Revista de caráter institucional, pertencente a um órgão do setor público da esfera estadual, é gratuita, com alcance a todos os órgãos públicos da área da saúde no âmbito estadual, federal e municipal, bem como a toda rede hospitalar, Diretorias Regionais de Saúde (DIRES), universidades e faculdades nacionais e internacionais da área de saúde e algumas entidades privadas do âmbito da saúde e áreas correlatas.

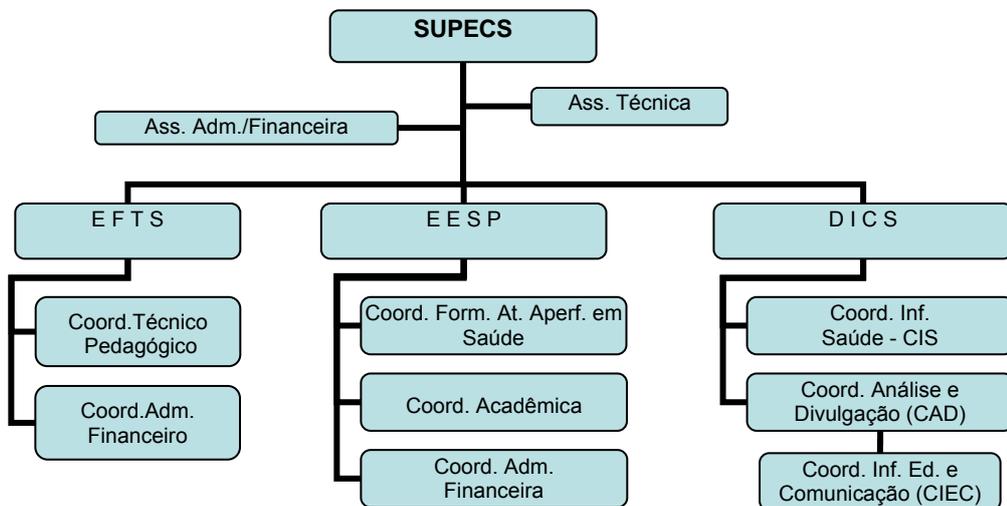
Observa-se que as mudanças de estruturas organizacionais da área de Recursos Humanos da SESAB acontecem não só em decorrência das mudanças de Governo, mas também para atender à exigência da demanda de serviços daquele momento. No Organograma 4, visualiza-se a nova estrutura.



Organograma 4 – Superintendência de Educação e Comunicação em Saúde. Estado da Bahia, 1999

Em 1999, novamente o estado passa por uma reforma administrativa, e a SESAB muda seu regimento, através do Decreto Nº 7.546, de 24 de março de 1999 (BAHIA, 2009c), sendo extintos a CENDRHU e o Centro de Informação em Saúde (CIS). É criada a Superintendência de Educação Permanente e Comunicação em Saúde (SUPECS).

O Organograma 5 permite a visualização desta nova estrutura administrativa.

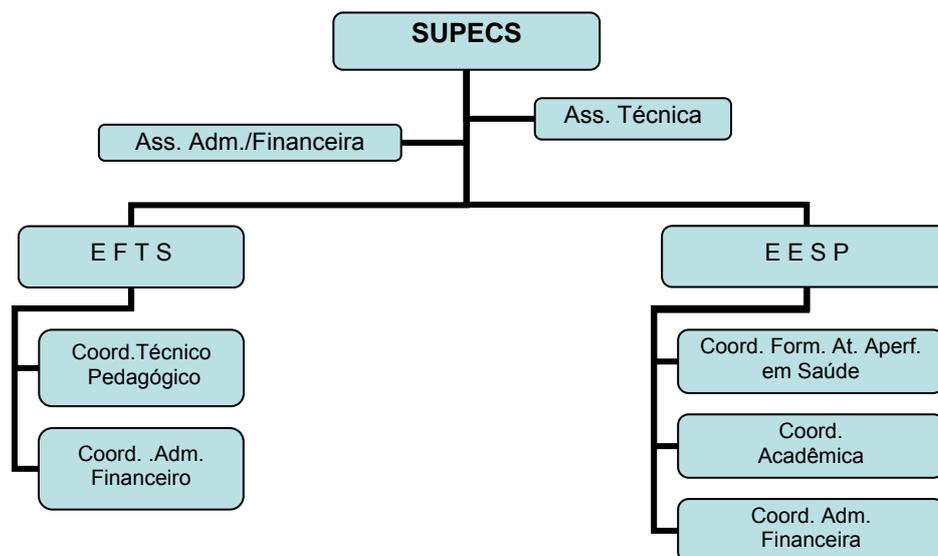


Organograma 5 – Superintendência de Educação e Comunicação em Saúde. Estado da Bahia, 2002

Com esta nova estrutura são suprimidas a DIAPIN e a Seção de Eventos, e a UFORTEC passa a integrar o regimento como Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), subordinada à Diretoria de Educação Permanente (DEPS), e o CIS passa a ser Diretoria de Informação e Comunicação em Saúde (DICS). Ocorre também a extinção da Divisão de Comunicação e Documentação e da Biblioteca. Nesse período, a Revista fica vinculada ao CIS, no qual são desenvolvidas atividades de análises estatísticas de situação da saúde e a Coordenação de Informação, Educação e Documentação (CIEC). Esta coordenação abriga as atividades relativas à educação e saúde e à comunicação científica, no que se refere à RBSP.

Ao final do ano de 2001, é criada a Escola Estadual da Saúde Pública Professor Francisco Peixoto de Magalhães Netto (EESP), tendo como finalidade a execução da Política Estadual de Recursos Humanos para o SUS, no que se refere à Política Educacional, sendo, concebida de forma a preparar profissionais de nível superior para atuar, como formadores, nos vários níveis do SUS, em parceria com as instituições de ensino e pesquisa presentes no Estado (EESP, 2004).

Em dezembro de 2002, por decisão política interna da Secretaria, o Regimento da SESAB é novamente modificado e a estrutura da SUPECS sofre as seguintes alterações: formalização da Escola Estadual de Saúde Pública (que absorve todas as atribuições da antiga DEPS) e a passagem da EFTS para o nível de Diretoria (BAHIA, 2009d). O Organograma 6 apresenta esta nova configuração.



Organograma 6 – Superintendência de Educação e Comunicação em Saúde.

Em decorrência dessa mudança, no ano de 2003, é alterada a estrutura regimental, organizacional e de instalações físicas da RBSP. A Revista passa a funcionar na sede da EESP, no bairro do Rio Vermelho, na cidade de Salvador (BA). Nesse ano, as investidas em relação à manutenção da Revista são evidentes. No ano de 2004, ao comemorar 30 anos de existência, a RBSP reafirma a política editorial, divulgando informações técnico-científicas aos leitores e à comunidade científica, e traça um novo perfil, em que busca aprimorar e expandir seus conteúdos. A nova abordagem extrapola a área de saúde pública, permite aos leitores e colaboradores a publicação e obtenção de novos conhecimentos na área da educação, como também da produção técnica, gerada dentro da instituição SESAB.

As mudanças beneficiam o periódico, para possibilitar a composição do Conselho Editorial com profissionais de vários estados do Brasil e da América Latina, que se destacam nos vários campos da saúde, e permite fortalecer os compromissos da publicação com a pesquisa, o ensino e a construção de um sistema de saúde digno, competente e solidário com os usuários e com os profissionais que nele trabalham.

Ainda nesse ano, a RBSP filia-se à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e organiza um Seminário Comemorativo, no qual é lançado o primeiro número da Revista com novo formato. Com este volume, o periódico passa a ser disponibilizado no site da SESAB, com acesso gratuito, permitindo a redução de tiragem do número de exemplares.

No volume comemorativo, a Revista ganha novo projeto gráfico; o formato, a capa e a composição adequam-se aos padrões das revistas atuais, mostrando a evolução alcançada pela Revista ao longo dessas três décadas; o Regimento Interno é reestruturado; as Normas de Publicação passam a compor cada publicação, instrumentalizando os autores para o encaminhamento dos seus manuscritos científicos, atendendo aos padrões normativos exigidos.

Nessa nova fase, a distribuição dos conteúdos é ampliada, incluindo os seguintes itens: relato de caso e relato técnico — produção resultante de trabalhos e projetos elaborados pelos técnicos da Secretaria Estadual de Saúde e da rede SUS — e resumo de dissertações e teses. Esse material é apresentado na seguinte sequência: artigos originais, artigos de revisão, conferências, comunicações, relatos técnicos, relatos de caso/experiência, resenhas bibliográficas, comunicações, ensaios, resumos de dissertação e de tese e carta ao editor.

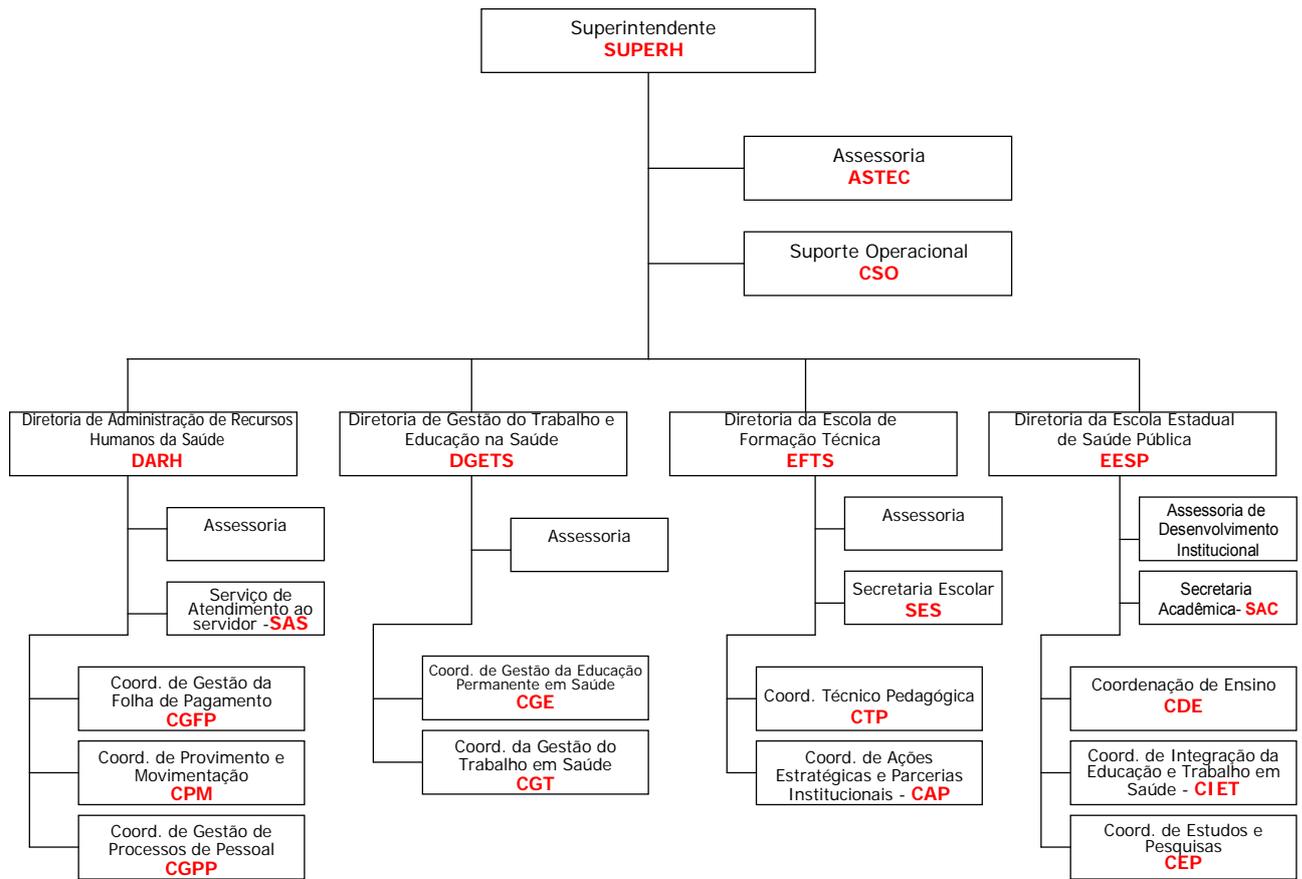
Nos últimos quatro anos, vem sendo desenvolvido um trabalho voltado para legitimar a Revista no cenário nacional, além de ampliar sua indexação e torná-la disponível nos principais portais de periódicos. Em 2005, por exemplo, tem a indicação para integrar o Portal de Periódicos do SUS.

Em 2006, a RBSP procura fortalecer sua política editorial, com o objetivo de disseminar a publicação técnico-científica no cenário nacional, especialmente na área de serviços de saúde e atividades relacionadas diretamente com as Secretarias de Saúde de todo o País, por meio da formalização de convênio de cooperação em informática científica e técnica com a BIREME/OPAS, que se encontra em fase de negociação.

Durante a aula inaugural do curso de mestrado em Saúde Coletiva, lança-se o segundo número do volume 29, com artigos elaborados por discentes e docentes do programa de Pós-Graduação do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana.

No ano de 2007 publicam-se dois números especiais: o suplemento 1, em comemoração ao quinto aniversário da Escola Estadual de Saúde Pública, composto de textos produzidos por docentes e técnicos da Escola; o suplemento refere-se à 7ª Conferência Estadual de Saúde, com textos que permeiam as formulações de políticas públicas; o suplemento 1 de 2008, para subsidiar o VII Congresso Norte-Nordeste de Terapia Ocupacional.

Em 2007 novamente é modificada a estrutura da SESAB em decorrência da mudança de governo no estado da Bahia. A estrutura regimental interna da Secretaria altera-se para dar conta da nova gestão. O Organograma 7 apresenta essa configuração.



Organograma 7 – Superintendência de Recursos Humanos da Saúde.

Estado da Bahia, 2007

Com a reestruturação, o regimento da SESAB modifica-se, como também as estruturas regimentais, criando-se novas Diretorias e Coordenações. A SUPECS passa a denominar-se Superintendência de Recursos Humanos em Saúde composta de duas Diretorias e duas Escolas. A Escola Estadual de Saúde Pública, conseqüentemente, muda sua estrutura interna para atender às demandas do novo governo. Contudo a estrutura da RBSP permanece sem alterações.

Com a nova gestão, a Revista ganha *status* de Revista do SUS para o SUS. Investe-se na sua política editorial e no fortalecimento da sua visibilidade, um projeto de cooperação técnica com a BIREME/OPAS, com a finalidade de ampliar seus horizontes e inserir-se em um projeto e a fazer parte da metodologia SciELO, transformando-se em periódico eletrônico.

4.3 VISIBILIDADE DA REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DA SAÚDE

A Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), publicação institucional da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), ao longo de seus 34 anos de existência, renova a sua apresentação gráfica, estrutura e regimento e, principalmente, sua política editorial. O entendimento do Conselho Editorial, de que a produção das equipes técnicas dos serviços de saúde tem uma função especial, principalmente se integrada com a área acadêmica, sem que isto seja pressuposto para sua relevância, mas pelas possibilidades de trocas e reflexões, faz com que a Revista circule em muitos espaços.

Percebe-se, nesse tempo, que sua divulgação nos Serviços e Conselhos do SUS, além das bibliotecas dos cursos de saúde do País e de outros da América Latina, disponível no *site* da SESAB e na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) gera estímulos e também promove um espaço de possibilidades e intercâmbio entre autores e outras revistas (RBSP, 2008).

No ano de 2005, por exemplo, é indicada para fazer parte do Portal de Periódicos do SUS do Ministério da Saúde. Nessa nova fase, a distribuição de seus conteúdos é ampliada, incluindo os seguintes itens: relato de caso e relato técnico — produção resultante de trabalhos e projetos elaborados pelos técnicos da Secretaria Estadual de Saúde e da rede SUS — e resumos de dissertações e teses. Esse material é apresentado na seguinte sequência: artigos originais, artigos de revisão, conferências, comunicações, relatos técnicos, relatos de caso/experiência, resenhas bibliográficas, comunicações, ensaios, resumos de dissertação e de tese e carta ao editor (ALELUIA, 2007).

Com novo perfil, são aceitos para publicação materiais científicos com abordagem qualitativa, estudos oriundos das ciências humanas e sociais, que ampliam o conceito de saúde e mostram uma visão mais global, que permite a percepção do homem na sua totalidade, além de mediar o conhecimento e as ações a serviço da realidade social em um determinado momento.

Para a Revista, receber contribuições de vários locais do País é gratificante, porque se tratam de temas importantes para a saúde, nas várias dimensões que interferem na saúde humana, produzidos por profissionais que, literalmente, expõem

suas atuações sem terem *status* de grandes cientistas, fato que não se constitui em desmerecimento para a publicação, mas, ao contrário, consolida-a como uma publicação técnico-científica que acolhe a todos os que buscam o fortalecimento do SUS com seriedade e compromisso (RBSP, 2008).

Percebem-se os reflexos da importância da veiculação desta publicação, quando são discutidos em Seminários, por equipes que abordam questões relativas ao cuidado e à saúde. Os artigos da RBSP são úteis para discussões nesse âmbito ou em concursos da universidade, em que aparecem trechos de artigos publicados, ou ainda para alunos de cursos de graduação que disputam a publicação do artigo de revisão sobre tema de interesse do grupo e dizem ser oportuno, ou ainda por técnicos dos serviços que se esforçam para que seus trabalhos finais dos cursos de especialização, que tratam de seus objetos e processos de trabalho, possam ser publicados. O perfil diversificado de artigos, envolvendo os vários aspectos do sistema de saúde e do estado de saúde das pessoas, tem muita importância para uma publicação que visa a disseminação técnico-científica e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde no âmbito regional e nacional (RBSP, 2008).

Reflete a relevância da RBSP nos últimos anos, sua classificação como periódico Qualis, concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concebido como sistema de avaliação da divulgação da produção intelectual dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação. Ao instituir este processo de classificação, a CAPES quer oferecer importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. Os periódicos classificados neste sistema têm privilégios junto aos meios acadêmicos, especificamente junto aos programas de pós-graduação. A RBSP também está classificada pela CAPES como periódico Qualis B nacional nas áreas de avaliação, enfermagem, interdisciplinar, medicina I, medicina II e saúde coletiva. Não é o ideal para os meios acadêmicos, mas é o caminho para uma classificação como periódico Qualis A Internacional (RBSP, 2008).

No tocante ao conteúdo, entende-se que a publicação de artigos originais, resultantes de pesquisa científica, constitui a primeira informação que inicia o diálogo científico. Ao publicar, o periódico científico fornece elementos para a recuperação da informação por meio dos títulos, sumários, *abstracts* ou resumos. Em razão do necessário padrão, esse tipo de publicação permite o acesso e a

recuperação de artigos e autores, e dos próprios títulos de periódicos, pelo processo de tratamento, sistemas de indexação de bibliotecas e bases de dados que, por sua vez, permite a execução de outros serviços de informação, como análise de citação, fator de impacto, entre outros.

A RBSP vem mantendo um padrão de qualidade, principalmente na publicação de resultados de pesquisas e estudos relevantes para a sociedade, além de atualizar sua formatação, para torná-la mais atraente para o público leitor. Esta atuação denota, principalmente, o respeito e o acolhimento por um grande número de instituições de ensino, pesquisa e serviços de saúde no Brasil e países da América Latina por onde circula a publicação. Isto reflete positivamente junto à comunidade científica, como também junto aos órgãos e instituições da Ciência e Tecnologia.

A RBSP é uma das oito publicações nacionais selecionadas em 2008, por meio de um projeto de cooperação do Ministério da Saúde e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS)/Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), para ser veiculada em versão eletrônica. A nova versão da Revista, disponibilizada na forma impressa e em arquivos PDF, no site da SESAB (www.saude.ba.gov.br/rbsp/index.htm), ganha novo formato e outro registro na Rede Nacional de Bibliotecas, passando a compor o portal de periódicos eletrônicos do SUS. A inclusão no projeto garante maior visibilidade à Revista e aos trabalhos de pesquisadores e técnicos das universidades e do SUS, nela publicados (RBSP, 2008).

Acredita-se que o compromisso e a responsabilidade da gestão dos responsáveis pela condução desse periódico, assim como a gestão da instituição SESAB no tratamento concedido à questão da informação para a promoção da saúde e os compromissos com a educação permanente, com a integração ensino-serviço e com o SUS como espaço de formação, favorecem a Revista no tocante a sua manutenção e abertura de novos espaços na comunidade científica.

Um dos propósitos das sociedades científicas, organizadas a partir do século XVII, é o de comunicar a ciência, compartilhando entre os membros dessas comunidades os resultados e métodos empregados nos experimentos realizados.

Inicialmente, como visto, este tipo de comunicação é realizado por meio de correspondências pessoais enviadas pelos cientistas a seus colegas, com o intuito de relatar ideias e descobertas mais recentes. Nessa época o conhecimento técnico

e científico, também é comunicado nas atas ou memórias produzidas após as reuniões das sociedades, que, depois de impressas, servem como fonte de consulta e referência para seus membros. Posteriormente, surgem os primeiros periódicos científicos, considerados até hoje como um dos principais veículos utilizados tanto para divulgação do conhecimento como para comunicação entre os membros de uma comunidade científica (LE COADIC, 1996).

A comunicação científica, através de artigos de periódicos permanece desde sua origem, há mais de 300 anos (LE COADIC, 1996). Os artigos científicos frutos das reflexões dos pesquisadores cumprem a função de disseminar a informação por terem facilidade de impressão mais rápida e, ao mesmo tempo, promover a disseminação da pesquisa e a discussão entre pares. Afinal, a maturidade do conhecimento científico só pode se efetivar por meio da divulgação dos resultados das pesquisas e do processo de revisão pelos pares, considerado o selo de garantia de qualidade do conhecimento científico produzido. O fluxo da comunicação científica só é concluído quando existe a disseminação desse conhecimento para que haja seu uso efetivo.

Para Ziman (1979), tão importante quanto o embrião que dá origem à ideia da pesquisa é a forma como a literatura sobre um determinado tema é apresentada à comunidade científica, os primeiros resultados, e mesmo as críticas e as citações de outros autores. “A ideia da comunicação científica, portanto, representa a essência do conhecimento científico, sendo [...] tão vital quanto a própria pesquisa.” (MEADOWS, 1999, p. 40). É natural, pois, que a comunicação científica se configure como um tópico bastante explorado e discutido no âmbito da Ciência da Informação.

Os principais canais de disseminação dos trabalhos realizados nessa área, no Brasil, são os periódicos, livros e monografias, anais de encontros científicos e profissionais e as teses e dissertações produzidas por doutorandos e mestrandos dos programas de pós-graduação.

Em relação ao periódico científico, esta fonte de informação tem sua origem no século XVII e circula até os dias atuais constituindo-se em veículo de comunicação da ciência certificada (MÜLLER; CAMPELLO; DIAS, 1996).

No panorama nacional, regional e local, a RBSP é vista como um periódico de grande importância, por publicar estudos da região, ser atual e coerente com a realidade e também por sua penetração no espaço acadêmico. A instituição SESAB,

ao investir e manter esse veículo de comunicação científica a serviço dos profissionais do SUS, dos acadêmicos, leitores e toda comunidade científica do País, proporciona o conhecimento e a informação, desmistifica a comunicação científica e faz com que alcance o mais remoto local.

A RBSP é expedida para toda a América Latina e alguns países europeus; em algumas instituições estrangeiras, fora do alcance nacional, mantém o serviço de permuta e doação, como forma de obtenção de outros títulos para a troca de informação.

O resultado de todos esses esforços reflete-se no aumento do número de materiais recebidos, aprovados e recusados para publicação na RBSP.

Com esses novos parâmetros, a Revista almeja traçar novos desafios para que passe a integrar o grupo seletivo de publicações científicas, dos maiores bancos de dados indexadores do País pela sua qualidade técnica e científica.

5 METODOLOGIA

5.1 O AMBIENTE

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito, cujo olhar desvenda lugares muitas vezes já visitados. Dessa forma, é mais um modo de olhar e pensar determinada realidade, com base em uma experiência e em uma apropriação do conhecimento. Contudo, ao se escrever uma Dissertação ou uma Tese, é possível relatar com exatidão o processo. As informações coletadas e analisadas servem de base para a elaboração dos argumentos, necessitando de instrumentos adequados para recolhê-los.

A definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica, são tão importantes para o pesquisador como o texto final que ele elabora com a precisão desejada. De acordo com Brandão (2000), tal afirmativa, nem sempre praticada, diz respeito à capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise do objeto. As conclusões são possíveis em razão dos instrumentos. Relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações feitas.

No ambiente de constantes mudanças e de políticas de saúde fragmentadas pela turbulência advindas de questões políticas profundas, a Revista sobressai graças à dedicação dos seus organizadores, pesquisadores dedicados à ciência e conscientes da fragilidade do quadro da saúde brasileira.

Convém salientar que este é o ambiente da pesquisa, que elege a Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP) como fio condutor e consegue evidenciar o crescimento do conhecimento científico durante o período de 1974 a 2008 no Brasil, em particular na Bahia.

Desta maneira a Revista permite resgatar o conhecimento científico na área da saúde, revelando o interesse local pelo seu conteúdo pesquisado.

5.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Os meios utilizados para a construção da pesquisa reúnem os seguintes elementos:

- a) levantamento da coleção da Revista com a finalidade de verificar a existência de todos os exemplares;
- b) levantamento da documentação — leis, decretos, portarias, projetos, relatórios relativos à RBSP — que se constitui em fonte de informação para a pesquisa;
- c) seleção de estudos e obras importantes, através de leitura exploratória para elaboração dos capítulos da pesquisa;
- d) leitura dos resumos dos artigos originais com a finalidade de classificar e categorizar os temas, utilizando as palavras-chave;
- e) classificação dos temas de acordo com as áreas temáticas da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS);
- f) elaboração de roteiro de entrevista (Apêndice A);
- g) elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anuência do sujeito da pesquisa ou seu representante legal (Resolução nº. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde; Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos); (Apêndice B);
- h) realização de entrevistas.

5.3 RECURSOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos da pesquisa é relevante atentar para o fato de que a ciência, segundo Valentim (2005), é um conjunto de conhecimentos racionais, que engloba definições, hipóteses e leis de uma determinada especialidade. Esse autor qualifica o conjunto de conhecimentos racionais como provável e afirma que não

existe verdade absoluta quando se trata da construção do conhecimento científico e da ciência. Outro aspecto importante apresentado pelo autor, relativo à construção do conhecimento científico, é a necessidade de se processar um conjunto de ações de forma lógica e metódica e, além disso, a importância da sistematização do conhecimento construído.

Na visão de Santos (1996, p.15): “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou [...]” Desta forma, a construção do conhecimento depende essencialmente de ações metódicas que visam à compreensão exaustiva do objeto. Entretanto, numa visão ampla do conhecimento, o autor afirma que conhecer é unificar o mundo subjetivo e o mundo objetivo, é levar “[...] a consciência a unidade necessária de ambos” (SANTOS, 1996, p. 15). Sendo assim, a construção do conhecimento é fundamental para a consolidação de qualquer área.

O conhecimento científico é cumulativo e expressa a ciência construída de uma determinada área. Nesse sentido, o método científico é importante porque permite reconhecer o objeto da pesquisa, sua natureza, seus aspectos mais intrínsecos (VALENTIM, 2005).

O desenvolvimento da pesquisa inicia-se com a revisão de literatura, mediante o estudo de autores clássicos e autores da literatura nacional e estrangeiros sobre o tema e áreas afins, tendo a questão do periódico como central, dada a sua importância para a comunicação científica. Ressalta-se a viabilidade desses estudos por demonstrar preocupação significativa com a comunicação da ciência desde os seus primórdios até as questões ligadas a sua construção, desenvolvimento e aceitação pela sociedade, bem como o advento das tecnologias da informação. Assim, identifica-se como atividade preliminar para o desenvolvimento da pesquisa, a realização de um levantamento bibliográfico da literatura científica, técnica e especializada, acerca dos tópicos centrais estudados, mais especificamente o papel do periódico científico, especificamente, a Revista Baiana de Saúde Pública.

Dando continuidade à exposição dos recursos metodológicos, é elaborado o roteiro de entrevista (Apêndice A), no qual predominam as questões abertas, focando-se as circunstâncias, motivações, origem, processos oriundos da criação da Revista, contendo 12 perguntas abertas, a ser aplicado junto ao editor e ex-editores, com abordagem dos seguintes tópicos: a finalidade precípua da criação da Revista,

os aspectos sociopolíticos que envolvem tal implementação, as áreas de articulação intra e interinstitucional, o projeto e documentos elaborados para a criação, o papel, função, estruturas regimentais, forma de disseminação do conteúdo científico e a visibilidade da Revista no cenário baiano e nacional. As categorias operacionais estudadas relativas às funções e estruturas, competências, papel, entre outras, buscam captar, dentro do texto produzido pelas entrevistas, os elementos que concretizam o processo político de estruturação da RBSP, principalmente os que determinam mais claramente as decisões, no que se refere à implantação e organização, seus recursos e meios de permanência dentro da SESAB.

Também se elabora um termo de consentimento livre e esclarecido, que esclarece ao entrevistado sobre a natureza e importância da pesquisa, objetivos, métodos, solicitando-se a participação voluntária. O termo é regido pela Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde; Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Apêndice B).

O tema corresponde aos pressupostos teóricos que norteiam o estudo, referentes à comunicação científica, ou seja, o papel e a importância do periódico científico. Após a descrição preliminar, em que se busca conceituar e delinear os aspectos importantes para definição da aplicação do método na pesquisa prossegue-se com o detalhamento dos demais itens elencados a seguir.

- Tipo de Pesquisa

A pesquisa é classificada como exploratória, descritiva e documental, por relatar as características de um determinado fenômeno sem a interferência ou manipulação do pesquisador, tal como enuncia Triviños (1987). O objeto de investigação é a Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP). O objetivo da pesquisa é verificar as circunstâncias que propiciaram a sua criação, o papel que exerce dentro da instituição SESAB, bem como sua trajetória no período de 1974 a 2008, por meio dos artigos disseminados neste veículo de comunicação formal.

Com relação a seus objetivos, trata-se de um estudo exploratório, qualitativo com apoio quantitativo, de um tema, no caso, o papel social e documental e as circunstâncias históricas que cercam o periódico na área da saúde.

A pesquisa visa:

Pesquisa bibliográfica – levantamento das fontes bibliográficas;

Pesquisa documental – recuperação de documentação que permite verificar a evolução da Revista durante os anos abrangidos pela pesquisa;

Pesquisa de campo – consiste no levantamento de dados que permitem o conhecimento da Revista em relação a: fascículos, procedência, temáticas e percentuais.

Haguette (1995, p.63) explica que a pesquisa qualitativa

Fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos.

A autora define, de forma objetiva, que a pesquisa “[...] pressupõe uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termo de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1995, p. 63).

Portanto, os diferentes tipos e enfoques de pesquisas relacionam-se à forma de construção de conhecimento e à prática da pesquisa de uma determinada área. Porém o pesquisador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significados.

Diante deste contexto, a articulação da pesquisa qualitativa e quantitativa é importante, pois elas são complementares e não excludentes, com a finalidade de dar maior clareza à pesquisa. Para maior aprofundamento, no estudo exploratório do resgate histórico da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), pretende-se adquirir uma visão geral do objeto estudado, bem como maior familiaridade com o tema tratado.

O período definido para análise vai de 1974, ano da criação do periódico, a 2008, volume 32, n 3, último número lançado até o final da pesquisa, correspondendo a 34 anos, ou mais de três décadas, tempo suficiente para ser traçada a trajetória da publicação. Deste modo, são analisados os 34 anos da Revista Baiana de Saúde Pública, nos seus 32 volumes, com total de 56 fascículos, tendo em vista os atrasos e a perda de periodicidade. Com o comprometimento e empenho dos responsáveis pela veiculação da publicação e da instituição SESAB, esses retrocessos são minimizados com a publicação de volumes correspondentes aos faltantes da coleção.

- Etapas da Pesquisa

Após o levantamento bibliográfico, segue-se a etapa da pesquisa documental, realizada por meio da identificação, catalogação e seleção das informações mais importantes para a reconstrução da história documental, especialmente relacionadas com a criação da RBSP. Reúnem-se portarias, regimento da RBSP, relatórios de atividades produzidos pela área de Recursos Humanos da SESAB e relatórios de gestão produzidos por essa Secretaria de Estado.

Nessa etapa levantam-se as características formais da Revista quanto ao aspecto formal extrínseco e de conteúdo intrínseco. Selecionam-se todos os volumes da coleção do periódico (v. 1, n. 1, jan./mar. 1974 ao v. 33, n. 3, 2008); ou seja, o primeiro volume publicado até o último, integrantes do recorte desta pesquisa.

Com base nas informações relatadas nesses documentos, fez-se a análise cronológica e histórica. A análise documental permite traçar um perfil histórico da criação da RBSP e, como cenário, as políticas públicas da área da saúde, ciência & tecnologia que permeiam o processo de constituição do periódico.

Acrescenta-se que o desenvolvimento da análise documental ocorre em dois momentos:

- o primeiro envolve aspectos formais da RBSP: descrições das seções, idiomas do título, resumos, descritores, se incluídos, editores, comitês editoriais, avaliadores, data de aceitação dos trabalhos, normas editoriais, periodicidade, ISSN, legenda, paginação, publicidade, tiragem, detalhes da capa, editorial e indexação. Totalizam dezoito os itens a serem descritos;
- o segundo momento abrange os aspectos de conteúdo previamente selecionados, com base nos cabeçalhos de assuntos existentes.

Realiza-se levantamento de 282 resumos dos artigos, desde o primeiro volume, número um (1), publicado em 1974, ao volume trinta e três (33), número três, publicado em 2008, com a finalidade de classificar e categorizar os temas/assuntos recorrentes, publicados na Revista, como também origem/procedência dos estudos publicados e das instituições. As demais seções não são relacionadas, dentre elas, Artigo de Revisão, Comunicação, Relato de

Experiência e outras. Adota-se na pesquisa a classificação das áreas temáticas criadas para a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Essa escolha deve-se ao fato de ter sido desenvolvida por especialistas da área de saúde.

Em 2001, desenvolve-se uma taxonomia das grandes áreas de Saúde Pública para a classificação das fontes de informação da BVS com áreas temáticas representativas da área de Saúde Pública, que se encontram listadas no Anexo A, com o escopo de cada área.

Adota-se também, para classificação da década de 1970, o vocabulário estruturado e trilingue Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), criado pela BIREME para uso na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas bases de dados LILACS, MEDLINE e outras.

Ressalta-se que este indexador é desenvolvido a partir do *Medical Subject Headings* (MeSH) da U.S. *National Library of Medicine* com o objetivo de permitir o uso de terminologia comum para pesquisa em três idiomas, proporcionando um meio consistente e único para a recuperação da informação independentemente do idioma. Tem como finalidade principal servir como linguagem única de indexação e recuperação da informação os componentes do *Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde*, coordenado pela BIREME, e abrange 37 países na América Latina e no Caribe, permitindo um diálogo uniforme entre cerca de 600 bibliotecas. O DeCS integra a *metodologia LILACS* e é um componente integrador da Biblioteca Virtual em Saúde

Com a criação das BVS, surgem as estratégias de buscas temáticas para facilitar o trabalho de pesquisa dos temas mais importantes de cada BVS.

Para facilitar o entendimento, a BVS Saúde Pública - Brasil (BVS-SP) tem por objetivo promover o acesso *online* eficiente, universal e equitativo à informação científica e técnica relevante para o desenvolvimento da saúde. Como parte integrante da Biblioteca Virtual em Saúde para América Latina e Caribe, a BVS-SP Brasil representa a operação cooperativa e descentralizada de uma rede de fontes de informação científica e técnica em Saúde Pública. Essas fontes de informação são operadas na Internet por produtores, integradores e intermediários, obedecendo a controles de qualidade e metodologias comuns. A BVS-SP Brasil inclui, além dos serviços tradicionais de acesso à literatura científica, listas de discussão, acesso à

legislação estadual e municipal, modelos de ação, notícias e promoção de participação da comunidade. A BVS-SP Brasil é resultado da parceria entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde – representação Brasil, através de seu centro BIREME.

A classificação a ser utilizada é voltada para a área do conhecimento da Saúde Pública, sendo assim, a classificação dos artigos pelas áreas temáticas baseia-se na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS):

- a) utilização do Programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), quantificando-se os assuntos/temas por décadas, distribuição de volumes, artigos e fascículos por período;
- b) frequência de assuntos por temas; categorias temáticas mais recorrentes;
- c) número de artigos publicados por instituição e por Estado da Federação.

Esclarece-se que o programa SPSS tem o objetivo de quantificar e representar graficamente as categorias levantadas.

A pesquisa reúne 282 artigos submetidos à análise de características intrínsecas que privilegia os temas ou assuntos de caráter e estrutura científicos, originados de pesquisas. Realiza-se a leitura dos resumos dos artigos e, às vezes, constata-se a necessidade da leitura do texto completo, para identificação das palavras-chave/descriptores, com a finalidade de criar categorias conforme as áreas temáticas da BVS, identificar e classificar os temas recorrentes publicados na Revista, nas três décadas, como também as instituições que mais publicam; Também verifica-se o quantitativo de trabalhos recebidos para publicação na RBSP por estados da Federação.

Com relação aos temas ou da literatura da área, destaca-se a frequência, pela característica da pesquisa documental com abordagem histórica, privilegia-se a característica qualitativa e de descrição, com a finalidade de fazer a trajetória da Revista e ilustrá-la com os dados quantitativos em relação às características de conteúdo descritas no parágrafo anterior. As análises são realizadas ano a ano, para maior detalhamento das informações, depois agrupadas por décadas, visando deixar mais claro o crescimento e a evolução da Revista.

O Quadro 3 apresenta uma relação dos objetivos específicos da pesquisa, com a indicação dos respectivos capítulos, nos quais são tratados, os métodos utilizados e as respectivas variáveis.

Objetivos Específicos	Capítulos	Método	Variáveis
1. Recuperar a história da Revista mediante levantamento dos documentos oficiais do Centro de Documentação da SESAB no período de 1974 a 2008	3	pesquisa bibliográfica	-
2. Identificar as características documentais formais da Revista Baiana de Saúde Pública	4	pesquisa documental	-
3. Identificar os artigos publicados na RBSP por áreas temáticas e de acordo com as instituições e as procedências	4	pesquisa documental e análise de conteúdo	Frequência de temas recorrentes; número de artigos publicados por instituições; número de artigos publicados por Estado da Federação

Quadro 3 – Objetivos específicos, capítulos métodos e variáveis

Utiliza-se a análise de conteúdo, técnica recomendada por Bardin (1977), para os dados coletados que, a despeito de poder ser considerada como um instrumento de análise, é marcada por uma grande diversidade de formas e é adaptável a um campo de aplicação muito vasto, ou seja, o campo das comunicações. A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, como na análise temática ou uma análise de significantes, como na análise léxica. Escolhe-se o método de análise de conteúdo, principalmente, porque, após definição do objeto da pesquisa, podem ser estabelecidas categorias e/ou subcategorias relacionadas ao objeto da pesquisa.

Bardin (1977, p. 42) assim define a análise de conteúdo

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Consoante o autor citado, a maioria dos procedimentos qualitativos organiza-se em torno de categorias. A categoria é uma forma geral de conceito, uma forma de

pensamento, ou seja, são reflexos da realidade, sendo sínteses, em determinado momento, do saber. Por isso, se modificam constantemente, assim como a realidade.

Categorias devem dizer respeito às intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa, às questões norteadoras, às características da mensagem; devem ter a característica de objetividade e fidelidade, ou seja, se as categorias forem bem definidas, se os índices e indicadores que determinam a entrada de um elemento numa categoria estiverem bem claros, não ocorrem distorções. O conteúdo, segundo essa autora, tem como um dos seus mais importantes aspectos a inferência. “Esta é entendida como deduções lógicas que objetivam reconhecer no conteúdo da mensagem duas questões: a) causas ou antecedentes da mensagem; e b) efeitos ou conseqüências das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 39).

- Localização da Coleção da Revista Baiana de Saúde Pública

São identificados e classificados, de acordo as áreas temáticas da BVS, 282 artigos originais da RBSP, com o objetivo de categorizar os temas/assuntos recorrentes publicados na Revista, assim como identificar origem/procedência dos estudos publicados e das instituições no período de 1974 a 2008. A coleção da RBSP encontra-se na Escola Estadual de Saúde Pública da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, onde está localizada a estrutura física da RBSP. A coleção é completa e encontra-se em bom estado de conservação. Desta maneira a facilidade de acesso às Revistas garante o trabalho para assegurar os resultados obtidos.

6 RESULTADOS OBTIDOS

Nesta seção são agrupados e sistematizados os resultados obtidos pela pesquisa. Procura-se também analisar os dados em relação à forma e ao conteúdo temático.

Conforme explicado anteriormente, são levantadas as características formais de caráter extrínseco e intrínseco da Revista Baiana de Saúde Pública, conforme os objetivos da pesquisa.

Os aspectos analisados referem-se aos dados de identificação geral da Revista, quanto à forma, tendo como variáveis:

- (i) seções;
- (ii) resumos;
- (iii) indexação: *LILACS* e outras;
- (iv) *International Standard Serial Number (ISSN)*⁴;
- (v) periodicidade;
- (vi) capa – retrata as mudanças no *layout* externo do periódico;
- (vii) paginação – presença ou não do número de páginas nos artigos;
- (viii) publicidade – relacionada à forma como a própria Revista se divulga, ou seja, através de mala-direta, em eventos científicos, exposição de Revistas etc.;
- (ix) Comitê Editorial – verificada a presença ou não do Comitê;
- (x) Avaliação dos trabalhos;
- (xi) data de aceitação do trabalho;
- (xii) norma editorial;
- (xiii) legenda;
- (xiv) tiragem;
- (xv) notas gerais;
- (xvi) descritores;

⁴ Número internacional normalizado para publicações seriadas, hoje apresentadas nas versões impressa e *on-line*.

(xvii) lombada.

(xviii) Editorial

Com relação aos aspectos extrínsecos, são levantados 18 itens de informação dentro dos tradicionalmente selecionados para avaliação de um periódico científico e suas variações conceituais ou terminológicas. Os itens estão explicitados na metodologia e aqui são expostos por conjuntos de informação, reunidos por suas características comuns.

Para os aspectos de conteúdo intrínseco, observam-se as informações dos artigos originais.

6.1 PESQUISA DE CAMPO

A contribuição pretendida nesta pesquisa visa oferecer à comunidade científica a trajetória da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), criada sob os auspícios do regime militar, período que contempla estratégias de planejamento social e que, no setor saúde, incorporam políticas de planejamento de saúde e de reforma do setor.

Os estudos e pesquisas na área de informação e comunicação têm a capacidade de interpelar ou posicionar as audiências, e as políticas de informação são recortadas sobre o grande mapa das políticas públicas e deslocadas frequentemente, de acordo com definições de prioridades conjunturais.

A implementação de políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) é baseada nos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND) e no I Plano Nacional de Desenvolvimento, além do Banco de Patentes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, criando o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica.

Nesta pesquisa estuda-se os 34 anos da Revista Baiana de Saúde Pública, nos seus 32 volumes, 56 fascículos e 282 artigos.

Apresentam-se, nas subseções que seguem, os aspectos extrínsecos ou de forma e os aspectos intrínsecos ou de conteúdo.

6.2 ASPECTOS EXTRÍNSECOS OU DE FORMA

Na trajetória de crescimento da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), em alguns momentos, ocorrem atrasos na publicação e consequente perda de periodicidade. Entretanto, o empenho de profissionais e da instituição mantenedora, permite atualizá-la e mantê-la viva, entre os demais periódicos que compõem essa área, o que demonstra o comprometimento desses servidores com a pesquisa e com a informação técnico-científica. O Quadro 4 mostra, por período, a distribuição de volumes, fascículos e artigos.

Período	Volumes	Fascículos	Artigos
1974-1979	6	14	52
1980-1989	11	16	59
1990-1999	8	8	24
2000-2008	11	18	147
Total	36	56	282

Quadro 4 - Distribuição de volumes, fascículos e artigos por período

Com base na distribuição de volumes, fascículos e artigos apresentados no Quadro 4, verifica-se o crescimento de número de artigos por fascículo.

- Década de 1970

Nessa década nasce a RBSP, com a pretensão de promover a informação científica para os servidores da instituição SESAB. Conforme relato de Dr. Gabriel Nery, então Assessor Técnico da SESAB e Coordenador Geral da RBSP, em entrevista realizada em 30 de março de 2009: “Se pensou muito em relação aos profissionais da área que estavam envolvidos com pesquisas e os profissionais que estavam no interior. Então isso tudo fez com que fosse implementada a criação da Revista.”

A Revista inicia suas atividades, porém apresenta algumas falhas inerentes a qualquer projeto pioneiro, como se pode verificar, no decorrer da apresentação dos resultados.

Em 1974 é editado o volume 1, número 1, janeiro a março. As normas e padrões editoriais da Revista, desde este número, esclarecem que o idioma dos títulos, o texto e o resumo são publicados em português e adotam o inglês para os resumos em língua estrangeira. Ressalta-se a importância dos *abstracts*, facilitando a disseminação da informação e ampliando a visibilidade dos artigos, bem como a sua indexação em publicações secundárias.

Consta que o local de edição, inicialmente, entre 1974 e 1976, era Av. Sete de setembro, bairro da Vitória, em Salvador, Bahia. Posteriormente, até o ano de 2002, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). A partir de 2003 sua estrutura física encontra-se na Escola Estadual de Saúde Pública Professor Francisco Peixoto de Magalhães Netto, no bairro do Rio Vermelho em Salvador- Bahia.

Em cada número da Revista constam artigos originais e artigos de revisão.

As normas para colaboradores descrevem o aceite dos artigos originais, com resumos em português e em inglês, admitindo o recebimento de trabalhos em outros idiomas. Para as normas bibliográficas é adotada a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O Resumo consta em todos os fascículos/números, tendo versão em português e em inglês. A Periodicidade é trimestral, com distribuição gratuita e tiragem de 500 exemplares.

A capa da Revista, durante a primeira década, adota um padrão estético: apresenta uma cruz, que simboliza a área da saúde, e os detalhes da capa estão de acordo com a norma adotada: nome da Revista, volume, número, mês e ano e o nome da instituição mantenedora. Todos os volumes e números estão paginados e, deste modo, os artigos podem ser identificados pelas páginas iniciais e finais.

A publicidade é garantida com o encaminhamento dos exemplares a todas as bibliotecas das Secretarias Estaduais de Saúde do País, alguns Ministérios, Universidades e Faculdades de Medicina, Associações Profissionais e de Representações de Organismos Internacionais, órgãos da SESAB e da FUSEB. Consta que há muita produção de artigos científicos oriundos dos profissionais da própria SESAB.

No começo das atividades da Revista há bastante empenho em divulgá-la dentro da instituição SESAB, bem como a todos os órgãos que fazem parte desta instituição, nas universidades e nos órgãos ligados à Ciência e Tecnologia, como a BIREME e outras instituições da área de Saúde Pública. Busca-se parcerias com

outras revistas, com a finalidade de permuta, e faz-se doações de exemplares para faculdades, universidades, bibliotecas da área da saúde e correlatas.

Com relação à Publicidade, a professora Margarida Pinto esclarece em entrevista realizada em 30 de março de 2008:

Na expedição, nós mandávamos para as principais Faculdades do país, as principais Secretarias de Saúde e para alguns países estrangeiros. Fazia-se permuta com algumas instituições e doação na maioria, por que o objetivo da Revista era atender a assistentes, dar conhecimento dos novos conhecimentos, acompanhamento da produção científica na sua área. Então tinha que ser através de divulgação, mesmo para o interior.

A Comissão Editorial é constituída de funcionários da própria instituição, que exercem cargos de chefia: redator, Harley Pinheiro Padilha, e Secretária, Livinia de Argolo Bulcão.

O Quadro 5 mostra a quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP na década de 1970:

Década de 1970	N. de membros
Volume 1, número 1, janeiro a março de 1974, volume 1, n. 2, abril a junho de 1974, e volume 5, número 3/4, julho a dezembro de 1974	4
Volume 1, n. 3/4, julho a dezembro de 1974 e volume 2, número 1, janeiro a março de 1975	8
Volume 2, número 2, abril a junho de 1975	7
volume 2, número 3, julho a setembro de 1975	9
volume 2, número 4, outubro a dezembro de 1975	9
volume 3, número 1/2, janeiro a junho do ano de 1976	11
volume 3, número 3/4, julho a dezembro do ano de 1976	12
volume 4, número 1/2, de janeiro a junho de 1977	13
volume 4, número 3/4, de julho a dezembro de 1977	13
volume 5, número 1/2, janeiro a junho de 1978	11
volume 6, número 1/4, janeiro a dezembro de 1979	6

Quadro 5 – Quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP – década de 1970

A avaliação dos trabalhos recebidos é realizada pela Comissão Editorial e, em alguns casos específicos, encaminhada a professores da Universidade Federal da Bahia. Não consta avaliação por pares, ficando a cargo da própria Comissão a responsabilidade desta atividade.

O relato da Professora Margarida Pinto, em entrevista realizada em 30 de março de 2008, confirma esta descrição: “O grupo sempre se interpôs de profissionais de conhecimento das áreas específicas. E tenho impressão que algumas vezes foi necessário, inclusive, convidar pessoas da própria UFBA para avaliar nossos trabalhos.”

A legenda está de acordo com as normas da ABNT, para periódico científico, nesta década. Constam, em todos os primeiros fascículos/números, as palavras-chave ou descritores. Nos primeiros fascículos/números não aparecem data de recebimento e aceitação do trabalho. A Revista mantém regularidade na indicação da data, para assegurar a prioridade intelectual do autor.

O Editorial do primeiro volume da década, elaborado pelo Secretário da Saúde, retrata a importância da Revista como órgão oficial da SESAB, para divulgar as informações, estudos e pesquisa provenientes do Setor Saúde na Bahia. A ficha catalográfica não consta nos primeiros fascículos/números da Revista. Os primeiros números da RBSP não estão indexados nas Bases de Dados de Periódicos ou em Órgãos de Referência.

Em 1974, é editado o volume 1, n. 3-4, julho a dezembro e consta que nas seções deste volume, foram acrescentadas as seguintes categorias: Artigo de Atualização, Palestras, Noticiário. Esta alteração foi identificada no Sumário deste número, não constando nas Normas para Colaboradores, nem em outro documento.

Em 1975, o volume 2, número 3, julho a setembro torna público que, neste volume, publica-se um número especial com o tema: o Diagnóstico de Saúde do Estado da Bahia (Planejamento de Saúde na Bahia). A inscrição dos dados da Revista na lombada consta nos volumes e fascículos publicados nos anos de 1975 a 1977 (volume 2, n. 4, 1975 ao volume 4, n. 3/4, 1977).

Em 1977, a Revista é inserida no ao Ulrich's International Periodicals Directory (Guia de referência Internacional para publicações periódicas), guia que segue as Normas da International Standards Organization / Technical Committee (ISO/TC-46).

No volume 4, número 3/4 do mesmo ano, a Comissão Editorial recebe resposta afirmativa do pedido de inclusão dirigido ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), organismo do CNPQ. O Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN), *International Standard Serials Number*, é atribuído à Revista Baiana de Saúde Pública. O ISSN tem por

função assegurar o registro único de cada publicação seriada (jornais, revistas, anuários, relatórios, monografias seriadas etc.), em circulação, futuras (pré-publicações) e encerradas, em qualquer idioma ou suporte físico utilizado (impresso, *on-line*, CD-ROM), em base de dados internacional, identificando-a internacionalmente e possibilitando o intercâmbio bibliográfico⁵.

O uso do ISSN é definido pela norma técnica da *International Standards Organization* - ISO 3297, operacionalizado por uma rede, cujo centro internacional fica em Paris, sendo o Brasil representado pelo IBICT, que atua desde 1975 como centro nacional dessa rede.

Em 1978, edita-se o volume 5, número 1/2, janeiro a junho com o Diagnóstico de Saúde do primeiro ano operativo do Plano de Implantação do Sistema Nacional de Saúde no Estado da Bahia (PISEB), desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação W. K. Kellogg. Neste volume e número o Editorial é substituído pela Apresentação, em razão do seu conteúdo. A tiragem aumenta de seiscentos (600) para mil (1000) exemplares. O layout da capa modifica-se, com alterações na cor, ocorrendo a substituição da cruz pelo Portal da antiga Secretaria da Saúde, no bairro da Vitória. O Projeto gráfico é realizado pela ASPO/ARTE, com a coordenação Gráfica de Kilson Nogueira. A redação da Revista é ocupada interinamente pela Professora Margarida Pinto Oliveira.

Nesse mesmo ano, é publicado o volume 5, número 3/4, julho a dezembro: este número registra alterações nos tipos de trabalhos apresentados, com a inserção das categorias: Temas e Debates e Carta ao Editor. A tiragem é reduzida de mil (1000) para seiscentos (600) exemplares.

Em 1979 é editado o volume 6, número 1/4, janeiro a dezembro. O layout da capa é modificado mais uma vez, expondo foto de Mário Cravo Neto, realizada para a Revista em 13/11/79, com o detalhe do portal da antiga Secretaria de Saúde da Bahia (Solar do século XVII).

- o Década de 1980

O volume 7/8, número 1/4 e 1/2, de janeiro de 1980 a junho de 1981 apresenta inserção da categoria Nota Histórica. Nesta década, a capa da Revista é padronizada com várias tonalidades de cor.

⁵ A página do ISSN on-line pode ser acessada no seguinte endereço:
<http://www.ibic.br/secao.php?cat=ISSN>

Em 1981, é editado o volume 8, número 3/4, julho a dezembro: neste número, ocorrem modificações com relação à Comissão Editorial provisória, que passa a ser permanente, com o acréscimo de mais quatro (4) membros, sendo sua composição alterada de seis (6) para dez (10) membros integrantes. Neste volume e número não consta a lombada com a inscrição do volume, número, ano e nome da Revista.

Em 1982, o volume 9, número 1, janeiro a março e número 2, abril a junho, apresenta-se um índice remissivo dos três números publicados no ano. No *número 3/4, julho a dezembro* desse mesmo ano, a tiragem aumenta de seiscentos (600) para mil (1000) exemplares.

Em 1983, é editado o volume 10, número 2/4, abril a dezembro: nessa publicação, a Comissão Editorial é acrescida de um (1) membro, passando a integrar onze (11) componentes.

No ano de 1984 publica-se o volume 11, número 1, janeiro a março, número 2/3 abril a setembro e número 4, outubro a dezembro: com esses três fascículos atualiza-se os números em atraso, expressando o desejo dos protagonistas da história da comunicação da informação sobre a saúde, bem como o interesse da Secretaria da Saúde e do Instituto de Saúde do Estado da Bahia de continuar contribuindo para o registro do conhecimento especializado e para o desenvolvimento científico da comunidade baiana, principalmente, para o desenvolvimento e aprimoramento dos Recursos Humanos.

No *número 1, janeiro a março*, o aspecto que merece destaque é a indicação da indexação da RBSP na Base de Dados da *Ulrich's International Periodicals Directory* (USA), Índice de Revistas Latino-Americanas em Ciências (México). Vale ressaltar que a indexação é um item de suma importância para o reconhecimento do periódico em uma comunidade científica, nacional e internacional. A redatora permanente passa a ser denominada editora-chefe e o expediente, na folha de rosto, não publica os nomes do Redator e da Secretária Executiva.

No *volume 11, número 2/3, abril a setembro 1984*, a Revista passa a fazer parte de outras Bases de Dados, além das citadas, como: Bibliografia Brasileira de Medicina; Informação para Saúde, Brasília; Informação para Saúde, Bahia; Informação para Saúde, Rio Grande do Sul; SALUS Bibliography, Ottawa, Canadá; Sumário Actual de Revista, Madrid.

Em 1985, é lançado o volume 12, número 1/3, janeiro a setembro, e o número 4, outubro a dezembro, sendo a única mudança verificada na cor da capa.

Em 1986, edita-se o volume 13, número 1/3, janeiro a setembro: a Revista passa a ser indexada também na base Literatura Latino-Americana em Ciências e Saúde em Saúde Pública, São Paulo (LILACS-SP). O prestígio do periódico aumenta e a partir deste número veicula informações provenientes do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (CENDOTEC), em atendimento à solicitação do Centro. Na seção “Notas Históricas”, aparecem excertos do famoso *Reise in Brasilien*, traduzidos por Manoel A. Pirajá da Silva e Paulo Wolf.

No volume 13, número 4, janeiro a dezembro de 1986, a publicação passa a ser anual, embora conste na Norma para Colaboradores a periodicidade trimestral. O número de membros da Comissão Editorial passa de onze (11) para (16) dezesseis participantes, porém, no volume 13, número 4, volta a ter onze (11) os membros participantes. Para melhor compreensão da composição da Comissão Editorial da Revista na década de 1980, pode-se observar sua configuração no Quadro 5.

Década de 1980	Quantidade de membros
Volume 7/8, número 1/4 e 1/2 janeiro a junho de 1981	06
Volume 8, número 3/4, julho a dezembro de 1981, e volume 9, número 1, janeiro a março de 1982, e número 2, abril a junho de 1982 e número 3/4 julho a dezembro de 1982	10
Volume 10, número 1, janeiro a março de 1983; volume 11, número 1, janeiro a março de 1984, e número 2/3, abril a setembro de 1984; volume 12, número 1/3, janeiro a setembro de 1985 e número 4, outubro a dezembro de 1985	11
Volume 13, número 1/3, janeiro a setembro de 1986	16
Volume 13, número 4, 1986 e volume 14, número 1, refere-se ao volume 13 e ao primeiro volume de 1987 (outubro 1986 a março de 1987); volume 15, número 1/4, janeiro a dezembro de 1988; volume 16, número 1/4, janeiro a dezembro de 1989	11

Quadro 6 – Quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP – década de 1980

As Normas para Colaboradores são modificadas, passando a ser solicitado o envio de trabalhos em três cópias e a indicação da quantidade de separatas dos artigos aprovados concedidas aos autores.

o Década de 1990

Mudanças pouco significativas ocorrem e a Revista continua com a periodicidade anual, publicando um volume/número referente aos dois semestres. Em decorrência dos atrasos da publicação, que prejudica a periodicidade, a Revista deixa de fazer parte de uma Base de Dados de grande importância internacional, perdendo a Indexação da Base *Ulrich's International Periodicals Directory* (USA).

Em 1991, edita-se o volume 18, número 1/4, janeiro a dezembro: a Comissão Editorial passa a ter 20 participantes, conforme pode ser visualizada no Quadro 7:

Década de 1990	Quantidade de membros
volume 17, número 1/4, janeiro a dezembro de 1990; volume 18, número 1/4, janeiro a dezembro de 1991, ao volume 21, número 1/4, janeiro a dezembro, referente aos anos de 1994/1995	20
volume 22, e número 1/4, janeiro a dezembro de 1996/1997, e o volume 23, número 1/4, janeiro a dezembro de 1998/1999	9

Quadro 7 – Quantidade de membros da Comissão Editorial da RBSP – década de 1990

Modificações são feitas no Expediente, no que diz respeito à gestão da Revista, e assume a chefia da Seção de Publicações Científicas, Rosângela Dutra Nascimento, sendo o cargo de Editor-Chefe ocupado por Dr. Trípoli F. Brito Gaudenzi, integrante da Comissão Editorial.

Em 1993 é lançado o volume 20, número 1/4, janeiro a dezembro: a tiragem é aumentada, passando de mil (1000) para mil e quinhentos (1500) exemplares.

O volume 21, número 1/4, janeiro a dezembro, referente aos anos de 1994/1995: possui os mesmos aspectos extrínsecos, com exceção da cor da capa, que passa a ser amarela.

Em 1996/1997 publica-se o volume 22, número 1/4, janeiro a dezembro: ocorrem mudanças na gestão da RBSP, sendo designado o novo editor-chefe, Professor Dr. José Tavares-Neto.

Do volume 22 ao volume 26, o sumário é colocado na capa, com a finalidade de proporcionar aos leitores maior visibilidade do conteúdo publicado, bem como de

facilitar as atividades de indexação dos artigos nas bases de dados e bibliotecas. Para atender às necessidades do novo modelo de editoração, a Comissão Editorial elabora Normas de Publicação e define as características dos tipos de trabalho aceitos para apreciação do periódico, na tentativa de diversificar e enriquecer ainda mais o conteúdo. Nas seções da Revista, incorpora-se: Relatório, Comunicação, Resenha Bibliográfica, Resumo de Tese, Carta ao Editor. O número de componentes da Comissão Editorial é reduzido, passando para nove (9) membros, e a RBSP adota a avaliação dos trabalhos recebidos por pares.

Em 1998/1999, edita-se o volume 23, número 1/4, janeiro a dezembro: neste volume, reduz-se a tiragem de 1.500 para 1.000 exemplares e é retomada a especificação da lombada da Revista, com a inscrição do nome, volume, número e ano; assume a função de Secretária Executiva da Revista a servidora da instituição SESAB, Lucitânia Rocha de Aleluia.

- Década de 2000

A década de 2000 é bastante significativa para a Revista, que nesse período mantém a regularidade da publicação e, conseqüentemente, amplia o recebimento de trabalhos para publicação.

Em 2001, é editado o volume 25, número 1/2, janeiro a dezembro: a tiragem da Revista aumenta para 5.000 exemplares. Publica-se um número especial em comemoração aos trinta (30) anos do curso de pós-graduação em Medicina e Saúde (CPgMS), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, com os resumos das dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado do período de 1971 a 2001. O volume tem como finalidade a atualização da publicação da Revista, que ao longo da década de noventa, mesmo publicando 1 (um) exemplar anualmente não paralisa a publicação. Com a atualização da RBSP, a comunidade da SESAB e as Universidades locais passam a ter um periódico de maior impacto e voltado para a divulgação de estudos sobre agravos à Saúde Pública, especialmente os de maior interesse regional, sem perder o objetivo de comunicar sobre uma ciência aplicada de características universais.

Em 2003, é editado o volume 27, número 1, janeiro a junho: o Sumário sai da capa e integra o conteúdo da Revista, com a finalidade de melhorar a visibilidade e dar maior ênfase à imagem do portal estampado na capa. A tiragem é reduzida de

5.000 para 3.000 exemplares e nas seções são incorporadas outras categorias: Nota Histórica, Revisão Histórica, Resumo de Tese e Dissertação, Carta o Editor. A Revista muda de endereço para a sede da Escola Estadual Professor Francisco Peixoto de Magalhães, no bairro do Rio Vermelho e ocorre a formalização da nova estrutura organizacional, acrescentando: Editora, Comissão Editorial, Secretaria Executiva. Essa formalização ocorre por conta da nova gestão da Revista, que procura ajustá-la aos padrões atuais, com a finalidade de atender aos requisitos determinados pela comunidade científica, bem como atender os requisitos de indexação em bases de dados fixados pela Capes e outros organismos como a BIREME, LILACS, SCIELO, dentre outros.

Em 2003 publica-se o volume 27, número 2, de julho a dezembro: a periodicidade passa a ser semestral, com a publicação de dois fascículos/ano. Este número apresenta índice remissivo (autor, título, assunto) referente aos dois números editados no ano de 2003.

No ano de 2004, é editado o volume 28, número 1, de janeiro a junho: a partir desse volume ocorrem mudanças significativas, com a finalidade de incorporar os padrões recentes de periódico científico, nesse período ocorre investimento em relação ao projeto gráfico da Revista, com mudanças no formato, a capa e a composição adéquam-se aos padrões das Revistas atuais, mostrando a evolução alcançada pela RBSP ao longo das três últimas décadas; o Regimento Interno é reestruturado e as Normas para Publicação são atualizadas, instrumentalizando os autores para o encaminhamento de trabalhos; nas seções, é verificada a incorporação de novas categorias aceitas: Relato Técnico, Relato de Experiência e Relato de Caso, este último refere-se à produção resultante de trabalhos e projetos elaborados pelos técnicos da SESAB e da rede SUS.

O Conselho Editorial recebe nova configuração e passa a ser constituído de: um (1) editor-chefe; seis (6) editores associados; Conselho Editorial composto de profissionais de vários estados do Brasil e da América Latina, em número de vinte e oito (28) componentes, e Secretária Executiva. Celebram-se os 30 anos de existência da RBSP com a realização de Seminário Comemorativo, no qual é lançado o primeiro número da Revista com o novo padrão adotado.

A partir do volume 28, n. 1, a Revista passa a ser disponibilizada no site da SESAB, através do link www.saude.ba.gov.br/rbsp, permitindo maior veiculação do periódico, bem como o acesso para autores e leitores, que podem adquirir e

usufruir do seu conteúdo, ainda na conclusão da editoração, etapa anterior a impressão gráfica. A tiragem é reduzida para dois mil (2.000) exemplares e essa medida favorece na redução dos custos com a produção e tem como fator determinante o fato da Revista estar disponível *on-line*.

Em 2005, o volume 29, número 1, de janeiro a junho apresenta: a data de recebimento e aprovação do artigo, sendo importante esclarecer que, desde esse volume, a Revista passa a incorporar a informação em todos os volumes e fascículos publicados.

Em 2006 é editado o volume 30, número 1, de janeiro a junho; a tiragem é reduzida para 1.500 exemplares, devido a fatores de reestruturação do orçamento . Outras definições reestruturam a Revista para beneficiá-la e, conseqüentemente, adota-se a revisão ortográfica e linguística e a normalização dos conteúdos bem como a revisão dos *abstracts* dos trabalhos aprovados para publicação, por meio de contrato firmado com especialistas das áreas.

Em 2007, edita-se o volume 31, número 1, de janeiro a junho, e número 2, julho a dezembro e publicam-se dois suplementos: o *suplemento 1 do número 31, fascículo especial*, contendo: Artigos, Comunicações e Relatos Técnicos, referentes à divulgação de estudos e pesquisas dos docentes e técnicos da Escola Estadual de Saúde Pública, em comemoração ao quinto aniversário do órgão; o *suplemento 2 do número 31, de setembro* é produzido para subsidiar a 7ª Conferência Estadual de Saúde, sendo que os temas abordados nos textos são importantes para o processo de reflexão, com vistas à construção de uma agenda estadual de saúde com base na realidade social.

Em 2008, publica-se o volume 32, número 1, de janeiro a abril: a periodicidade passa a ser quadrimestral, o que permite ao periódico pleitear a integração à base SCIELO. Publica-se o *suplemento 1 do volume 32, fascículo especial*, com a finalidade de disseminar os resultados dos trabalhos apresentados, durante a realização do VII Congresso Norte-Nordeste de Terapia Ocupacional, na cidade de Salvador, Bahia. Os estudos trazem uma visão histórica e avaliativa do objeto, dos projetos político-pedagógicos e do atual processo de trabalho de terapia ocupacional, práticas promotoras de saúde como direito de cidadania. A Revista é selecionada para compor o primeiro grupo de publicações que iniciam o Portal de Revistas eletrônicas do Ministério da Saúde/SUS, com apoio da BIREME/OPAS, passando a ter uma versão eletrônica, além da versão impressa.

*Em 2008 é editado o volume 32, número 3, de maio a agosto: publica-se um número especial o *Diagnóstico da Situação de Saúde do Estado da Bahia – 2008*, que apresenta a análise da situação da saúde e o panorama geral da situação sociodemográfica do Estado.*

6.3 ASPECTOS INTRÍNSECOS OU DE CONTEÚDO

Aspectos intrínsecos correspondem aos conteúdos dos artigos publicados na Revista, identificando-se temas ou questões da Saúde Pública pesquisados no País e publicados no periódico. Conforme relato anterior, a RBSP inicia suas atividades no ano de 1974 e apresenta média de 8,7 artigos por fascículo nesse período. É importante ressaltar que, nesse momento, a Revista não estabelece número mínimo ou máximo de páginas por artigo, mas a partir de 1996, as Normas para Publicação, estabelecem limites para cada categoria, de acordo com as especificidades, como, por exemplo, artigo, resenha bibliográfica, investigação epidemiológica ou relatório técnico deve ter 12 páginas; relato de fato histórico e nota prévia, 6 páginas; carta ao Editor e resumo de tese e de dissertação, 3 páginas.

A norma atual, em vigor a partir de 2004, estabelece o número de páginas para cada categoria da seguinte forma: artigos originais, 10 a 15 laudas; ensaio, 5 a 8 laudas; artigo de revisão, 8 a 10 laudas.

Na década de 1970, observa-se notável fluxo de recebimento de manuscritos científicos para publicação, nos dois primeiros anos, o que culmina com maior número de fascículos por volume. Entretanto, os anos de 1976 a 1978 apresentam aparente redução no recebimento de manuscritos para publicação. No ano de 1979, a redução é mais acentuada, com a edição de um único fascículo. Os resultados estão expressos na Tabela 1 e Gráfico 1.

Tabela 1 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 1970

Ano	Volumes	Fascículos	%	Art. Publ.	%
1974	Vol. 1	3	21,4	14	26,9
1975	Vol. 2	4	28,6	11	21,2
1976	Vol. 3	2	14,3	10	19,2
1977	Vol. 4	2	14,3	9	17,3
1978	Vol. 5	2	14,3	4	7,7
1979	Vol. 6	1	7,1	4	7,7
Total		14	100	52	100
Média de Fasc. e Artigos por Ano		2,3		8,7	

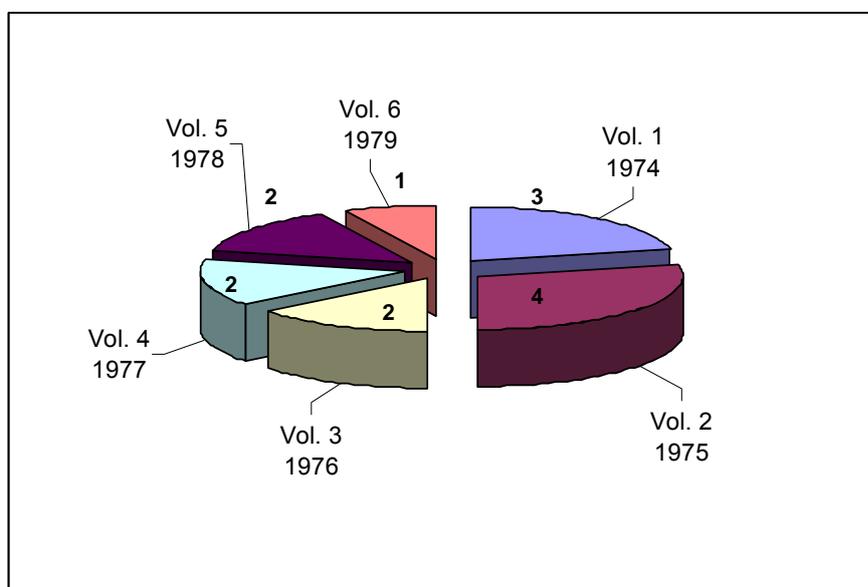


Gráfico 1 – Fascículos publicados na RBSP por ano – década de 1970

As informações da Tabela 1 e Gráfico 1 mostram que no ano inicial e subsequente à criação da Revista ocorre visível implementação e estruturação desse periódico, com a publicação de três fascículos no ano de 1974 e quatro fascículos no ano de 1975, o que demonstra uma aceitação do periódico dentro da instituição SESAB. A credibilidade e o empenho dos coordenadores da RBSP proporcionam o fomento e a consequente motivação dirigida aos pesquisadores da área, estudiosos e alunos, no sentido de elaborarem trabalhos científicos sobre assuntos diversos da área da saúde, com a finalidade de encaminhá-los para publicação.

Observa-se que a estabilidade da Revista decorre do apoio do gestor estadual da SESAB ao projeto de criação do periódico, estendendo-se também às questões administrativas e financeiras. Durante os demais anos permanece em situação estável, com algumas irregularidades na publicação.

O relato de Dr. Gabriel Nery, em entrevista realizada em 30 de março de 2009, corrobora as informações prestadas de que: “Durante certa fase, no começo a Revista, nunca faltou trabalho. Logo percebemos que a Revista foi bem aceita e, mais do que isso, até trabalho de fora publicou-se, de São Paulo e de outras instâncias, inclusive do exterior.”

O Gráfico 2 apresenta dados relativos à publicação de artigos na década de 1970.

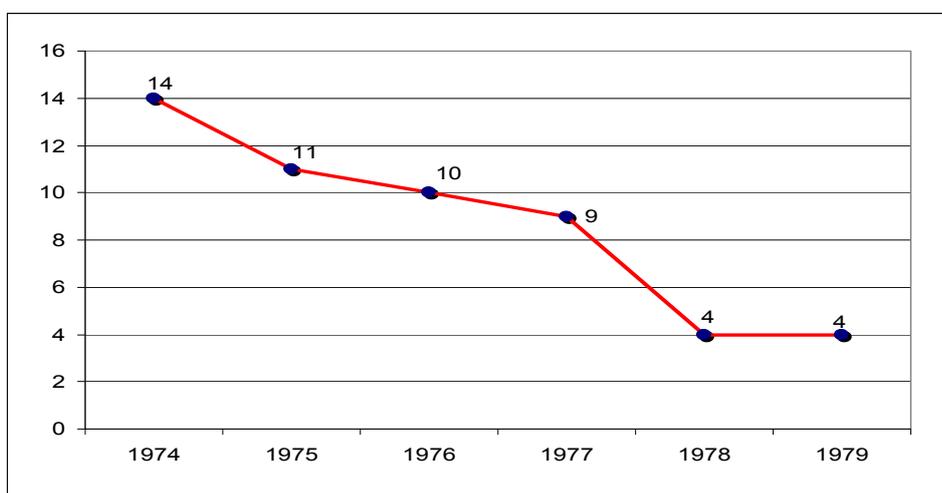


Gráfico 2 – Artigos publicados pela RBSP – década de 1970

Constata-se que os dados relacionados ao número de artigos publicados na década de 1970, no ano inicial de suas atividades, a Revista publica um número maior de artigos (14 artigos) nos 3 fascículos de 1974; a partir de 1975, mesmo editando 4 fascículos e de ter cumprido a periodicidade trimestral, inicia-se um processo de redução do número de trabalhos recebidos para publicação: nesse ano são onze (11) artigos; em 1976, dez (10); em 1977, nove (9); e em 1978 e 1979, quatro (4) artigos.

O Gráfico 2 permite observar que nos anos iniciais grande é o esforço em relação ao incremento a divulgação da Revista em prol da sua legitimação. Observa-se também que o número de trabalhos decresce a cada ano, mais acentuadamente em 1978 e 1979, e isto faz com que a Revista perca a regularidade na edição dos volumes e fascículos.

A década de 1980 inicia-se com o volume 7/8, número 1/4 e 1/2 janeiro de 1980 a junho de 1981. Este volume é composto por quatro (4) artigos originais, um (1) artigo de revisão e (1) nota histórica, sendo a média de artigos por fascículo de 9,8.

No ano de 1980 não ocorre publicação da Revista por motivos orçamentários. No ano de 1981, a regularidade é retomada com a publicação de um (1) volume/fascículo referente ao ano de 1980. Ainda no ano de 1981 são publicados os números correspondentes à periodicidade deste ano.

Nos seguintes anos dessa década permanece a regularidade com a publicação de dois fascículos por ano, com exceção do ano de 1984, no qual são publicados três fascículos. Pode-se observar, entretanto, visível perda da periodicidade a partir do ano de 1986, com a publicação de um fascículo a cada ano Tabela 2 e Gráfico 3.

Tabela 2 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 1980

ANO	VOLUMES	FASCÍCULOS	%	ART. PUBL.	%
1980/1981	Vol. 7/8	1	6,25	4	6,8
1981	Vol. 8	1	6,25	2	3,4
1982	Vol. 9	2	12,5	6	10,2
1983	Vol. 10	2	12,5	7	11,9
1984	Vol. 11	3	18,75	8	13,6
1985	Vol. 12	2	12,5	8	13,6
1986	Vol. 13	1	6,25	5	8,5
1986/1987	Vol.13/ vol.14	1	6,25	5	8,5
1987	Vol. 14	1	6,25	7	11,9
1988	Vol. 15	1	6,25	4	6,8
1989	Vol. 16	1	6,25	3	5,1
Total		16	100	59	100
Média		2,7		9,8	

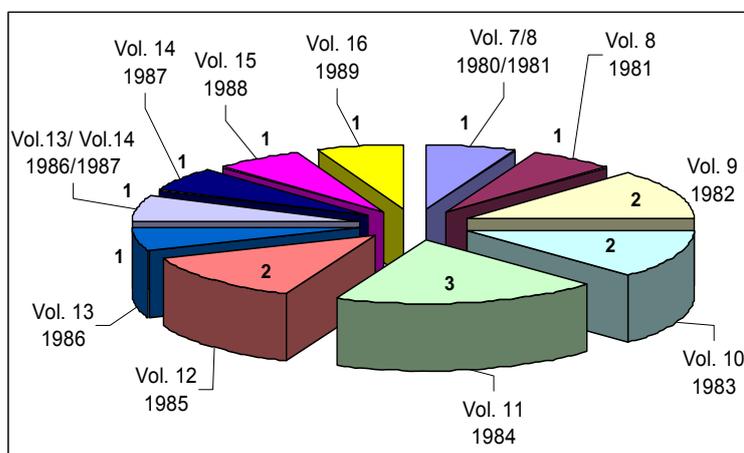


Gráfico 3 – Fascículos publicados na RBSP – década de 1980

Nos dados expostos na Tabela 2 e Gráfico 3 nota-se o incremento da produção da Revista, no ano de 1984, com a publicação de três fascículos, em razão do aumento do volume de trabalhos recebidos para publicação, em decorrência do aumento da visibilidade e publicidade, inclusive a indexação em várias Bases de Dados, internacionais e nacionais.

A importância da indexação dos periódicos nas mais importantes bases de dados estimula a produção científica, constituindo-se em processo básico na recuperação da informação. Por meio da indexação determina-se o assunto do documento e o conseqüente aumento de produtividade, o que leva ao aceite da publicação por parte da comunidade acadêmica. No contexto geral, a indexação dos periódicos brasileiros nas bases LILACS, SCIELO, MEDILINE são importantes para a visibilidade das publicações.

Com relação à quantidade de artigos publicados por fascículo, nota-se, no Gráfico 4, que a década de 1980 apresenta oscilação, com decréscimo nos dois primeiros anos (1980 e 1981) e maior número de artigos a partir de 1982, permanecendo até o ano de 1985. Apresenta redução no ano de 1986 e no primeiro fascículo de 1987, porém, no segundo fascículo de 1987, ocorre elevação no número de artigos publicados. Nos dois últimos anos — 1988 e 1989 — é visível a redução no número de artigos publicados nos fascículos.

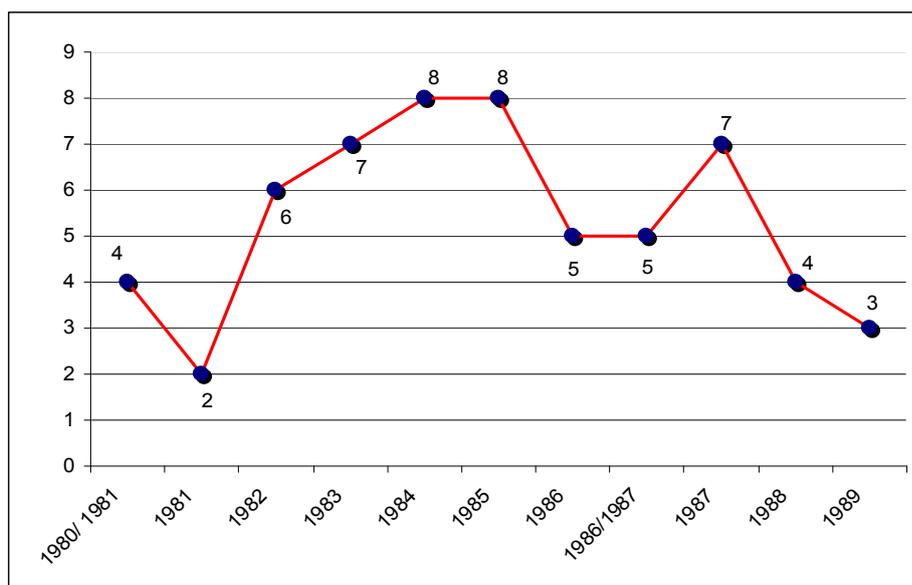


Gráfico 4 – Artigos publicados pela RBSP – década de 1980

Observa-se que esse fator é determinado pelas circunstâncias políticas e estruturais da SESAB. Com a reorganização da estrutura, a Revista vincula-se à Coordenação de Documentação e Informação (CODIN), que dinamiza e amplia as funções da Biblioteca da SESAB, bem como busca ampliar a produção e disseminação da informação técnico-científica, por meio dos seus trabalhos e projetos.

Não obstante todo o trabalho desenvolvido pela CODIN, no final da década de 1980, especificamente em 1987, a SESAB vivencia novo processo de reestruturação administrativo-organizacional e, conseqüentemente, a Revista sofre modificações, o que acarreta em redução com relação ao recebimento de trabalhos para publicação.

Na década de 1990, a Revista continua a apresentar redução no recebimento de trabalhos para publicação, sendo a média de artigos publicados de 1,8. Nesta década é publicado 1 (um) fascículo a cada ano, o que compromete severamente a publicação, que deixa de fazer parte de várias bases de dados, além de perder a visibilidade, a qualidade e a credibilidade,

Os resultados da pesquisa, em relação aos volumes, fascículos e artigos na década de 1990, estão apresentados na Tabela 3 e Gráfico 5.

Tabela 3 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 1990

Ano	Volumes	Fascículos	%	Art. Publ./ supl.	%
1990	Vol. 17	1	12,5	4	16,7
1991	Vol. 18	1	12,5	5	20,8
1992	Vol. 19	1	12,5	4	16,7
1993	Vol. 20	1	12,5	4	16,7
1993	Vol. 20 - Suplemento 1	1	12,5	1	4,2
1994/1995	Vol. 21	1	12,5	4	10,3
1996/ 1997	Vol. 22	1	12,5	1	4,2
1998/1999	Vol. 23	1	12,5	1	4,2
Total		8	100	24	100
Média		1,8		5,3	

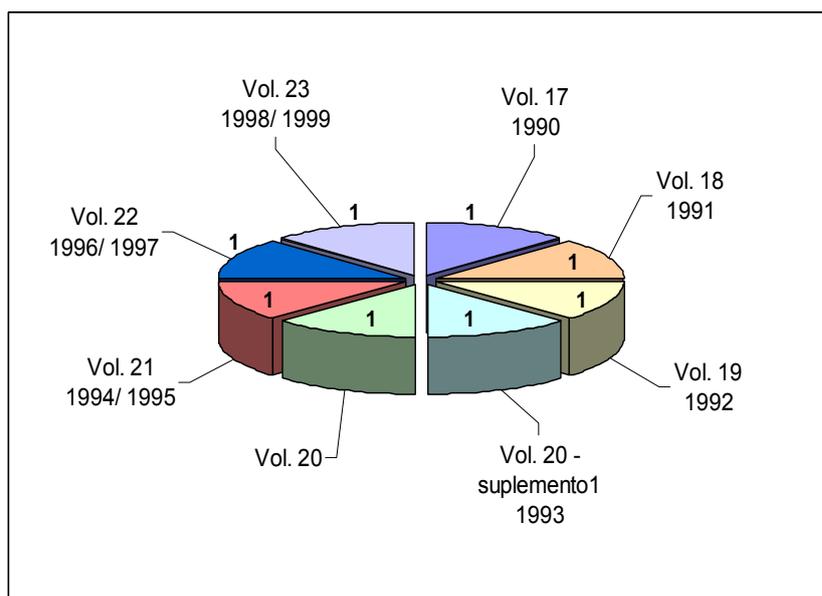


Gráfico 5 – Fascículos publicados na RBSP – década de 1990

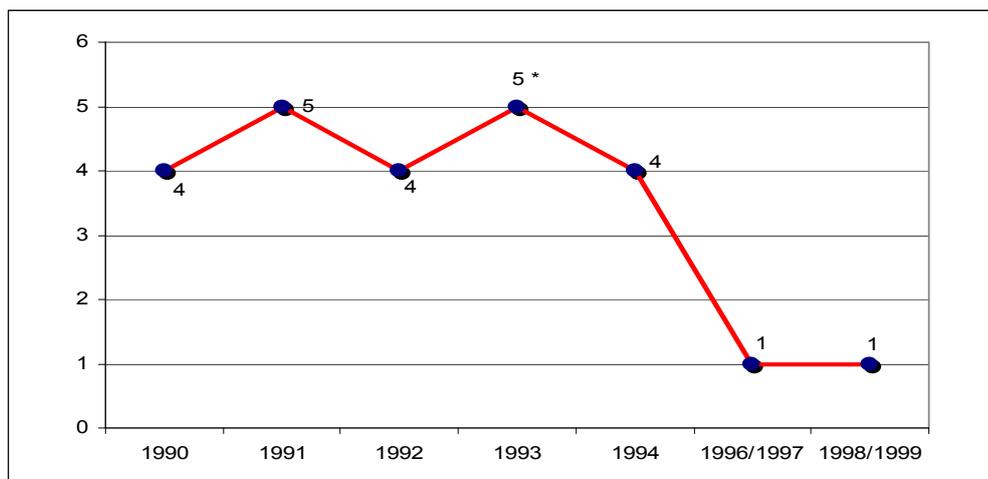
Constata-se a redução de fascículos publicados, editando-se apenas um (1) fascículo por volume e ano. Como mostra a representação gráfica, em cada um dos anos de 1994 e 1995, 1996 e 1997, 1998 e 1999 é editado um só volume e fascículo, como forma de atualização e permanência de circulação do periódico. Apesar de ter publicado um suplemento no ano de 1993, a Revista continua com problemas de atualização das suas edições, devido ao estreitamento da área de Documentação e Informação e consequente restrição da área de publicação científica. Como decorrência, identifica-se que nesta década a instituição SESAB passa por processo de mudança política e organizacional, com aprovação de novo regimento institucional. Outro fator decorre do entendimento dos que geriam a Revista naquele período. Conforme relato do Professor Dr. José Tavares Neto, em entrevista:

“Quando eu assumi, em 93, a Coordenação da Revista Baiana de Saúde Pública havia uns 20 trabalhos submetidos e não publicados, praticamente a metade, um pouco mais da metade, era de baixíssima qualidade; eu devolvia aos autores, assinalando quais eram os pontos fracos, dizendo das normas de publicação, que não havia essa sistemática, e passamos a adotar uma sistemática de análise dos artigos encaminhados a *referees*.

O Comitê, basicamente de burocratas da Secretaria, que não tinha nenhuma formação científica, nem nível editorial, então foi uma queda de braço muito frequentemente, que tive que enfrentar até colocar a Revista em dia. Felizmente, quando eu saí e a Profa. Lorene assumiu, ela encontrou já atualizada, aí pôde fazer as reformulações necessárias, o que foi muito bom.”

A partir de 1993 o professor Dr. José Tavares-Neto integra á Comissão editorial da Revista. Entretanto, sua designação como editor- chefe ocorre em 1996, conforme ata e publicação do Vol. 22, n. 1 / 4, 1996/1997, o qual consta a identificação do cargo.

O Gráfico 6 apresenta a quantidade de artigos publicados por ano na década de 1990.



* O ano de 1993 a quantidade de artigos publicados refere-se ao número regular (4) mais 1 suplemento contendo 1 artigo.

Gráfico 6 – Artigos publicados pela RBSP – década de 1990

Observa-se, através da representação gráfica, que ocorre redução na contribuição de artigos para publicação ano após ano. No ano de 1990 são publicados quatro (4) artigos no único volume e fascículo produzido; o ano de 1991 apresenta pequeno acréscimo, com a publicação de cinco (5) artigos; nos anos de 1992 a 1994, quatro (4) são os artigos publicados. O Suplemento 1, publicado no ano de 1993, representa revitalização para área que apresenta sérios problemas de permanência e estruturação. Nos anos finais da década, entre 1996 a 1999, é publicado um (1) artigo por volume e fascículo, o que demonstra a estagnação da publicação periódica.

É importante destacar o empenho dos integrantes da Revista, desde o final da década de noventa, na tentativa de reestruturar e restabelecer a credibilidade da Revista, em razão do empenho por parte da Comissão Editorial para atualizá-la e torná-la visível perante a comunidade científica e a sociedade.

A década de 2000 é marcada por mudanças que beneficiam o periódico no sentido de proporcionar melhor padrão e qualidade para os leitores, como também a permanência da sua circulação dentro do País e na América Latina. Os dados expostos na Tabela 4 e Gráfico 7 permitem observar-se as mudanças ocorridas. A média de artigos por fascículo é de 13,4.

Tabela 4 – Volumes, fascículos e artigos publicados – década de 2000

Ano	Volume	Fascículo	%	ART. PUBL./SUPL	%
2000	Vol. 24	1	5,0	4	2,7
2001	Vol. 25	1	5,3	0	0,0
2002	Vol. 26	1	5,0	6	4,1
2003	Vol. 27	2	10,0	15	10,2
2004	Vol. 28	2	10,0	12	8,2
2005	Vol. 29	2	10,0	24	16,3
2005	Vol. 29 - Suplemento 1	1	5,0	9	6,1
2006	Vol. 30	2	10,0	19	12,9
2007	Vol. 31	2	10,0	23	15,6
2007	Vol. 31 - Suplemento 1	1	5,0	2	1,4
2007	Vol. 31 - Suplemento 2	1	5,0	0	0,0
2008	Vol. 32	3	15,0	22	15,0
Total		20	100,0	147	100,0
Média		2,9		21,0	

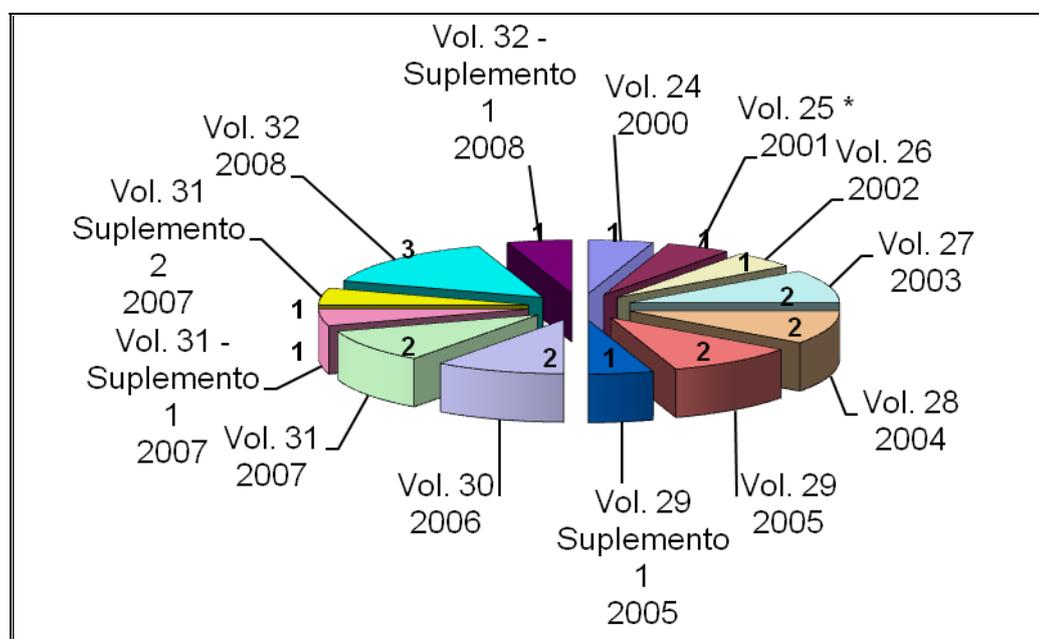


Gráfico 7 – Fascículos publicados na RBSP – década de 2000

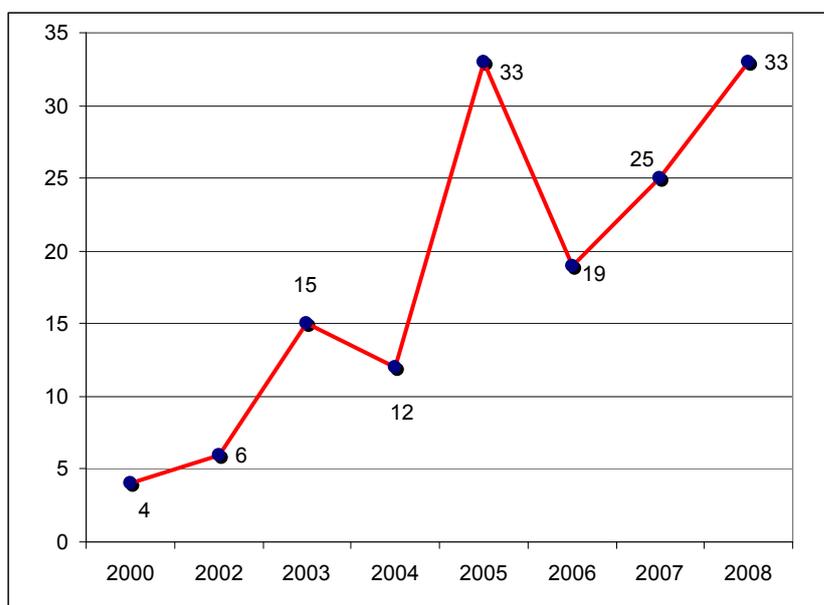
*O ano de 2001 refere-se ao número especial

Constata-se que o período descrito na Tabela 4 e no Gráfico 7 apresenta a Revista mais definida, iniciando o processo de regularização e atualização de sua periodicidade, seguindo normas de publicação e passando a editar semestralmente, cumprindo a meta de publicar dois números/fascículo por ano.

Observa-se que os dois primeiros anos da década de 2000 ainda apresentam sinais de falha na regularidade da edição dos volumes e fascículos com a publicação de (1) volume/fascículo nos anos de 2000 e 2002. *Esclarece-se que o ano de 2001*, por se tratar de um volume especial, devido a essa especificidade não foi incorporado à análise. Após o volume 27, número 1/2, de 2003, a Revista estabelece a publicação regular dos volumes e fascículos, além de serem publicados suplementos, nos anos de 2005, 2007 e 2008.

Verifica-se que os suplementos são números especiais e estão também relacionados às comemorações ou eventos da história em relação à Saúde Coletiva, à sua política, programas e projetos e ao ano comemorativo do quinto aniversário da Escola Estadual de Saúde Pública, órgão da SESAB.

Os dados expostos no Gráfico 8 permitem a visualização das mudanças ocorridas relativamente ao número de artigos publicados pela RBSP, na década de 2000.



* O ano de 2005 refere-se ao número regular (24) mais 1 suplemento contendo 9 artigos. Em 2006 refere-se ao número regular (23) mais 1 suplemento contendo 2 artigos. Em 2008 refere-se ao número regular (22) mais 2 suplementos contendo 11 artigos.

Gráfico 8 – Artigos publicados pela RBSP – década de 2000

Nota-se que no ano de 2000 são publicados dois (2) artigos. O ano de 2001 não aparece no Gráfico, por se tratar de um número especial resultante dos resumos das dissertações de mestrado e das teses de doutorado da Faculdade de Medicina da UFBA.

A partir do ano de 2002, a Revista passa a ter mais reconhecimento e visibilidade, evidentes no número de artigos que veicula: neste ano, são publicados seis (6) artigos; no ano de 2003, são quinze (15) os artigos publicados nos dois (2) fascículos semestrais; no ano de 2004, doze (12) artigos; e no ano de 2005, há elevação do número de artigos com a publicação de vinte e quatro (24) artigos nos 2 fascículos. Neste ano é publicado um (1) suplemento com nove (9) artigos.

No ano de 2006, são publicados dezenove (19) artigos nos dois (2) fascículos/ano; no ano de 2007, são vinte e três (23) artigos nos números regulares e publicação de dois suplementos: o suplemento 1, contém dois (2) artigos e os demais documentos publicados referem-se a categorias não estudadas na pesquisa: artigo de revisão, relato de experiência, ensaio, comunicação, relato técnico; e o suplemento 2 não publica artigos, por tratar-se de um número especial para a VII Conferência Estadual de Saúde e os documentos publicados referem-se a textos para reflexão e discussão que ajudam na formulação de políticas públicas, com vista a atender aos anseios da população. No ano de 2008 totalizam vinte e dois (22) os artigos publicados nos fascículos regulares e onze (11) no suplemento.

Percebe-se que a Revista retoma a regularidade das publicações, bem como o reconhecimento por parte daqueles que colaboram com o desenvolvimento da ciência em prol da sociedade. A valorização da RBSP reflete o investimento daqueles que conduziram e conduzem esse periódico, almejando sua manutenção dentro do cenário nacional. Isto pode ser percebido através do aumento de recebimento de contribuições para publicação.

Na geração de conhecimentos na área da saúde, a temática dos artigos do periódico estudado reflete as pesquisas, estágio e evolução desta área, com

indicadores de suas tendências e novos meios de prevenção e controle de doenças, as políticas públicas de saúde, a gestão e atenção à saúde.

- Áreas temáticas

Na década de 1970, a saúde pública encontra-se subordinada a um sistema constituído de serviços de saúde ineficientes, desordenados. O setor saúde vivencia uma crise bastante acentuada, em que são empreendidas políticas racionalizadoras na tentativa de responder à crise. Os assuntos relacionados com as políticas de saúde, planejamento, atenção a saúde, programas de saúde dentre outros relacionados com a saúde e a sociedade são estudados e discutidos no cenário político brasileiro. Nesse período, o País busca alternativas para a reestruturação do sistema de saúde e das políticas que envolvem esse sistema.

A Tabela 5 mostra os temas dos artigos publicados pela RBSP nessa década.

Tabela 5 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 1970

Temáticas	Art. Pub.	%
Políticas, planejamento e adm. em saúde	13	25,0
Atenção à saúde	12	23,1
Saúde sociedade	6	11,5
Epidemiologia	5	9,6
Políticas de saúde	3	5,8
Ciência e tecnologia em saúde	2	3,8
Vigilância sanitária	2	3,8
Comunicação e divulgação em saúde	1	1,9
Direito à saúde	1	1,9
Saúde bucal	1	1,9
Saúde mental	1	1,9
Planejamento	1	1,9
Programa de saúde	1	1,9
Saúde do trabalhador	1	1,9
Planejamento em saúde	1	1,9
Ambiente e saúde	1	1,9
Total	52	100

A temática de maior predominância envolve *Políticas, Planejamento e Administração em Saúde*, com treze (13) artigos publicados nos quatorze (14) fascículos veiculados na década. O tema *Atenção a saúde* é abordado em doze (12) artigos; *Saúde e Sociedade* aparece em seis (6) publicações; *Epidemiologia* é o foco em cinco (5) artigos publicados; *Políticas de Saúde* são tratadas em três (3) artigos; as temáticas *Ciência e Tecnologia, Planejamento em Saúde* e *Vigilância Sanitária* são temas de dois (2) artigos; e cada um dos temas *Direito a Saúde, Saúde Bucal, Saúde Mental, Programa de Saúde, Saúde do Trabalhador, Planejamento em Saúde e Ambiente e Saúde* é abordado em um (1) artigo.

Destaca-se, na *década de 1970*, os inúmeros estudos que apontam para a crise do setor saúde, quando a atenção a saúde encontra-se subordinada a um sistema de serviço de saúde que se caracteriza pela insuficiência, descoordenação, má distribuição, ineficiência e ineficácia. Inúmeras políticas racionalizadoras são empreendidas no período, na tentativa de responder à crise do setor saúde, a exemplo de implantação de programas de extensão de coberturas de serviços de saúde, organização do sistema de vigilância sanitária e epidemiológica, plano de reorientação da assistência a saúde e estratégias de ações integradas de saúde (AIS).

O País assiste a um vigoroso movimento de setores da sociedade civil para a democratização da saúde, entendida como direito universal garantido pelo Estado e sob controle público. *Nas décadas de 1960 e 1970*, consolida-se no País a privatização da assistência médica promovida pelo Estado, através do sistema de proteção social.

Na década de 1980, apresentam maior número de publicações as áreas temáticas: *Epidemiologia*, com vinte e três (23) artigos distribuídos em seus dezesseis (16) fascículos; *Atenção à Saúde*, com publicação de sete (7) artigos; *Políticas, Planejamento e Administração em Saúde, Vigilância Sanitária e Ambiente em Saúde*, com publicação de três (3) artigos, cada temática; *Comunicação em Saúde, Administração em Saúde, Psiquiatria, História e Mortalidade Infantil*, com publicação de dois (2) artigos cada temática; *Políticas de Saúde, Direito à Saúde, Saúde Mental, Planejamento em Saúde, Morbidade, Recursos Humanos em Saúde, Doenças de Chagas, Estado Nutricional, Saúde Materno-Infantil, Economia da Saúde, Medicina Tradicional e Mortalidade*, com publicação de um (1) artigo cada, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 1980

Temáticas	Art. Pub.	%
Epidemiologia	23	39,0
Atenção à saúde	7	11,9
Políticas, planejamento e adm. em saúde	3	5,1
Vigilância sanitária	3	5,1
Ambiente e saúde	3	5,1
Comunicação e divulgação em saúde	2	3,4
Administração em saúde	2	3,4
Psiquiatria-História	2	3,4
Mortalidade infantil	2	3,4
Políticas de saúde	1	1,7
Direito à saúde	1	1,7
Saúde mental	1	1,7
Planejamento em saúde	1	1,7
Morbidade	1	1,7
Recursos humanos em saúde	1	1,7
Doença de Chagas	1	1,7
Estado nutricional	1	1,7
Saúde materno-infantil	1	1,7
Economia da saúde	1	1,7
Medicina tradicional	1	1,7
Mortalidade	1	1,7

Observa-se que as temáticas mais publicadas na Revista refletem o momento político, econômico e social do País, principalmente em relação à reformulação de proposições políticas para a saúde.

Cabe destacar que a *década de 1980* é marcada pela difusão do ideário da reforma sanitária, iniciada *na década de 1970*, que consiste na proposta de um Sistema de Saúde Único, fundamentalmente estatal. O que está em questão é a universalidade da atenção à saúde, superando-se a dicotomia entre assistência médica individual e ações coletivas de saúde. A descentralização do sistema de saúde é eleita como estratégia para se conquistar a saúde como um direito.

No setor saúde, na Bahia, realizam-se esforços visando a descentralização da gestão do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS-BA), que seguem três vias: a distritalização, a municipalização e a implantação de unidades gestoras. A primeira via é concebida como tática privilegiada para fazer

chegar até a ponta do sistema o projeto de Reforma Sanitária, especialmente no que se refere à assistência integral à saúde e à preocupação com o impacto epidemiológico.

Devido ao processo da Reforma Sanitária e a todos os fatores desencadeados na área da saúde com vistas às mudanças necessárias dos serviços de saúde, as temáticas mais discutidas estão relacionadas às questões da *Vigilância Epidemiológica, Atenção a Saúde, Políticas, Planejamento e Administração em Saúde, bem como Saúde Mental e Mortalidade Infantil, esses diretamente vinculados com o tema de Atenção Integral a Saúde.*

A década de 1990 é marcada pela reforma do sistema e dos serviços de saúde no Brasil, cujos princípios e diretrizes se inspiram na integralidade, equidade, descentralização e participação. O Estado desenvolve ações de promoção e proteção a saúde, e busca a ampliação do acesso e a qualidade das ações e serviços.

A Tabela 7 exibe os dados relativos às áreas temáticas dos artigos publicados na RBSP na década de 1990.

Tabela 7 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 1990

Temáticas	Art. Pub.	%
Atenção à saúde	6	25,0
Epidemiologia	3	12,5
Saúde sociedade	2	8,3
Vigilância sanitária	2	8,3
Nutrição e alimentação em saúde pública	2	8,3
Sistemas locais de saúde	2	8,3
Políticas, planejamento e adm. em saúde	1	4,2
Comunicação e divulgação em saúde	1	4,2
Direito à saúde	1	4,2
Hemoglobina	1	4,2
Poluição ambiental	1	4,2
Saúde do idoso	1	4,2
Vigilância epidemiológica	1	4,2

A área temática em maior evidência, *Atenção a Saúde* tem seis (6) artigos, *Epidemiologia* tem três (3) contribuições e as demais temáticas publicadas na Revista nesta década com dois (2) artigos. Observa-se que os assuntos relacionados à *Saúde e Sociedade*, *Vigilância Sanitária*, *Nutrição e Alimentação em Saúde Pública* e *Sistemas Locais de Saúde*, são temas menos explorados pelos pesquisadores e estudiosos nesse período, bem como os temas *Políticas*, *Planejamento e Administração*, *Comunicação e Divulgação em Saúde*, *Direito a Saúde*, *Hemoglobina*, *Poluição Ambiental*, *Saúde do Idoso* e *Vigilância Epidemiológica*, que têm um (1) artigo publicado na Revista nos 6 fascículos editados nessa década. Constata-se ainda maior dispersão de assuntos do que em outras décadas, nas frequências 2 e 1.

Não se pode afirmar, entretanto, que os assuntos com menor índice de trabalhos publicados tenham menor relevância e, por esse motivo, tenham sido menos explorados, pois não se pesquisou em outras fontes a evidência dos temas nacionalmente. Outra questão diz respeito às dificuldades da Revista em manter a periodicidade, aliada à falta de credibilidade que enfrenta no período.

Atenção a Saúde e *Epidemiologia* são temas em evidência nessa década, por serem de interesse para a implantação de Políticas Públicas de organização dos serviços de saúde para a população.

É relevante esclarecer que nos anos de 1990 a política de saúde é baseada nas determinações do Banco Mundial, que recomenda para os países em desenvolvimento a adoção de um sistema de saúde em que compete ao Estado a responsabilidade pela universalização da assistência básica à saúde, produzindo serviços ou em parceria com Organizações Não-Governamentais (ONGs).

As temáticas publicadas na Revista *no período de 2000 a 2008* envolvem as questões *epidemiológicas*, *da vigilância sanitária*, *de saneamento básico*, *de atenção a saúde*, *o sistema único de saúde*, dentre outros. Esses estudos sinalizam para redefinições na política de saúde para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade da atenção a saúde, bem como a redefinição do modelo de atenção e a busca de acesso universal e integral aos serviços de saúde.

A Tabela 8 exhibe os dados relativos às áreas temáticas dos artigos publicados na RBSP na década de 2000.

Tabela 8 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 2000

continua

Temáticas	Art. Pub.	%
Epidemiologia	19	12,8
Vigilância sanitária	10	6,8
Saúde do trabalhador	8	5,4
Saúde materno-infantil	8	5,4
Saúde mental	7	4,7
Saúde do idoso	6	4,1
Atenção à saúde	5	3,4
Saúde bucal	5	3,4
Saúde e Sociedade	5	3,4
Sistema Único de Saúde (SUS)	5	3,4
Saúde pública	4	2,7
Políticas, planejamento e adm. em saúde	3	2,0
Ambiente e saúde	3	2,0
Programa de saúde da família	3	2,0
Saúde ambiental	3	2,0
Saúde ocupacional	3	2,0
Serviço de saúde	3	2,0
Acidentes de trabalho	2	1,4
Cuidados em enfermagem	2	1,4
Promoção à saúde	2	1,4
Psiquiatria/História	2	1,4
Saneamento básico	2	1,4
Saúde da mulher	2	1,4
Terapia ocupacional	2	1,4
Recursos humanos em saúde	1	0,7
Nutrição e alimentação em saúde pública	1	0,7
Vigilância epidemiológica	1	0,7
Acidentes de trânsito	1	0,7
Ambiente e saúde	1	0,7
Diabetes Melitus Tipo 1	1	0,7
Diabetes Melitus	1	0,7
Diabetes Melitus Tipo 2	1	0,7
Doenças cardiovasculares	1	0,7
Doenças infecto-contagiosas	1	0,7
Dor facial	1	0,7
Dor	1	0,7
Dor-Etiologia	1	0,7
Drogas de abuso	1	0,7
Educação em saúde	1	0,7
Estudo epidemiológico	1	0,7
Financiamento de saúde	1	0,7

Tabela 8 – Áreas temáticas dos artigos publicados – década de 2000

Temáticas	Art. Pub.	conclusão
		%
Hepatite B	1	0,7
Hepatite tóxica	1	0,7
Hipertensão/Prevenção & Controle	1	0,7
Medicina social	1	0,7
Nutrição da criança	1	0,7
Osteoporose	1	0,7
Planos de pré-pagamento em saúde	1	0,7
Portadores de deficiência visual	1	0,7
Pressão arterial	1	0,7
Prostituição	1	0,7
Saúde da criança	1	0,7
Saúde da família	1	0,7
Vacinas	1	0,7
Violência e Saúde	1	0,7
Violência Urbana	1	0,7
Violência	1	0,7
Total	148	100

Epidemiologia é tema que aparece em dezenove (19) artigos publicados, distribuídos nos 18 fascículos; *Vigilância Sanitária* é tema de dez (10) artigos publicados; e *Saúde do Trabalhador* e *Saúde Materno-Infantil*, tem oito (8) artigos; *Saúde Mental*, sete (7) artigos; *Saúde do Idoso*, seis (6) artigos; *Atenção à Saúde*, *Saúde Bucal*, *Saúde e Sociedade* e *Sistema Único de Saúde* com publicação de cinco (5) artigos cada tema; *Saúde Pública*, quatro (4) artigos; *Políticas*, *Planejamento e Administração em Saúde*, *Ambiente em Saúde*, *Programa Saúde da Família*, *Saúde Ambiental*, *Saúde Ocupacional* e *Serviços de Saúde*, três (3) artigos publicados em cada tema; constata-se ainda dispersão maior de assuntos do que em outras décadas, reunidos nas frequências 2 e 1, que são: *Acidentes de Trabalho*, *Cuidados em Enfermagem*, *Promoção à Saúde*, *Psiquiatria e História*, *Saneamento Básico*, *Saúde da Mulher* e *Terapia Ocupacional*, com dois (2) artigos publicados. Outras contribuições referentes a temáticas diversas apresentam menor número, mas todas relacionadas com a questão da saúde em vários níveis, como se pode observar na Tabela 8.

O tema *Epidemiologia* reflete as condições de vida e da assistência à saúde, dentre outros fatores que determinam o processo saúde-doença, além de

estudos voltados para o acometimento de múltiplos agravos, com intensidades variadas. Essas pesquisas são capazes de evidenciar a tendência no tempo e no espaço, bem como identificar grupos populacionais mais expostos ao risco de adoecer por agravos diferenciados e, desta forma, subsidiar o planejamento e a programação das ações de saúde, proporcionando a adoção das medidas de prevenção, controle e reabilitação destes agravos (RBSP, 2008b).

Os assuntos relacionados com a *Vigilância Sanitária* são de grande relevância para a saúde pública, porque submetidos ao controle e à fiscalização sanitária compreendem questões ambientais, agrotóxicos, alimentos, cosméticos, derivados do tabaco, produtos para a saúde (sangue e hemoderivados, saneantes), medicamentos essenciais, consumo, uso, qualidade, custos e controle de medicamentos, vacinas, serviços de saúde. As pesquisas em torno dessas questões subsidiam a adoção de medidas preventivas e controles de doenças para a população (RBSP, 2008b).

A *Saúde do Trabalhador* (ST) é outro tema em evidência, em razão da humanização nos serviços, e o quadro na Bahia é preocupante. Os elevados índices de ocorrência de acidentes de trabalho, em sua maioria preveníveis, a insuficiência das informações, principalmente sobre as doenças e acidentes de trabalho no setor informal e setor público e no setor privado compõem um perfil para os impactos nas condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores e nas condições de sociabilidade expressas pela escalada da violência nas cidades e no campo (RBSP, 2008b).

Os assuntos relacionados com a *Saúde Mental* e com a *Saúde do Idoso* são igualmente importantes na década, pelo fato dos direitos garantidos à atenção integral e às classes específicas.

O destaque da recorrência das temáticas, nas quatro décadas, tem a finalidade de permitir visualizar a incidência de alguns assuntos publicados na RBSP. No tocante às questões da área de saúde, de modo geral, as pesquisas desenvolvidas no Brasil estão direcionadas aos mesmos temas estudados na Bahia, aparecendo diferença de ênfase por circunstâncias históricas, sociais e científicas.

O Quadro 8 apresenta a recorrência de temas na RBSP no período de 1974-2008, por ordem de importância.

Temas	1974-79	1980-89	1990-99	2000-08
Atenção à Saúde	x	x	x	x
Epidemiologia	x	x	x	x
Políticas, Planejamento e Administração em Saúde	x	x	x	x
Vigilância Sanitária	x	x	x	x
Saúde Mental	x	x	—	x
Saúde e Sociedade	x	—	x	x
Saúde Materno-Infantil	—	x	—	x
Saúde do Idoso	—	—	x	x
Saúde do Trabalhador	—	—	x	x
Sistemas Locais de Saúde (SILOS)	—	—	x	—
Sistema Único de Saúde (SUS)	—	—	—	x
Saúde Ambiental	—	—	—	x
Serviço de Saúde	—	—	—	x

Quadro 8 – Recorrência de temas na RBSP no período de 1974-2008, por ordem de importância

No Quadro 8 as informações encontram-se por ordem decrescente de importância do assunto nos períodos. Observa-se que a temática *Atenção a Saúde* é bastante explorada nas quatro décadas, pois se refere à atenção nos três níveis: baixa, média e alta complexidade, à saúde de grupos específicos, agrupados por eixo temático, além da prestação de assistência à saúde e prevenção em saúde.

Epidemiologia, assunto que envolve as questões de saúde pública e de condições de vida da população, compreende ainda estudos epidemiológicos descritivos, analíticos, soropidemiológicos e moleculares, aplicações da epidemiologia nos serviços de saúde, no diagnóstico da situação em saúde, vigilância epidemiológica, estatísticas de saúde, suas características biológicas e socioeconômicas da população, dinâmica demográfica e políticas e programas demográficos com enfoque em saúde.

Políticas, Planejamento e Administração em Saúde é outro tema de grande impacto porque, com base em estudos dessa natureza, formulam-se estratégias para implementação de políticas de saúde, prioridades, necessidades e demandas em saúde, cobertura dos serviços de saúde, programas e projetos de saúde, além de avaliação de programas, de serviços e de cuidados em saúde, recursos humanos em saúde, suas políticas e gestão, formação e capacitação, organização profissional e mercado de trabalho, dentre outros aspectos.

Vigilância Sanitária é temática que tem como foco desenvolver ações educativas e fiscalizadoras na atenção às necessidades de saúde da população, bem como a aplicação de normas com a finalidade de regular comportamentos.

Saúde Mental, tema que aparece em menor índice, é explorado na Revista nas décadas de 1970, 1980 e 2000. O assunto envolve as condições de saúde desse grupo específico, bem como medidas de prevenção e promoção da saúde.

Saúde e Sociedade é o tema que estuda as condições de saúde de modo geral e abrange questões sociopolíticas, econômicas e de exercício da cidadania. É explorado nas décadas de 1970, 1990 e 2000.

Saúde Materno-Infantil é assunto relacionado com as condições de vida da mãe e da criança, a melhoria do acesso aos serviços de saúde, necessidade de melhoria na qualidade da assistência ao pré-natal e parto, além de investimentos na expansão do acesso às tecnologias de suporte à vida. Esse tema aparece nas décadas de 1980 e 2000.

Saúde do Idoso e *Saúde do Trabalhador* são temáticas publicadas na Revista nas últimas duas décadas, motivadas pelo investimento da saúde em relação aos grupos específicos, no final do século XX e início do século XXI. Na Bahia, as estratégias com vistas à melhoria das condições de vida e atenção ao idoso, através de programas específicos implantados nos serviços de saúde, visam ajudar na prevenção e controle de doenças. Com relação à saúde do trabalhador, os elevados índices de ocorrência de acidentes de trabalho, detectados em estudos realizados neste estado, demonstram a necessidade de investimentos que garantam a saúde do trabalhador nos diversos níveis (RBSP, 2008b).

Sistemas Locais de Saúde é o assunto que aparece na década de 1990, como reflexo das ações e estudos realizados, voltados ao implemento e implantação de garantia de serviços de saúde e sua ampliação, com relação ao SUS, aos Serviços de Saúde e Saúde Ambiental. Esses assuntos são publicados na Revista na década de 2000, em estudos voltados para a reestruturação dos sistemas e serviços de saúde para a melhoria da assistência, como redefinição de modelos de atenção das ações programáticas da vigilância à saúde, contemplando determinantes estruturais socioambientais.

A predominância dessas temáticas pode ser explicada por envolver a Saúde Pública e contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas de saúde, organização de modelos de atenção à saúde e desenho de sistemas de serviço de saúde que contemplem a integralidade, a descentralização, a regionalização e a participação da sociedade. Os estudos podem facilitar a

construção de uma agenda da saúde, em que gestores, pesquisadores e cidadãos criem condições para que, de forma permanente, o sistema de saúde se aproxime mais dos indivíduos, torne-se mais humano, solidário e resolutivo (PAIM, 2006).

- Procedência Institucional de Artigos Recebidos

Com relação às instituições produtoras de conhecimento científico, na década de 1970, a UFBA contribui com o maior número de artigos para publicação na Revista, seguida da SESAB, INPE e, com o mesmo número, a FUSEB, SESAB/FUSEB e a ASPO conforme Gráfico 9.

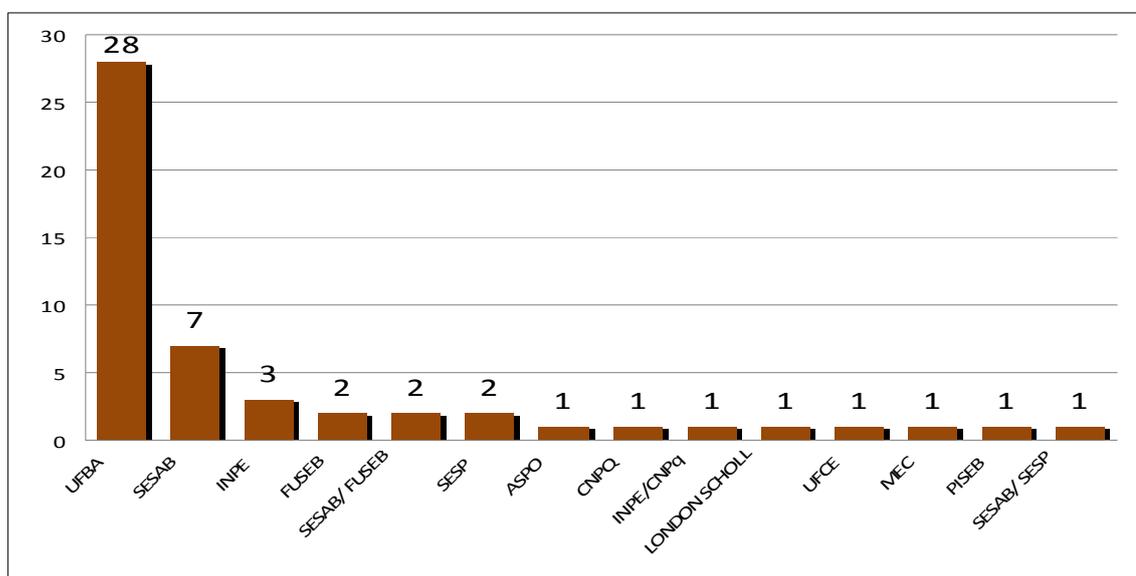


Gráfico 9 - Artigos publicados na RBSP por procedência institucional – década de 1970

Percebe-se a expressividade da produção de artigos pela instituição UFBA, com vinte e oito (28) publicações, nessa década uma das únicas instituições de ensino e pesquisa produtoras do conhecimento científico e a mais antiga do Estado. Acredita-se que este grande número de artigos decorre do fato de muitos integrantes possuírem vínculo com a Universidade e a instituição SESAB.

Na sequência, tem-se a SESAB, com seis (7) contribuições; o Instituto Nacional de Pesquisa (INPE), com três (3); e FUSEB, SESAB/FUSEB, SESP com duas (2) publicações e as demais instituições: ASPO, CNPQ, INPE/CNPQ, *London Schol*, UFCE, MEC, PISEB, SESAB/1ª DIRES e SESAB/SESP com um (1) artigo cada, publicado na Revista.

Nestes resultados devem ser considerados o tempo de existência do órgão, assim como a visibilidade da Revista no cenário nacional e a questão da localização geográfica. Verifica-se que a maioria das contribuições vêm do município de Salvador, oriundas da Universidade Federal da Bahia. Outras contribuições originárias de instituições implantadas aqui na Bahia, a exemplo da Fundação SESP, INPE, INPE/CNPq oriundos da região sudeste; MEC; e London Scholl, oriunda do exterior (Londres, Inglaterra).

Na década de 1980, a expressividade das contribuições de órgãos e instituições com publicações na RBSP pode ser observada no Gráfico 10.

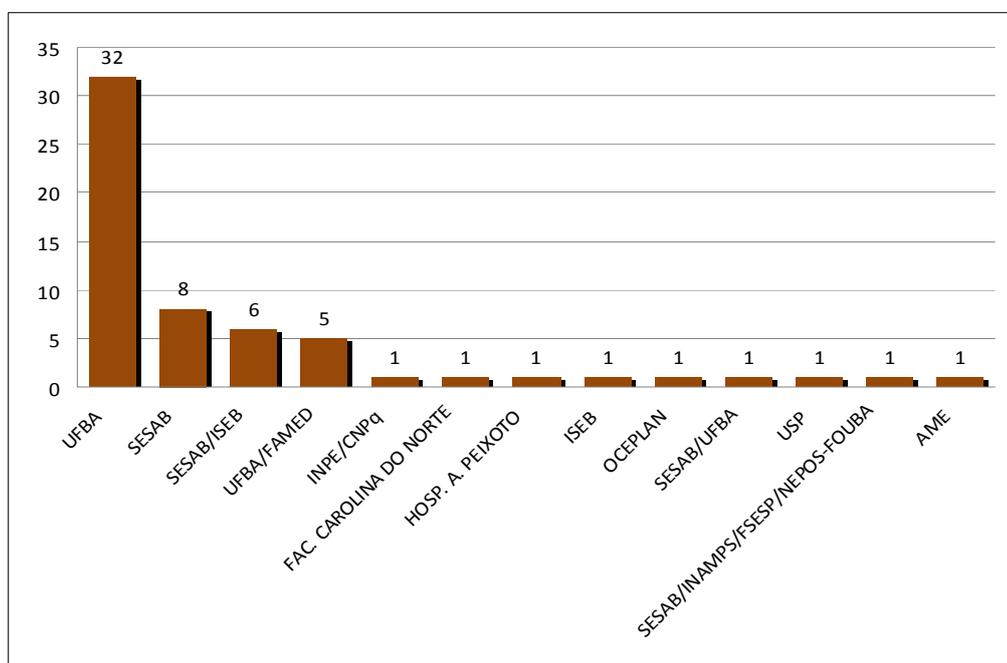


Gráfico 10 – Artigos publicados na RBSP por procedência institucional – década de 1980

Verifica-se, no Gráfico 10, um número expressivo de artigos oriundos da Universidade Federal da Bahia, com trinta e duas (32) publicações; SESAB, com oito (8) publicações; SESAB/ISEB, com seis (6) publicações; UFBA/FAMED, com cinco (5) publicações e, em menor frequência, as demais instituições, com um (1) artigo publicado na década, possivelmente por causa da penetração da Revista no cenário baiano: INPE/CNPQ; Fac. Carolina do Norte; Hosp. Afrânio Peixoto; ISEB; OCEPLAN; PISEB/SESAB; SESAB/UFBA; USP; SESAB/INAMPS/NPOS-FOUBA e AME.

A UFBA contribui de forma expressiva para o fortalecimento e a credibilidade da Revista, que resulta do alto índice de atividade de pesquisa e alimenta a publicação. Desta forma, reflete o respeito dos estudiosos e pesquisadores com relação ao periódico e o reconhecimento da importância do veículo de comunicação para a Bahia e também para a região nordeste. Trata-se de um periódico de grande circulação dentro do País e a única publicação do norte\nordeste nessa categoria.

O Gráfico 10 mostra publicação oriunda da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto Nacional de Pesquisa (INPE/CNPQ), o que muito contribui para o fortalecimento do periódico. Apenas uma (1) contribuição oriunda da Região Norte, o que pode indicar pouca penetração da Revista nessa região.

Na década de 1990, quanto à procedência institucional dos trabalhos recebidos para publicação na RBSP, observam-se artigos oriundos de diversos órgãos e instituições com localização geográfica no município de Salvador (BA), a exemplo da UFBA, SESAB, UFBA/FAMED, ENUFBA e UFBA/SESAB, Universidade Federal do Rio de Janeiro e ainda contribuição da Itália.

O Gráfico 11 permite a visualização desses dados.

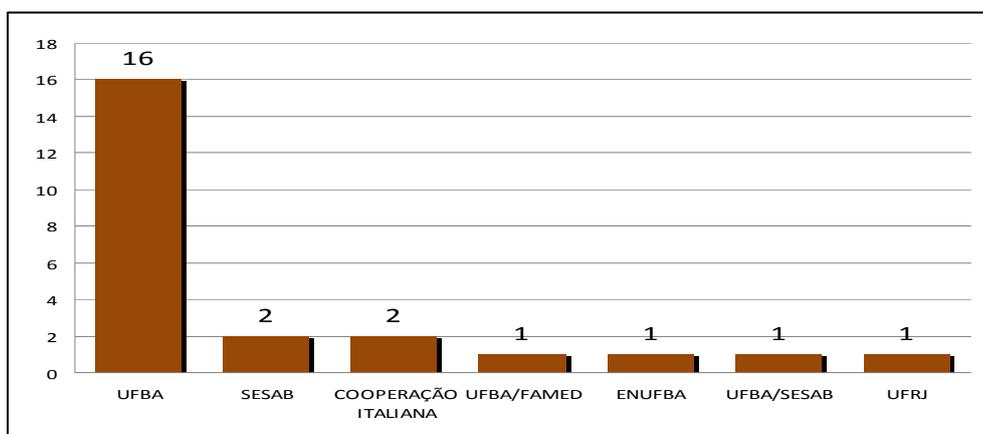


Gráfico 11 – Artigos publicados na RBSP por procedência institucional – década de 1990

A instituição UFBA colabora com (16) artigos, seguida pela SESAB, com duas (2) contribuições, a Cooperação Italiana com dois (2) artigos e, com um (1) artigo, a UFBA/FAMED, ENUFBA, UFBA/SESAB e URFJ. Percebe-se a expressividade da UFBA, que atua como a principal instituição colaboradora da

Revista. Observam-se pequenas contribuições oriundas de outro País e Estado, a exemplo da Cooperação Italiana e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No período de 2000 a 2008, no tocante à procedência institucional dos artigos recebidos, a UFBA continua apresentando maior número de contribuições, quarenta e sete (47), seguida da UEFS, com vinte e oito (28); em terceiro lugar, produções da própria SESAB, dezesseis (16); em quarto lugar aparece a UNEB, com seis (6); em quinto, a UCSAL, com quatro (4); em seguida a SESAB/CESAT, USP, UECE, UESC, com três (3); a UFBA/ISC, FNS, EBM SP, FIOCRUZ, UNIFOR e UESB, com duas (2) contribuições. Outras instituições aparecem com menor número de contribuições, de forma dispersa, como se observa na representação gráfica.

O Gráfico 12 apresenta as contribuições por procedência institucional na década de 2000.

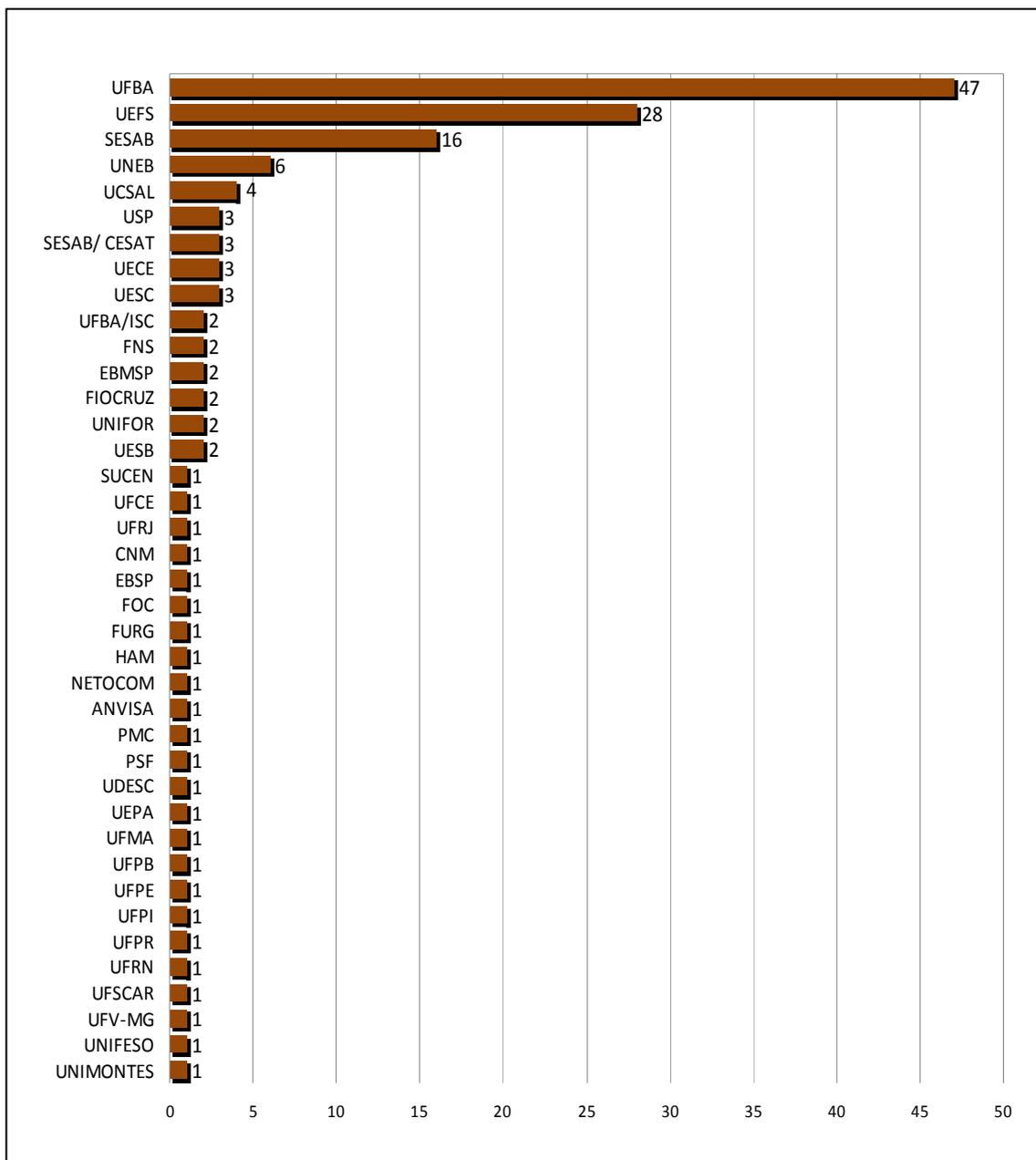


Gráfico 12 – Artigos publicados por procedência institucional – década de 2000

As contribuições oriundas da UFBA permanecem, como nas demais décadas, de forma expressiva. Essa frequência decorre do reconhecimento da Revista nos espaços acadêmicos baianos e da forma como vêm desenvolvendo parcerias, mesmo não formalizada, com a Revista. Vale ressaltar que a RBSP recebe contribuições de diversas instituições, inclusive oriundas da região sudeste, como a USP e Unimontes, como demonstra o Gráfico 12.

- Procedência Regional de Artigos Publicados

No tocante aos estados de procedência dos artigos publicados na década de 1970, destaca-se o Estado da Bahia, com o maior percentual, segundo Gráfico 13.

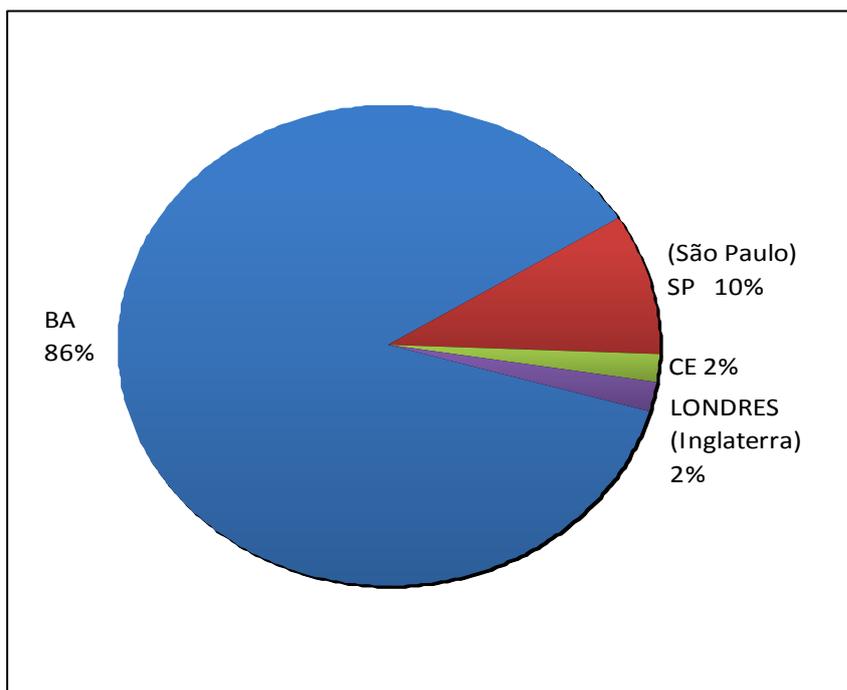


Gráfico 13 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 1970

No local de procedência dos artigos, verifica-se maior concentração dos oriundos do Estado da Bahia, contribuição significativa do Estado de São Paulo, em menor quantidade aparece do Ceará e a contribuição de uma cidade do exterior (Londres, Inglaterra), o que evidencia a credibilidade e a visibilidade da Revista, que almeja ampliar seus horizontes. A concentração de artigos oriundos de um único estado pode ser analisada sob duas perspectivas: a penetração da Revista nesse espaço acadêmico; a inexistência de outro veículo de comunicação com os aspectos, credibilidade e alcance e dos padrões editoriais da Revista, além da carência dos pesquisadores da região nordeste de espaço nas revistas originárias dos grandes centros, como a região sul e sudeste.

Na década de 1980, a RBSP contou com a participação de colaboradores de dois estados brasileiros e de um País estrangeiro, conforme mostra o Gráfico 14.

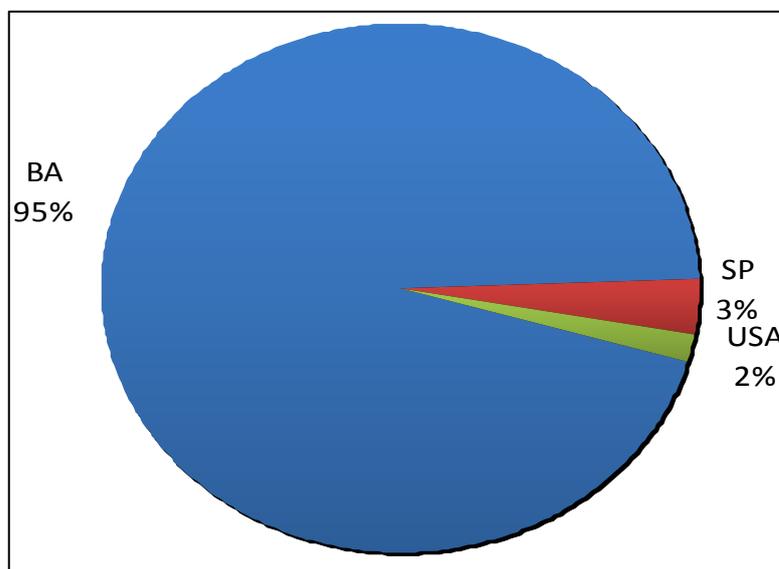


Gráfico 14 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 1980

As contribuições de profissionais residentes no estado da Bahia correspondem a 95%, seguidas de São Paulo, 3%; em terceiro lugar aparece os Estados Unidos da América, com 2%.

O percentual de contribuições recebidas para publicação na Revista, na década de 1990, oriunda dos diversos Estados da federação e de outros países é apresentado no Gráfico 15.

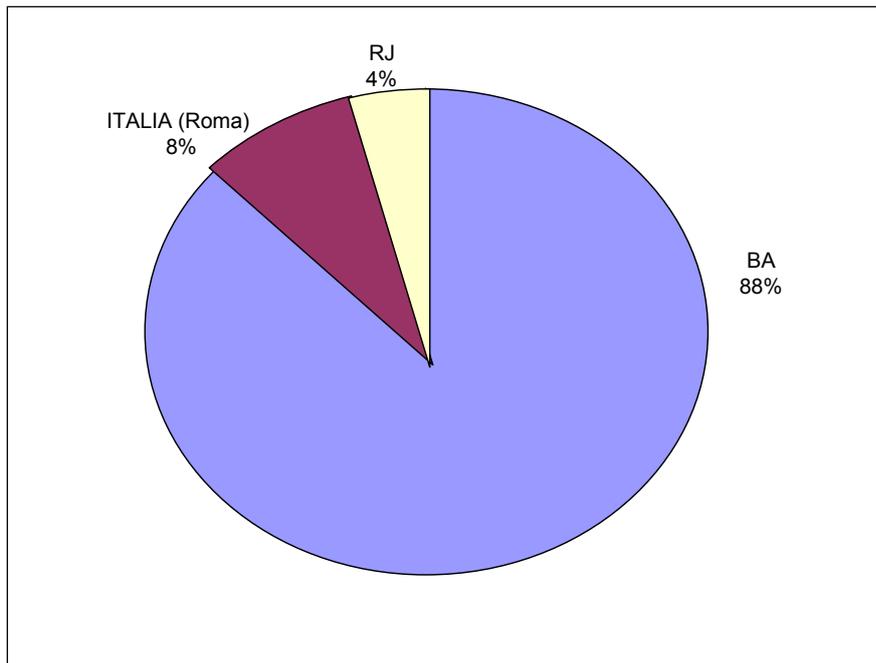


Gráfico 15 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 1990

Destaca-se o percentual de contribuições do Estado da Bahia (88%), seguido da Itália (8%) e do estado do Rio de Janeiro (4%).

Mesmo com o processo de desestruturação que vivencia a RBSP nesta década e de todo o processo decorrente da falta de apoio administrativo e da gestão, ainda assim recebe contribuições de autores de origem estrangeira.

No período de 2000 a 2008, a Bahia continua com maior número de contribuições, seguido do Ceará; em terceiro lugar, São Paulo e, com a mesma quantidade de contribuição, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, em seguida Pernambuco; os demais estados apresentam menor parcela de contribuição, conforme Gráfico 16.

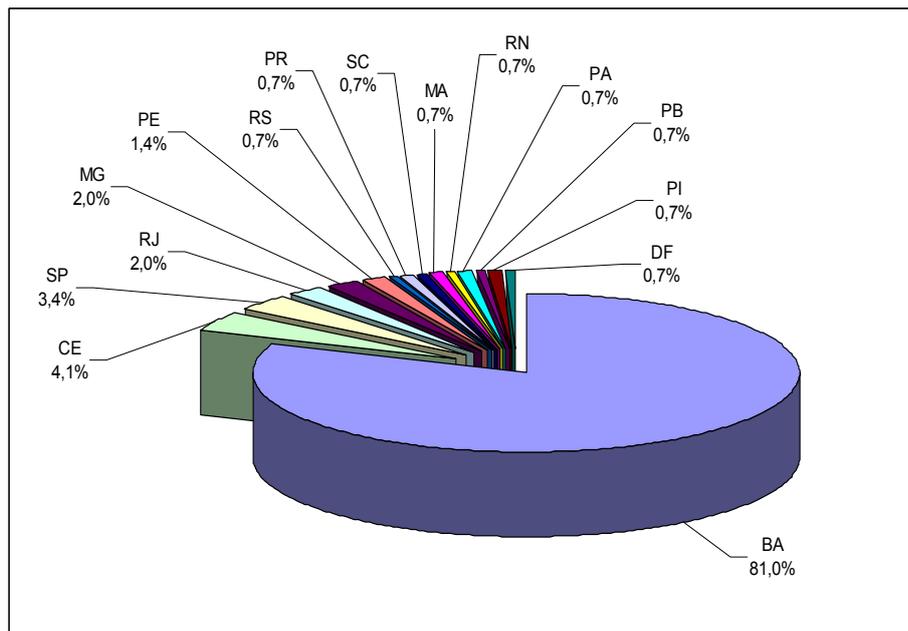


Gráfico 16 – Percentual de artigos publicados na RBSP por Estado e País de procedência – década de 2000

A década de 2000 põe em destaque o forte impacto que a Revista causa nos leitores e na comunidade científica. Nota-se, ainda, o recebimento de contribuições da maioria dos estados do País, sendo a maior parte oriunda da Bahia (119 artigos). O Ceará apresenta algumas contribuições (6 artigos); registra-se também uma parcela significativa de material recebido da região sudeste, representada pelos estados de São Paulo (5 artigos), Rio de Janeiro e Minas Gerais (3 artigos cada). Pernambuco (2 artigos) e outros estados contribuem com um (1) artigo cada.

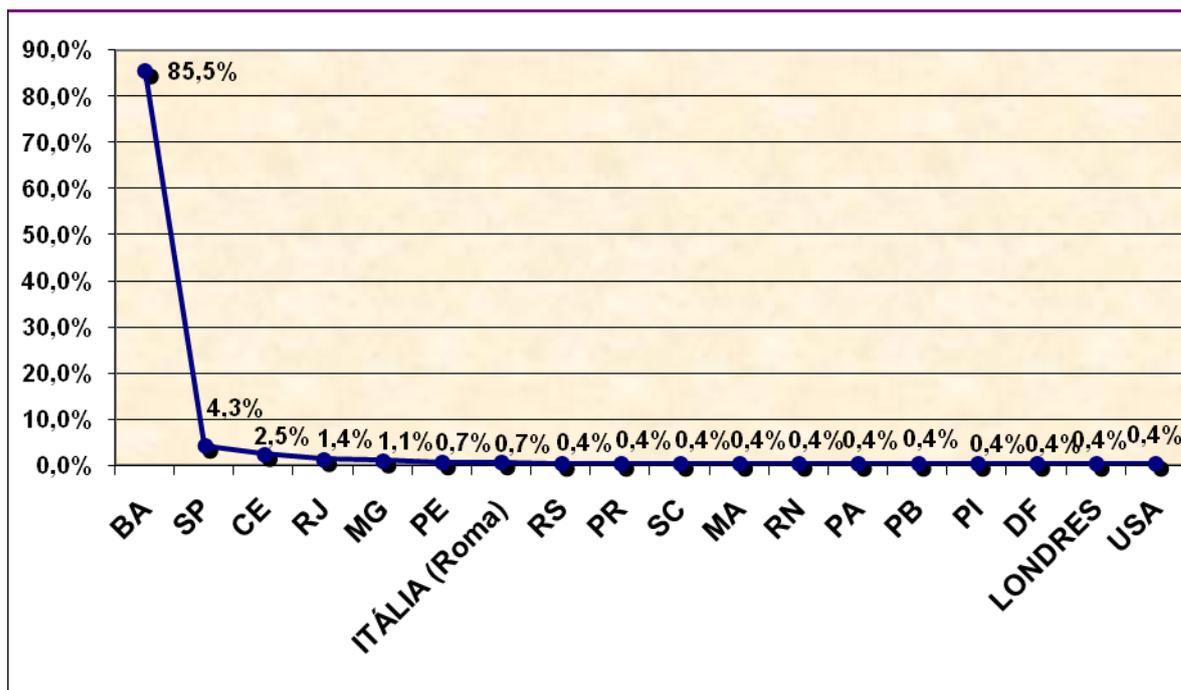


Gráfico 17 – Procedência Regional de artigos publicados na RBSP – 1974-2004

Verifica-se que a Revista, paulatinamente, aumenta sua abrangência, no que tange ao incremento de recebimento de contribuições oriundas de vários estados do Brasil e do exterior, mesmo que, neste último caso, em índice consideravelmente menor. Esse fato denota maior receptividade desse veículo de comunicação no cenário nacional, mas, por outro lado, pode indicar predominância endógena, tendo em vista os maiores índices de contribuições advirem da Universidade Federal da Bahia, tendência que se repete nas quatro décadas estudadas. Pode-se interpretar este fato como consequência da Revista ter um planejamento oscilante.

6.4 CONCLUSÕES DA PESQUISA

A primeira observação, antes de analisar algumas tendências que são relatadas mais adiante, diz respeito à importância desta pesquisa para a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, bem como para o Estado da Bahia, porque a Revista Baiana de Saúde Pública leva aos pesquisadores da academia e aos técnicos da área da saúde informações precisas e atuais sobre temáticas de saúde.

Uma das dificuldades encontradas para a realização deste estudo, diz respeito à extinção da Biblioteca Central da SESAB, em decorrência da reestruturação governamental de 1991, quando seu acervo passa a integrar o Almoxarifado Central da instituição, deteriorando-se com o passar do tempo. Outra dificuldade reside na localização de documentos balizadores para o incremento da pesquisa, que tem como um dos aspectos relevantes da pesquisa descrever e registrar a história da Revista.

Apresenta-se a trajetória da Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP) e descreve-se as transformações sofridas nas diversas mudanças ocorridas dentro da SESAB. A reconstrução de fatos históricos permite concluir-se que a criação da Revista é mérito dos profissionais da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, particularmente um grupo de servidores que desenvolviam suas funções como Assessores Técnicos e a Coordenação da Área de Documentação e Informação. Em determinado período, o seu principal articulador, Doutor Gabriel Nery, possuidor de conhecimento técnico e experiência no âmbito da pesquisa científica e gestão de periódico, juntamente com os médicos Harley Padilha, Emerson Spinola, Tripolli Gaudenzi, Edson Diniz e Professora Margarida Pinto de Oliveira, constituíram um grupo que viabilizou os trâmites documentais e o Projeto da Revista junto à Secretaria da Saúde, que entendeu a proposta e acatou as diretrizes sugeridas, criando, por ato legal, a Revista como órgão da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.

De acordo com a observação dos dados coletados, a estrutura editorial é responsável pelo controle de qualidade da forma, do conteúdo e da divulgação desse periódico científico, proporcionando credibilidade ao veículo e, conseqüentemente, às pesquisas nele publicadas, tendo em vista a importância do estabelecimento e da definição de critérios e normas para a manutenção e visibilidade da Revista; o papel e a função do Editor Científico é primordial, pois a ele cabe a seleção e a avaliação dos conteúdos, além de acompanhar a política nacional de C&T, para se inteirar das tendências nacionais e internacionais, além de fixar a política editorial a ser seguida pela entidade e/ou título do periódico, mas, antes de tudo, assegurar a sua manutenção.

Na década de 1970, destaca-se o empenho do Editor da Revista e dos membros que compõem a Comissão Editorial em relação a sua implementação, manutenção, visibilidade e publicidade e em mantê-la atualizada nos padrões editoriais, como também o compromisso da alta gestão em referendar sua criação e mantê-la.

Outro fator que merece destaque é a endogenia da Comissão Editorial, a vinculação de todos os membros componentes da instituição SESAB que perdura até o início dos anos 2000. Entende-se por endogenia, neste caso específico, a constituição do corpo da comissão editorial com membros oriundos de uma mesma região.

Deve-se lembrar que de acordo com os critérios para os processo de seleção de revista da LILACS ou SciELO, corroborados pelo ISI, o Conselho Editorial do periódico científico deve ser composto de forma pública e seus componentes serem especialistas reconhecidos nacional e internacionalmente. Além disso, o conceito de endogenia refere-se também ao fato de os artigos serem de autores pertencentes, em sua maior parte, a uma única instituição ou região geográfica. Esses dois critérios são utilizados para não aceitação da indexação de revistas nas referidas bases.

Verifica-se que na década de 1980, inicia-se, com maior frequência, a perda de periodicidade, motivada pela questão orçamentária, já que a Revista não possuía um orçamento próprio para arcar com os custos de sua produção e assegurar a sua publicação. É importante que o Gestor institucional tenha consciência e sensibilidade para proporcionar a garantia e manutenção do periódico

Em contraposição ao que a RBSP vivencia, é importante destacar que a década de 1980 é também marcada por forte política editorial, em que se prioriza a visibilidade da Revista como também sua indexação em várias bases de dados nacionais e internacionais. Isto se dá pelo empenho do Editor e de sua Comissão Editorial, que não medem esforços para mantê-la, mesmo diante das dificuldades.

No tocante à década de 1990, em seu início, há evidência de um retrocesso acentuado, perpetuando e comprometendo toda a década, em razão da falta de incentivo e conhecimento sobre comunicação e disseminação do conhecimento científico, endogenia da Comissão Editorial, basicamente formada de burocratas da Secretaria, que não possuíam formação científica nem editorial, além de resistência a mudanças.

A perda de periodicidade e a conseqüente perda de credibilidade junto à comunidade científica e falta de visibilidade levaram à perda de indexação em várias bases de dados e a não inclusão do orçamento da Revista no orçamento público da SESAB, além da falta de interesse da própria instituição com relação à Revista.

Salienta-se como avanço na década de 1990 a restituição da figura do Editor-chefe, o qual busca resgatar as atividades da Revista, tornando-a atraente à

comunidade científica e aos pesquisadores da área, como também a tentativa de atualização dos números em atraso. A partir de 1996, a Revista começa a incorporar outros itens em suas seções e a adotar padrões editoriais. Quanto às normas bibliográficas, desde o início de suas atividades até a década de 1990, é adotada a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como norma padrão.

Na década de 2000, observa-se várias mudanças e avanços com relação à política editorial e da gestão da RBSP, como: cumprimento e manutenção da periodicidade semestral, formulação e formação do Conselho Editorial, composto por membros/pesquisadores de outros estados do Brasil e de outros países da América Latina. A Composição do Conselho tem como configuração o Editor Geral, Editores Associados e Secretaria Executiva.

A reformulação do Regimento da Revista é outro fator importante, bem como o projeto de *layout*, aproximando-se dos padrões atuais, a adoção das normas Vancouver, que tem consequências positivas na sua expansão territorial e no recebimento de trabalhos oriundos de várias regiões.

A associação da Revista à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) facilita a participação de Editores e da equipe da Revista nos Seminários e Encontros promovidos por este organismo. Outra conquista diz respeito à Revista fazer parte do Portal de Periódicos do Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, e ter sido selecionada para compor o primeiro grupo de publicações que iniciarão o portal de revistas eletrônicas do Ministério da Saúde/SUS com apoio da Bireme/OPAS.

A busca de novo perfil e de sua política editorial, fez expandir os conteúdos com uma nova abordagem, extrapolando a área da Saúde Pública, permitindo aos leitores e colaboradores a publicação e obtenção de novos conhecimentos em diferentes áreas. Espera-se a definição de uma linha de atuação, políticas e normas editoriais, em consonância com as expectativas da instituição mantenedora e do público-alvo.

Quanto aos aspectos extrínsecos, verifica-se que foram sendo agregados gradativamente, mas a Revista necessita atualizar alguns itens, no que se refere às normas de publicação, de possuir, pelo menos, dois idiomas, facilitando o recebimento de trabalhos oriundos de outros países, sendo o recebimento dos trabalhos, através da mídia convencional e eletrônica, o que favorece em relação a tempo e a todo o processo de análise autor/revista/referee e também para a redução de papel.

A RBSP necessita adotar critérios e preencher requisitos que permita a inserção em outras bases de dados, como a Scielo e Medline, incorporar e adotar padrões de gestão, para que possa ter maior visibilidade. Neste caso, a adoção do Sistema de Editoração Eletrônica de Revista do SEER viabiliza toda a produção da Revista e sua expansão, transformando-a do formato tradicional para o formato e meio eletrônico, possibilitando a sua penetração em outros espaços. O *software* Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um instrumento que potencializa a recuperação da informação em repositórios internacionais e incrementa os aspectos na gestão interna da publicação periódica (relação autor-leitor-editor).

A falta de políticas públicas que possam estimular e contribuir para a legitimidade considerando prioridade a infraestrutura de equipamentos de informática atualizados, rede de suporte eletrônico com alta capacidade, para que se organize todo o processo de avaliação de trabalhos é de fundamental importância.

Quanto aos aspectos de conteúdo, ou seja, intrínsecos, são analisados os artigos originais. As temáticas publicadas na RBSP, que aparecem nas três décadas são: *Atenção a Saúde, Políticas, Planejamento e Administração em Saúde, Epidemiologia, Saúde e Sociedade. São temas que cobrem as questões relacionadas às Políticas de Saúde, a Gestão e o Cuidado.*

O recebimento de trabalhos para publicação, ressaltando as contribuições originárias do exterior nas décadas de 1970 e 1980, contribuiu significativamente para o fortalecimento da Revista. Destacam-se as colaborações dos pesquisadores da Bahia, o que demonstra aceitação e valorização da RBSP no meio acadêmico.

Vale ressaltar que, a despeito dos impedimentos no decorrer da sua trajetória, a Revista Baiana de Saúde Pública, desempenha função primordial no desenvolvimento, de produção científica voltada para a área de saúde no Estado da Bahia e no Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o século XVII, o periódico desponta com o objetivo de desempenhar importante papel no processo de comunicação da ciência, sendo que o surgimento do periódico científico está associado às revoluções científicas, decorrentes da necessidade dos cientistas de se comunicarem com rapidez e de forma sistemática.

O aumento das Sociedades Científicas fortalece o papel do periódico científico, instrumento de comunicação, que passa a contribuir para o desenvolvimento de novos campos de estudo e pesquisa, oferecendo maior aceleração da comunicação entre pesquisadores e centros de pesquisas.

No século XIX e XX, as publicações seriadas demonstram um expressivo crescimento exponencial, aumentando a cada década, sendo difícil estimar com exatidão o número de periódicos em circulação.

No Brasil, as publicações periódicas aparecem tardiamente e na área de saúde emergem lentamente, sendo relevante o aparecimento, no século XIX, do periódico, *Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia*, publicado em 1827. Apesar das dificuldades que o periódico nacional enfrenta em relação à política editorial de qualidade, observa-se o crescimento considerável da fonte de informação e, simultaneamente, dos artigos científicos.

No século XX, década de 40, registra-se a grande demanda de circulação de textos científicos decorrentes do que se denomina a explosão bibliográfica que determina o aparecimento de novas técnicas e tecnologias, visando a melhoria de padrões técnicos adequados. Contudo, é na década de 60 que os estudos e pesquisas voltam-se para a pesquisa linguística e a exigência de processos editoriais mais rápidos, visando dar suporte ao sistema de produção e disseminação da informação e conhecimento. Ainda nesta década, as tecnologias de informação possibilitam o aparecimento das bases de dados bibliográficos e os computadores passam a ser utilizados na vida cotidiana.

A partir da década de 70, o desenvolvimento dos sistemas de informação científico-tecnológicos, permitem a ampliação da produção científica impulsionados pela criação de cursos de pós-graduação no País.

Em 1974 cria-se a Revista Baiana de Saúde Pública, durante o governo militar, priorizando a informação científica e tecnológica como elemento básico de apoio para à formulação de políticas e estratégias do governo, contando com o incentivo e a ação dos profissionais da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, particularmente do grupo de Assessores Técnicos da Secretaria.

Percebe-se, no País, a reafirmação da política editorial refletida nas publicações da área de saúde pública, traçando um novo perfil e buscando aprimorar e expandir temas recorrentes e importantes para a saúde pública brasileira, e isto torna-se possível em razão da ênfase dada a pesquisa nas universidades aliadas às políticas públicas voltadas para a Ciência e Tecnologia. Com isto, o avanço das tecnologias intelectuais utilizadas para a produção resultam em publicações científicas mais atraentes, atingindo um número maior de leitores.

A pesquisa desenvolvida sobre a Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), traça seu percurso desde a criação na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia em 1974 até 2008, contribuindo para dar visibilidade a revista, publicada nas Bahia. A sua sobrevivência, apesar de poucas políticas públicas, deve-se ao apoio e idealismo de um grupo de pesquisadores preocupados com o avanço da ciência envolvidos com a pesquisa e a conseqüente divulgação nacional e internacional.

Os pressupostos da pesquisa leva a acreditar que:

A pesquisa nas universidades é determinante, alimentando sistematicamente a produção da Revista, considerando o papel desta instituição do universo da produção científica;

As políticas públicas contribuem efetivamente para a melhoria da publicação;

O avanço das tecnologias intelectuais contribuíram para renovar a apresentação da Revista, além de permitir a aceleração do processo utilizado, tornando-a mais atraente e possibilitando atingir um maior número de leitores;

Na sociedade atual as tendências relativas a produção científica, são ilimitadas, oferecem enormes possibilidades para atingir o público leitor, acelerando a disseminação da informação e conhecimento. Neste sentido, a mediação humana é cada vez mais valorizada e necessária no mundo moderno.

REFERÊNCIAS

ALELUIA, L.R. **Revista Baiana de Saúde Pública rumo a transformação**. Salvador: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia; Fundação de Saúde do Estado da Bahia, 2007.

ABEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS. **Critérios para avaliação de revistas científicas (CNPq/Finep)**. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/abec/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

BAHIA. Fundação de Saúde do Estado da Bahia. Centro de Treinamento. **Relatório de Atividades 1976**. Salvador, 1976.

BAHIA. Fundação de Saúde do Estado da Bahia. Centro de Treinamento. **Relatório de Atividades 1978**. Salvador, 1978.

BAHIA. Fundação de Saúde do Estado da Bahia. Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos. **Relatório de Atividades, 1980**. Salvador, 1980.

BAHIA. Governo do Estado. **Lei nº 3.104, de 28 de maio de 1973**. Reorganiza a Secretaria da Saúde Pública, institui a Fundação de Saúde do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2009a.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto nº 684, de 18 de novembro de 1991**. Aprova o Regimento da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2009b.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto nº 7.546, de 24 de março de 1999**. Aprova o Regimento da Secretaria da Saúde 1999. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2009c.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto nº 8.392, de 2 de outubro de 2002**. Altera o Decreto nº 8.018, de 21 de agosto de 2001, que instituiu a realização de compras de bens e contratação de serviços comuns por meio eletrônico, no âmbito da Administração Pública Estadual do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2009d.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBALHO, C.R. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, S.S.P.; TARGINO, M.G. **Preparação de revistas científicas** – teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005, p. 123-158.

BIOJONE, M.R. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2003.

BOYD, M. A guide to writing effective patient education materials. **Nursing Management**, EUA, n. 18, p. 56-64, 1987.

BOARINI, M.L.A. A universidade e o editor científico. **Revista espaço Acadêmico**, Maringá, PR, v. 29, 2003. Disponível em:
<<http://www.espaçoacadêmico.com.br/029rea.htm>> Acesso em: 9 jan. 2009.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, G.M.; OBERHOFER, C.A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Revista latinoamericano de documentación**, v. 2, n. 1, p. 27-31, 1992.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.). **Família & escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BRIQUET DE LEMOS, A. **Periódicos eletrônicos**: problema ou solução? Disponível em: <http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos7.htm>. Acesso em: 16 mar. 2007.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, A.R.S.; MASCARENHAS, C.C.; OLIVEIRA, E.A.A.Q. Ferramentas de disseminação do conhecimento em uma instituição de CT & I de defesa nacional. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 77-92, 2006.

CARVALHO, K.M. **A travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

_____. Disseminação da Informação e informação da inteligência organizacional. **Datagamazero – Rev. Ciência da Inf.**, Rio de Janeiro, v. 2, p.1-9, jun. 2001.

_____. O profissional da informação: o humano multifacetado. **Revista DataGramaZero - Rev. Ciência da Inf.**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5, out. 2002.

_____. **Disseminação da Informação, mediação humana e inteligência**. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. (Palestra).

_____. Disseminação da informação e biblioteca: passado, presente e futuro. In: CARVALHO, K.; SCHWARZELMÜLLER, A.F (Orgs.). **O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 10-27.

_____. **Contribuição dos estudos históricos para o mapeamento da introdução da informação científica no Brasil**. *Contribution*. Trabalho apresentado ao VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28-31 out. 2007.

CASTRO, R.C.F. **Comunicação científica na área de saúde pública: perspectivas para tomada de decisão em saúde baseada no conhecimento**. 2003. 238 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____; FERREIRA, M.C.G.; VIDILI, A.L. Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 357-367, 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=842&article=500&mode=pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

CHRISTÓVÃO, H.T.; BRAGA, G.M. Ciência da Informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 35- 35, set./dez. 1997.

COIMBRA JUNIOR, C.E.A. Produção científica em saúde pública e as bases de dados bibliográficas internacionais. **Cad Saúde Pública** [periódico on line], v. 15, n. 4, p. 83-88, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1028.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2003.

CORTES, P.L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POLBLACÍON, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Orgs.). **Comunicação & Produção Científica, contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 35-55.

DIAS, C.A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. **Ciência da informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br>>. Acesso em: 28 set. 2008.

EESP – ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA PROF. FRANCISCO PEIXOTO DE MAGALHÃES NETTO. **Referencial para sua proposta pedagógica**: uma construção coletiva. Salvador, 2004.

ELIAS, P.E. **Reforma ou contra-reforma**: algumas reflexões sobre as políticas de saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.saudepublica.bvs.br/itd/legis/curso/html/a08.htm>> Acesso em: 30 ago. 2008.

EISENSTEIN, E.L. **Revolução da cultura impressa**. Os primórdios da Europa moderna. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção múltiplas escritas).

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, L.O. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, n. 11, suplemento 1, p. 93-107, 2004.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**. Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FREITAS, L.S. **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da ciência da informação sobre a atual condição da informação. 2001. 87 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FREITAS, M.H. de A. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

FRENK, J. La nueva salud pública. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **La crisis de la salud pública**; reflexiones para el debate. Washington (DC), 1992. (OPS Publicación Científica, 540). p. 75-93.

GARVEY, W.D.; GRIFFITH, B.C. Scientific Communication as a social system. In: GARVEY, W. D. **Communication, the essence of science**: facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979. Appendix B. p. 148-164.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L.M.S.V.C.; CASTRO, R.C.F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, D.A; WITTER, G.P.; SILVA, J.F.M. (Orgs.) **Comunicação e produção científica** – contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 165-190.

GREENE, Lewis Joel. O dilema do editor de uma revista biomédica: aceitar ou não aceitar. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.230, 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php>>. Acesso em: 15 out. 2008.

GRUSZYNSKI, A.C.G.; GOLIN, C. Periódicos científicos: transição dos suportes impresso para o eletrônico e eficácia comunicacional. **UNirevista**, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_GruszynskiGolin.PDF>. Acesso em: 13 out. 2008.

GUIMARAES, R.; LOURENÇO, R.; COSAC, S. A pesquisa em epidemiologia no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2001, vol.35, n.4, pp. 321-340. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n4/6004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2008.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologia qualitativa na sociologia**. 4. ed. Petropolis: Vozes, 1995.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOUAISS, A. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HURD, J.M. The transformation of scientific communication: a model for 2020. **Journal of the Am. Society for Inf. Science**, USA, v.51, n. 14, p. 1279-1283, 2000.

IBICT – INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Serviço de Alerta**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/2006>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

JCU – JAMES COOK UNIVERSITY. **Guides to information resources**. 2007. Disponível em: <<http://library.jcu.edu.au/LibraryGuides/primsrscs.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

KNORR-CETINA, K. The ethnographic study of scientific work: towards a constructivist interpretation of science. In: KNORR-CETINA, K.; MULKAYS, M. (Eds.). **Science observed**. Perspectives on the social study of science. London: Sage, 1983. p. 115-110.

KAPLAN, N.; STORER, N.W. Scientific communication. In: SILLS, D.L. (Ed.). **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan, 1968. p. 112-117. v. 14.

KRZYZANOWSKI, R.F.; FERREIRA, M.C.G. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, 1998.

KRZYZANOWSKI, R.F.; TARUHN, R. Biblioteca eletrônica de revistas científicas internacionais: projeto de consórcio. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 193-197, maio/ago. 1998.

LANCASTER, F.W. **Toward paperless information systems**. Orlando, FL: Academic Press, 1978.

LATOURET, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAUAND, J. **Razão, natureza e graça: Tomás de Aquino em sentenças**. São Paulo: Edix; Departamento de Letras Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1995. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mp3/sentom.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

LE-COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004.

LEMOES, A.B. **Periódicos eletrônicos: problema ou solução?** Disponível em: <http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos7.htm>. Acesso em: 28 set. 2008.

LIMA, M. **Texto de apoio 1 para monitor – Breve histórico das políticas de saúde no Brasil**. Salvador, 2004.

LONGO, R.M.J. O Papel da transferência da informação na adoção de práticas agropecuárias. **Rev. Bras. de Bibliot. e Doc.**, Rio de Janeiro, v.18, n. 2/4, p. 20-26, dez. 1985.

LOPES, M.I. **A internet e a busca da informação em comunidades científicas: um estudo focado nos pesquisadores da UFSC**. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LUCCHESE, A.F. **Os elementos comunicacionais dos periódicos científicos e a relação com os suportes impressos e on-line**: estudo-piloto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado ao GT de Comunicação Aplicada ou Segmentada, do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, Passo Fundo, RS, 2007.

MARCHIORI, P.Z.; ADAMI, A. Autoria e leitura de artigos por docentes pesquisadores: motivações e barreiras. In: FERREIRA, S.M.S.P.; TARGINO, M.G. **Preparação de revistas científicas** – teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 73-100.

MARTINS, E.V. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a11.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2005.

MCGREE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEADOWS, A.J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

_____. Os periódicos científicos e a transição do meio impresso para o eletrônico. **Rev. Bibli. Brasília**, Brasília, v. 25, n.1, p. 5-14, jan./jun. 2001.

MENDES, M.F.A. **José Reis e o papel dos cientistas na divulgação científica**. In: 9ª. Reunión de la Red de Popularización de la Ciencia y la Tecnología para America Latina y el Caribe, 2005, Rio de Janeiro. Reunion de la Red Popularizacion de la Ciencia y la Tecnología para America Latina y el Caribe, 2005. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/indice2004.htm>> Acesso em: 13 dez. 2006.

MIRANDA, A. **Planejamento bibliotecário no Brasil**: a informação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1977.

MIRANDA, D.B.; PEREIRA, M.N.F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MIRANDA, M.L. Disseminação da Informação e seus impactos na produção científica: uma abordagem Ranganathiana. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 28 a 31 out. 2007, Salvador. **Anais eletrônicos**, PPGCI\ ANCIB, Salvador, 2007.

MUELLER, S.P.M. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **Rev. da Escola de Bibl. da UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 1995.

_____. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B.S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J.M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 21-34.

_____. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, art 2, 2005.

_____; CAMPELLO, B.S.; DIAS, E.J.W. Disseminação da informação em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 337-352, 1996.

NASCIMENTO, M.A.R. Gestão da coleção de periódicos científicos das bibliotecas universitárias brasileiras: a multiplicidade de suportes e formatos e a diversidade de interesses e expectativas da comunidade acadêmica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS [CD-ROM]. **Anais...** Florianópolis: [s.n., ca. 2000].

NORONHA, D.P.; OLIVEIRA, E.B.P.M. A comunicação científica e o meio digital. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 75-92, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/53/1523>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

ODONNE, N. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p. 45-56, maio/ago. 2006.

OHIRA, M.L.B.; SOMBRIO, M.L.L. N.; PRADO, N.P. Periódicos brasileiros especializados em biblioteconomia e ciência da informação. **Encontros Bibli: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.10, out. 2000. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro>> Acesso em: 28 nov. 2008.

OLIVEIRA, T.D.T. **A Capacitação para o trabalho dos agentes auxiliares de saúde de níveis médio e elementar na Bahia**. 1988. n. 165 f. Dissertação

(Mestrado em Saúde Comunitária) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.

OLIVEIRA, E.B. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34 n. 2, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01000-196520050002000047In>. Acesso em: 5 fev. 2009.

OLIVEIRA, M.O.E. A disseminação da informação na construção do conhecimento e na formação da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000. Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <dici.ibict.br/archive/00000776/01/T125.pdf> Acesso em: 9 jan. 2009.

PACKER, A.I.; MENEGHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, D.A.; WITTER, G.P.; SILVA, J.F. M. da (Orgs.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006; p. 235-259.

PACKER, A. et al. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n.2, p.110, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.ibict/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=377&layout=abstract>> Acesso em: 20 jan. 2009.

_____; MENEGHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, D.A.; WITTER, G.P.; SILVA, J.F.M. da (Orgs.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 235-259.

PADILHA, H.P. Um programa de recursos humanos para Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. **Rev. Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v.3 n. 3/4, jul./dez. 1976.

PAIM, J.S. Políticas de descentralização e atenção primária à saúde. In: ROUQUARIOL, M.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro, MEDSI, 1999. p. 489-503.

PAIM, J.S. **Desafios para a Saúde Coletiva no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006.

PELLEGRINI FILHO, A. Ciência em pro de la salud: notas sobre la organización de la actividad científica para el desarrollo de la salud em América latina y el caribe. Washington (DC); Organización Panamericana de la Salud. 2000. (OPS – Publicación Científica y Técnica, 578).

PINHEIRO, L.V.R.; BRÄSCHER, M.; BURNIER, S. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 3, p.25-80, set./dez. 2005.

PINHEIRO, L.V. R. **A Ciência da Informação entre a sombra e luz**: domínios epistemológicos e campo interdisciplinar. 1997. 289 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Evolução da comunicação científica até as redes eletrônicas e o periódico como instrumento central deste processo In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/viewpaper.php?id=48>>. Acesso em: 13 set. 2007.

_____. **Fontes ou recursos de Informação**. Categorias e evolução conceitual. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/pbciblena.pdf>> Acesso em: 26 fev. 2008.

_____. Evolução e tendências da Ciência da Informação, no exterior e Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas. In: VI ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos. Florianópolis, 29., 20 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/pinheiroenancib.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2008.

_____; LOUREIRO, J.M.M. Políticas públicas de C&T, ICT e de pós-graduação e o surgimento da Ciência da Informação no Brasil. In: V CINFORM, Salvador, 28-30 de junho de 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/CINFORMLena2004.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

PRICE, D.J.S. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. Tradução de: Little science big science.

QUEIROZ, R.C.R. de. **A informação escrita**: do manuscrito ao texto virtual. Disponível em: < http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/RitaQueiroz.pdf > Acesso em: 25 abr. 2008.

RBSP - REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. **Editorial**. Salvador, v.1, n. 1, jan./mar, 1974.

RBSP - REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. **Editorial**. Salvador, v.32, n. 1, jan./abr. 2008a.

RBSP – REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. **Diagnóstico de Saúde**. Salvador, v. 32, n. 3, set./dez. 2008b. No prelo.

RIBEIRO, C.K.; PINHEIRO, L.V.R.; OLIVEIRA, E.C.P. **Construção de um modelo-síntese para análise de periódicos científicos**. Trabalho apresentado ao 8º ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--156.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2009.

RIZZINI, C. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROCHA, M.P.C. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.1, jan./apr. 2000.

ROSA, F.G. A produção editorial e as editoras universitárias. In: RUBIM, L. (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 69-183.

_____. A difusão da comunicação científica do impresso ao virtual. **Diálogos & Ciência. Revista da Rede de Ensino FTC**, Salvador, Ano II, n. 5, p. 87-99, jun. 2008.

_____. et al. **Universitas: revista de cultura da Universidade Federal da Bahia, 1968-1991**. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/FlaviaSoniaKatiaNanci.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2009.

SABBATINI, M. Qualidade da informação nas publicações científicas eletrônicas na Internet: desafios e propostas. **Teoría de la educación y cultura em la sociedad de la información**, Salamanca, v. 2, 2000. Disponível em: <http://www3.usal.es/~teoriaeducacion/rev_numero_02/n2_art_sabbatini.htm>. Acesso em: 25 out. 2008.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.

SILVEIRA, M.A.A. **O artigo científico como fonte de informação utilizada na literatura cinzenta**. Trabalho acadêmico apresentado para obtenção de nota, à disciplina Estágio Supervisionado 1, do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SIMEÃO, E.L.M.S. **Comunicação extensiva e informação em rede**. Brasília: CID/UnB, 2003. v. 1.

STUMPF, I.R.C. Passado e futuro das publicações científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformação>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

_____. A comunicação da ciência na universidade: o caso da UFRGS. In: MUELLER, S.P.M.; PASSOS, E.J.L. (Orgs.). **Comunicação científica**. Brasília: DCI – UNB, 2000. p. 107-121.

SUAIDEN, E.J. Informação científica e tecnológica – A WEB e a teia da vida. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 30-52, jun. 2007. Apresentado originalmente no VII CINFORM.

TARGINO, M.G. The internet and society: Just another dream? **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 49, p. 252-262, 1997.

_____. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Inf. & Soc. Est.**, João Pessoa, v. 10, n.2, p. 37-85, 2000.

TAUBES, G. Science journals go wired. **Science**, Washington, D.C., v. 271, n. 5250, feb. 1996. Disponível em: <<http://www.epub.org.br/papers/sciwir.htm>>. Acesso em: 13 set. 2008.

TENOPIR, C.; KING, D.W. Reading behaviour and electronic journals. **Learned Publishing**, EUA, v. 15, p. 259-265, 2001. Disponível em: <<http://docservr.ingentaconnect.com/deliver/cw/alpsp/09531513/v15n4/s3/p.259.pdf?fmt=dirpd>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEITZEL, S.R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.61-7, jan./jul. 2002.

_____. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, D.A.; WITTER, G.P.; SILVA, J.F.M. (Orgs.). **Comunicação e produção científica** – contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 83-114.

VALÉRIO, P. **Espelho da Ciência**. Brasília: FINEP, 1994.

VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VELHO, L. A ciência e seu público. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p.33-45, set/dez. 1997.

VERGARA, M.R. Uma história social da ciência e tecnologia. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 710-714, set./dez. 2002.

VIEIRA, A.S. Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.lbict.br/cienciadainformacao/viewissue.php?id=37>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

YAHN, V.G. **Avaliação de periódicos brasileiros**: um estudo na Área de Agricultura. 1983.114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1983.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. (Coleção O homem e a ciência, 8).

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciência da Informação
Programa de Pós – Graduação do ICI

Roteiro de Entrevista

Perguntas:

1. Como surgiu a criação da Revista Baiana de Saúde Pública?
2. Como ocorreu a sua implementação?
3. Como a alta gestão da SESAB encarou o projeto de criação de um veículo de comunicação científica para a área da saúde? Já que trata-se de um órgão que cuida de prevenção de doenças?
4. Qual o impacto da revista no ambiente da saúde?
5. Como era vista a visibilidade da revista pelos seus técnicos no momento do seu lançamento.
6. Por que o símbolo da cruz na capa da revista?
7. A formatação da revista seguia as normas de publicação em vigor? Como era apresentada?
8. A revista de abrangência nacional privilegia da esfera local, regional e nacional. Como isso ocorre?
9. Quais os critérios utilizados para a criação do Conselho Editorial da RBSP?
10. Como estava representado o Conselho Editorial da revista nas diferentes gestões?
11. O que representa o papel da RBSP para a SESAB e para a comunidade científica?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto de pesquisa: REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA: Produção do Conhecimento Científico de 1974 a 2008

Durante a leitura do documento abaixo fui informado (a) que posso interromper para fazer qualquer pergunta, com objetivo de tirar dúvidas, para o meu melhor esclarecimento.

Eu, _____, fui procurado (a) pela mestrandia Lucitânia Rocha de Aleluia da do Instituto de Ciência da Informação – ICI da Universidade Federal da Bahia – UFBA, pertencente a Secretária da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, lotadas na Escola Estadual de Saúde Pública prof. Francisco Peixoto de Magalhães Netto para participar do Projeto de Pesquisa como entrevistado. O Projeto é um trabalho de conclusão de Curso de Pós-Graduação da supra citada universidade e sob orientação da Profa. Dra. Kátia de Carvalho.

Fui esclarecido sobre:

1 - o estudo é retrospectivo, análise histórica e documental, com abordagem qualitativa e a aporte quantitativo da Revista Baiana de Saúde Pública, veículo de comunicação da SESAB, que muito contribuirá para as novas propostas de disseminação da informação / estruturação dessa área.

2 - que as informações colhidas através das entrevistas realizadas com os ex-dirigentes e atuais dirigentes da área citada irão fundamentar o estudo correlacionando os documentos oficiais com os discursos extraídos nas entrevistas, de forma a compor o documento final do curso, que será redigido sob forma de dissertação.

3 - que a pesquisa poderá ser publicada em revista científica, e estou ciente que meu nome será citado (a).

Assim, considero-me satisfeito (a) com as explicações deste documento, realizada pelos mesmos que foi de forma pausada e clara, quando tive a oportunidade de fazer perguntas. Portanto, no momento concordo em participar da pesquisa sem nenhum tipo de restrição.

Salvador, de _____

2009

NOME:

ASSINATURA:

Resolução nº. 196, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde; Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.

II.11 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO⁶ – anuência do sujeito da pesquisa e / ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

III.1 – A OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA PESQUISA IMPLICA EM:

- a) consentimento livre e esclarecidos dos indivíduos alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Nesse sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua vulnerabilidade.
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais e coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência) e
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização de ônus para os sujeitos vulneráveissócio humanitária justa e equidade.

III.3 – A pesquisa, em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências.

- j) se desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis a informação obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nesse caso, o direito dos indivíduos ou grupos que queiram

⁶ Este termo atende os itens II.11, III. 1 (a,b,c e d) , 3 (j),IV , IV.2 e IV.3(b) da Resolução 196/ 996 do Conselho Nacional de Saúde

participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade incapacidade legalmente definida.

IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

IV.2 – O termo de Consentimento Livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o comprometimento de cada uma das exigências;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão datiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa, ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa, ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador

IV.3 b - a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos e específicos à influência da autoridade

....., assegurando-lhe a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias.

ANEXOS

ANEXO A - CATEGORIAS TEMÁTICAS DA BVS-SP BRASIL

Administração em Saúde Pública
Ambiente e Saúde
Atenção à Saúde
Ciência e Tecnologia em Saúde
Comunicação e Divulgação em Saúde
Direito à Saúde
Educação em saúde
Epidemiologia
Mortalidade Infantil
Nutrição da Criança
Nutrição e Alimentação em Saúde Pública
Planejamento em Saúde
Políticas, Planejamento e Administração em Saúde
Poluição Ambiental
Recursos Humanos em Saúde
Saneamento Básico
Saúde do Adolescente
Saúde Ambiental
Saúde Bucal
Saúde da Criança
Saúde da Família
Saúde da Mulher
Saúde do Idoso
Saúde do Trabalhador
Saúde e Sociedade
Saúde Materno-Infantil
Saúde Mental
Serviço de Saúde
Sistemas Locais de Saúde (SILOS)
Sistema Único de Saúde (SUS)
Vacinas
Vigilância Sanitária
Violência

Disponível em: <http://saudepublica.bvs.br/html/pt/topic.html>

ANEXO B – ESCOPO DAS CATEGORIAS

Administração em Saúde Pública - Organização das unidades sanitárias que compõem a rede de serviços e atenção em saúde pública, identificando e descrevendo os tipos e modelos de organização, as prioridades e programações específicas, os órgãos centrais e regionais de saúde e a integração de serviços de saúde pública.

Ambiente e Saúde - Compreende: saúde ocupacional, poluição ambiental, educação ambiental, planejamento ambiental, política ambiental, legislação ambiental, desenvolvimento sustentável, água nos aspectos de abastecimento, qualidade reuso, poluição e águas residuárias, qualidade e poluição do ar e seus efeitos sobre a saúde, qualidade e contaminação do solo, saneamento básico, rural e urbano, resíduos sólidos nos aspectos de disposição, coleta e reciclagem, resíduos industriais, resíduos de serviços de saúde, resíduos perigosos, desastres naturais em seus aspectos de administração, emergências e gerenciamento de riscos.

Atenção à Saúde - Compreende: os três níveis de atenção (baixa, média e alta complexidade), a saúde de grupos específicos agrupados por eixo temático (p.ex. saúde mental) e ciclos de vida (recém-nascido, lactente, pré-escolar, criança, adolescente, idoso etc.), prestação de assistência à saúde, prevenção em saúde, abrangendo a prevenção e controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos por causas externa, e os serviços de saúde.

Ciência e Tecnologia em Saúde - Compreende: pesquisa e metodologia de pesquisa em saúde, pesquisadores, apoio à pesquisa, políticas de ciência e tecnologia, desenvolvimento, difusão de C&T e tecnologia de informação em saúde.

Comunicação e Divulgação em Saúde - Compreende: o conjunto de meios de comunicação de massa, os sistemas e serviços de informação em saúde, revistas especializadas e outros meios de divulgação de descobertas científicas e tecnológicas na área de saúde como um todo.

Direito à Saúde - Inclui o direito à saúde de grupos específicos e eixos temáticos, equidade na saúde. Consulte os temas específicos.

Educação em saúde - Implica em desenvolver nas pessoas um sentido de responsabilidade, como individuo, membro de uma família e de uma comunidade, para com a saúde, tanto individual como coletivamente.

Epidemiologia - Compreende: epidemiologia das doenças transmissíveis por via sexual, respiratória, vertical e pelo sangue, veiculadas pela água, por alimentos e por vetores, infecções hospitalares e zoonoses; epidemiologia das doenças não transmissíveis de importância em saúde pública, como diabetes, pneumopatias obstrutivas, doenças cardiovasculares, reumáticas, degenerativas, neoplasias, hereditárias e congênitas, e epidemiologia dos agravos por causas externas; estudos epidemiológicos descritivos, analíticos, soropidemiológicos e moleculares; aplicações da epidemiologia nos serviços de saúde, no diagnóstico da situação em saúde, vigilância epidemiológica, estatísticas de saúde, estatísticas vitais (mortalidade e natalidade), demografia em saúde pública, características biológicas e socioeconômicas da população, dinâmica demográfica e políticas e programas demográficos com enfoque em saúde.

Mortalidade Infantil - Óbitos de menores de um ano em uma população. Inclui mortalidade neo-natal e mortalidade infantil tardia.

Nutrição da Criança - Inclui alimentação, estado nutricional, educação alimentar e outros aspectos relacionados ao desenvolvimento ou riscos à saúde da criança.

Nutrição e Alimentação em Saúde Pública - Compreende: necessidades e recomendações nutricionais, dieta - entendida como padrões, comportamento e hábitos alimentares, estado e avaliação nutricional, transtornos nutricionais _ obesidade e deficiências, nutrição de grupos de risco (idoso, materna etc.), epidemiologia nutricional, transição nutricional, fome, alimentação saudável e transtornos da alimentação, alimentos fortificados, enriquecidos, funcionais, análise, composição, higiene, contaminação, conservação e microbiologia dos alimentos, produção, demanda, consumo aproveitamento, perdas e desperdício de alimentos, educação alimentar e nutricional, informação nutricional, programas e políticas de nutrição e alimentação, segurança e vigilância alimentar e nutricional, legislação sobre alimentos.

Planejamento em Saúde - Processo que consiste em desenhar, executar, acompanhar e avaliar um conjunto de propostas de ação com vistas à intervenção sobre um determinado recorte de realidade. Trata-se também de um instrumento de racionalização das ações no setor de saúde, realizada por atores sociais, orientado por um propósito de manter ou modificar uma determinada situação de saúde.

Políticas, Planejamento e Administração em Saúde - Compreende: políticas de saúde sua formulação e estratégias, sistemas de saúde, SUS e seus princípios, sistemas locais de saúde (SILOS), sistema de saúde suplementar, reforma do setor saúde, funções essenciais da saúde pública; planejamento em saúde, prioridades, necessidades e demandas em saúde, cobertura dos serviços de saúde, programas e projetos de saúde; administração em saúde englobando administração em saúde pública, administração de serviços de saúde, gerência e gestão em saúde, recursos materiais em saúde, avaliação de programas, de serviços e de cuidados em saúde, recursos humanos em saúde, suas políticas e gestão, formação e capacitação, organização profissional e mercado de trabalho; economia da saúde em seus vários aspectos _ financiamento, gastos em saúde (com medicamentos, hospitalização etc.), custos e alocação de recursos.

Poluição Ambiental - Situação caracterizada pela presença no meio ambiente de um ou mais elementos nocivos, de tal forma combinados que, dependendo de suas características e duração, em maior ou menor grau causam um desequilíbrio ecológico e prejudicam a saúde e o bem estar do homem, prejudicando também a flora, a fauna e os materiais expostos aos seus efeitos (Material IV - Glosario de Protección Civil, OPAS, 1992).

Recursos Humanos em Saúde - Pessoas envolvidas em atividades no campo da saúde de um país, cuja função/papel é parte do sistema de saúde, envolvendo tanto o setor público quanto o privado (MS/OPAS). O tema refere-se à formação e capacitação de pessoal técnico especializado, necessário ao funcionamento do sistema público de saúde local, estadual e nacional, para as atividades de ação, regulação, controle e fiscalização, administração, gerenciamento e gestão, pesquisa, ensino e treinamento de pessoal.

Saneamento Básico - Compreende políticas e sistemas de saneamento básico em ambientes ou estabelecimentos.

Saúde do Adolescente - Compreende: crescimento e desenvolvimento, doenças e distúrbios emocionais prevalentes nesta faixa etária, no contexto da Saúde Pública. Com ênfase na sexualidade, aborda três perspectivas: amadurecimento biológico para reprodução; aspectos psico-emocionais envolvidos com o exercício da sexualidade; e riscos oriundos da prática sexual. Consulte também os temas Violência contra o Menor e Violência Doméstica, na área temática Saúde e Sociedade.

Saúde Ambiental - Refere-se ao controle de todos os processos, influências e fatores físicos, químicos e biológicos que exercem ou podem exercer, direta ou indiretamente, efeito significativo sobre a saúde e bem-estar físico e mental do homem e sua sociedade.

Saúde Bucal - Refere-se ao conjunto de condições biológicas e psicológicas que possibilita ao ser humano exercer funções como mastigação, deglutição e fonação e, também, tendo em vista a dimensão estética inerente à região anatômica, exercitar a auto-estima e relacionar-se socialmente sem inibição ou constrangimento. Compreende educação, levantamentos, serviços em saúde bucal, odontologia em saúde pública, serviços de odontologia escolar e odontologia ocupacional.

Saúde da Criança - Compreende: cuidados e serviços de atenção à saúde do lactente, criança e escolar, incluindo a atenção integral às doenças prevalente na infância (AIDPI).

Saúde da Família - Compreende o estado de saúde de uma família como unidade, incluindo o impacto causado pela saúde de um membro sobre a unidade e sobre cada um dos membros; inclui o impacto causado pela alteração ou não do estado de saúde de seus membros.

Saúde da Mulher - Compreende o atendimento integral à saúde da mulher em todas as faixas etárias, respeitando-a como cidadã e não apenas como responsável pela reprodução da espécie humana. Consulta também os temas Violência de Gênero e Violência Doméstica, na área temática Saúde e Sociedade.

Saúde do Idoso - Refere-se à saúde e bem-estar das pessoas de idade avançada e à prestação de cuidados de saúde adaptados aos problemas especiais dessas pessoas. A saúde na terceira idade depende, sobretudo dos cuidados no passado. Consulte também os temas Violência contra o Idoso e Violência Doméstica, na área temática Saúde e Sociedade

Saúde do Trabalhador - Compreende: promoção e manutenção do bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores em todas as ocupações; a prevenção entre os trabalhadores de doenças ocupacionais causadas por suas condições de trabalho; a proteção dos trabalhadores em seus labores, dos riscos resultantes de fatores adversos à saúde; a colocação e conservação dos trabalhadores nos ambientes ocupacionais adaptados a suas aptidões fisiológicas e psicológicas.

Saúde e Sociedade - Compreende: ciências sociais em saúde, antropologia da saúde e da doença, conhecimentos, atitudes e práticas em saúde; representação social da saúde, medicina tradicional, raças, etnias, gênero e religião, preconceito, história da saúde pública, movimentos sociais pela atenção à saúde, participação comunitária, direito à saúde e seus aspectos de equidade, iniquidade, acesso aos serviços de saúde, direito à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do idoso, do trabalhador, do portador de necessidades especiais e direito sanitário; ética e bioética, promoção e educação em saúde, espaços saudáveis (inclui cidades saudáveis), violência doméstica, de gênero, contra o menor, contra o idoso, violência urbana, acidentes e uso social de drogas (tabagismo, alcoolismo, drogas ilícitas e psicotrópicos) e doping nos esportes.

Saúde Materno-Infantil - Compreende: promoção e manutenção do bem-estar físico, mental e social de gestantes (incluindo cuidado pré-natal, assistência ao parto e humanização do parto), recém-nascidos e lactentes.

Saúde Mental - Refere-se ao estado de bem-estar no qual o indivíduo percebe as próprias habilidades, pode lidar com os estresses normais da vida, é capaz de trabalhar produtivamente e está apto a contribuir com sua comunidade. É mais do que ausência de doença mental. (WHO 2001). Compreende também os serviços e centros comunitários de saúde mental.

Serviço de Saúde - Inclui serviços classificados por eixos temáticos ou fases da vida. Para administração de serviços de saúde e equidade no acesso, consulte o tema específico.

Sistemas Locais de Saúde (SILOS) - Compreendem a articulação de todos os recursos existentes em uma zona, para sua melhor utilização, adequação à realidade local e sobretudo o estabelecimento de uma relação de mútua responsabilidade com a população adscrita.

Sistema Único de Saúde (SUS) - Sistema público de saúde brasileiro que engloba um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos ou instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta das fundações mantidas pelo poder público, incluídas as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde. (Lei 8080 de 19/set/1990 _ Lei Orgânica

da Saúde).

Vacinas - Compreende vigilância, controle, regulamentação e qualidade de suspensões de microorganismos atenuados ou mortos (bactérias, vírus, fungos, protozoários ou rickettsiae), ou de proteínas antigênicas deles derivadas, ou construções sintéticas, administradas para prevenção, abrandamento ou tratamento de doenças infecciosas ou outras.

Vigilância Sanitária - Compreende agrotóxicos, alimentos, cosméticos, derivados do tabaco, produtos para a saúde (sangue e hemoderivados, saneantes), medicamentos essenciais, genéricos, similares, fitoterápicos e homeopáticos; consumo, uso, qualidade e custos de medicamentos, controle de medicamentos e entorpecentes, vacinas, insumos e equipamentos críticos, serviços de saúde submetidos ao controle e fiscalização sanitária, regulação sanitária internacional (portos, aeroportos e fronteiras), vigilância sanitária de ambientes e legislação sanitária.

Violência - Inclui violência doméstica, de gênero, contra o menor, contra o idoso. Consulte temas específicos.

ANEXO C – CATEGORIAS TEMÁTICAS DA DECS

Acidentes de Trabalho
Acidentes de Trânsito
Cuidados de Enfermagem
Diabetes Mellitus
Diabetes Mellitus Tipo 1
Diabetes Mellitus Tipo 2
Doenças Cardiovasculares
Doença de Chagas
Doenças Infecto-Contagiosas
Dor
Dor Etiologia
Dor Facial
Drogas de Abuso
Economia da Saúde
Estado Nutricional
Estudo Epidemiológico
Financiamento de Saúde
Hemoglobina
Hepatite B
Hepatite Tóxica
Hipertensão
Hospital público
Medicina Social
Medicina Tradicional
Morbidade
Mortalidade
Osteoporose
Planos de Pré-Pagamento em Saúde
Portadores de Deficiência Visual
Pressão Arterial
Programa de Saúde
Promoção à Saúde
Prostituição
Psiquiatria/história
Saúde Ocupacional
Saúde Pública
Sistema de Saúde
Terapia Ocupacional
Vigilância Epidemiológica
Violência e Saúde

ANEXO D – ESCOPO DAS CATEGORIAS

Acidentes de Trabalho - Toda lesão corporal ou perturbação funcional que, no exercício ou por motivo do trabalho, resultar de causa externa, súbita, imprevista ou fortuita, determinando a morte do empregado ou a sua incapacidade para o trabalho, total ou parcial, permanente ou temporária.

Acidentes de Trânsito - Acidentes em ruas, estradas e rodovias envolvendo condutores, passageiros, pedestres ou veículos. Estes acidentes referem-se a automóveis (carros para passageiros, ônibus e caminhões), bicicletas e motocicletas, mas não veículos recreacionais a motor, ferrovias nem veículos para neve.

Cuidados de Enfermagem - Cuidados prestados ao paciente pela equipe de enfermagem.

Diabetes Mellitus - Grupo de transtornos heterogêneos caracterizados por hiperglicemia e intolerância à glicose.

Diabetes Mellitus Tipo 1 - Subtipo de DIABETES MELLITUS caracterizada por deficiência de INSULINA. Manifesta-se por um início repentino de intensa HIPERGLICEMIA, progressão rápida a CETOACIDOSE DIABÉTICA e MORTE, a menos que tratada com insulina. A doença pode ocorrer em qualquer idade, mas é mais comum durante a infância ou adolescência.

Diabetes Mellitus Tipo 2 - Subclasse de DIABETES MELLITUS que não é responsiva ou dependente de INSULINA (DMNID). Inicialmente, caracteriza-se por RESISTÊNCIA À INSULINA e HIPERINSULINEMIA e finalmente, por INTOLERÂNCIA À GLUCOSE, HIPERGLICEMIA e obviamente diabetes. O diabetes mellitus tipo 2 não é mais considerado uma doença encontrada exclusivamente em adultos. Os pacientes, raramente desenvolvem CETOSE, porém com frequência exibem OBESIDADE.

Doenças Cardiovasculares - Condições patológicas envolvendo o SISTEMA CARDIOVASCULAR, incluindo o CORAÇÃO, VASOS SANGÜÍNEOS ou PERICÁRDIO.

Doença de Chagas - Infecção com protozoário parasita TRYPANOSOMA CRUZI, uma forma de TRYPANOSSOMOSE endêmica nas Américas Central e do Sul. Foi denominada pelo médico brasileiro Carlos Chagas, que descobriu o parasita. A infecção pelo parasita (somente com resultado sorológico positivo) se diferencia das manifestações clínicas que se desenvolvem após alguns anos, como destruição dos GÂNGLIOS PARASSIMPÁTICOS, CARDIOMIOPATIA CHAGÁSICA e disfunção do ESOFÁGO ou CÓLON.

Doenças Infecto-Contagiosas - Doença causada por um agente infeccioso ou suas toxinas através da transmissão deste agente ou seus produtos, do reservatório ou de uma pessoa infectada ao hospedeiro suscetível, quer diretamente através de uma pessoa ou animal infectado quer indiretamente através de um hospedeiro intermediário vegetal ou animal, por meio de um vetor, ou através do meio ambiente inanimado

Dor - Sensação desagradável induzida por estímulos nocivos e geralmente recebidos por terminações nervosas especializadas.

Dor Etiologia - Usado com doenças para agentes causais, incluindo microorganismos, fatores ambientais e sociais, hábitos pessoais como fatores contribuintes.

Dor Facial - Dor na região facial, incluindo dor orofacial e craniofacial. Condições associadas incluem transtornos neoplásicos e inflamatórios locais, e síndromes neurálgicas envolvendo os nervos trigêmeo, facial e glossofaríngeo. As condições que se caracterizam por dor facial persistente ou recidivante como manifestação primária da doença são referidas por Síndromes da Dor Facial.

Drogas de Abuso - Drogas obtidas e freqüentemente fabricadas de modo ilegal, devido aos efeitos subjetivos que eles parecem produzir. São freqüentemente distribuídas nas áreas urbanas, sendo

também encontradas em áreas suburbanas e rurais; tendem a ser grosseiramente impuras e podem causar toxicidade inesperada.

Economia da Saúde - Ciência da utilização, distribuição e consumo de serviços e materiais

Estado Nutricional - Estado resultante do equilíbrio entre o consumo alimentar e o gasto energético do organismo. Relaciona-se ao estado de saúde do indivíduo e com a capacidade do organismo em utilizar adequadamente os nutrientes. (ENGSTROM 2002)

Estudo Epidemiológico – estuda o processo saúde-doença em populações humanas com o objetivo de prevenção e controle.

Financiamento da Saúde - Mecanismos relacionados à transferência de recursos financeiros a atividades de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Hemoglobina- Doença caracterizada por anemia hemolítica crônica, crises dolorosas episódicas e envolvimento patológico de vários órgãos. É a expressão clínica de homozigidade para hemoglobina S.

Hepatite B - INFLAMAÇÃO do FÍGADO em humanos causada por um membro do gênero ORTHOHEPADNAVIRUS, o VÍRUS DA HEPATITE B. É principalmente transmitida por exposição parenteral, como transfusão do sangue contaminado como de produtos sanguíneos , mas também pode ser transmitida por via sexual ou contato íntimo pessoal.

Hepatite Tóxica - INFLAMAÇÃO DO FÍGADO devido a toxicidade hepatocelular causada por drogas metabólicas e químicos do ambiente.

Hipertensão - PRESSÃO ARTERIAL sistêmica persistentemente alta. Com base em múltiplas leituras (DETERMINAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL), a hipertensão, atualmente é definida como aquela quando a PRESSÃO SISTÓLICA é consistentemente maior que 140 mm Hg ou quando a PRESSÃO DIASTÓLICA é de 90 mm Hg ou superior.

Hospital público - Serviço hospitalar responsável pela circulação de pacientes e pelos processos de admissão, alta, transferências e outros procedimentos a serem cumpridos no caso de morte do paciente.

Medicina Social - Ramo da medicina voltado para o papel de fatores sócioambientais na ocorrência, prevenção e tratamento de doenças.

Morbidade - Usado com doenças humanas e animais para a sua distribuição, fatores causais e características em populações definidas. Inclui incidência, frequência, prevalência, surtos endêmicos e epidêmicos e levantamentos ou estimativas de morbidade em áreas geográficas e populações específicas. Usado também com descritores geográficos para a localização de aspectos epidemiológicos de uma doença. Exclui mortalidade para o qual existe qualificador específico.

Mortalidade - Óbitos por acidentes de trabalho em determinado espaço geográfico, no ano considerado. O indicador é dado pelo número de óbitos por acidentes de trabalho, por 100 mil trabalhadores segurados, e baseia-se exclusivamente em informações da Previdência Social, não incluindo, portanto, os militares, os servidores públicos e os trabalhadores informais. (DataSUS)

Osteoporose - A redução de massa óssea sem alteração da composição do osso, levando a fraturas. Osteoporose primária pode ser de dois tipos: osteoporose após a menopausa (OSTEOPOROSE PÓS-MENOPAUSA) e osteoporose relacionada à idade ou senil.

Planos de Pré-Pagamento em Saúde - Contratos entre um segurado e um único subscritor, ou um grupo, pelos quais um conjunto específico de benefícios de saúde é fornecido em troca de um prêmio de seguro periódico

Portadores de Deficiência Visual - Pessoas com perda de visão tal que há um impacto em suas atividades de vida diárias.

Pressão Arterial - PRESSÃO do SANGUE nas ARTÉRIAS e de outros VASOS SANGÜNEOS.

Programa de Saúde - Atividade sistemática para a designação de recursos, dentro dos limites dos interesses da coletividade, para melhorar a situação nutricional, auxiliando a alcançar seu ótimo funcionamento social. (GOUVEIA 1999).

Promoção à Saúde - Promoção da saúde é o processo de capacitação do indivíduo em melhorar e controlar sua saúde. Para alcançar o estado de completo bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar aspirações, satisfazer necessidades e mudar ou lidar com seu ambiente. Saúde é vista, portanto, como um meio de vida e não um objetivo. Política de promoção de saúde envolve abordagens diversas, mas complementares, levando em conta as diferenças sociais, culturais e econômicas de cada país. (Ottawa Charter 1986)

Prostituição - Prática de entregar-se a relações sexuais por dinheiro.

Psiquiatria/história - A ciência médica que estuda a origem, o diagnóstico, a prevenção e o tratamento dos transtornos mentais em indivíduos de 13 a 18 anos de idade. Usado para aspectos históricos de um assunto. Inclui notas históricas breves, exclui histórias de casos.

Saúde Ocupacional - Promoção e manutenção no mais alto grau do bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores em todas as ocupações; a prevenção entre os trabalhadores de doenças ocupacionais causadas por suas condições de trabalho; a proteção dos trabalhadores em seus labores, dos riscos resultantes de fatores adversos à saúde; a colocação e conservação dos trabalhadores nos ambientes ocupacionais adaptados a suas aptidões fisiológicas e psicológicas

Saúde Pública - Ramo da medicina voltado para a prevenção e o controle de doenças e deficiências, e para a promoção da saúde física e mental da população tanto nos níveis internacional e nacional, como no estadual ou municipal.

Sistema de Saúde - Rede de serviços cujo objetivo é proporcionar um ótimo nível de saúde às pessoas, proteger dos riscos de adoecer, satisfazer as necessidades individuais de saúde e distribuir de forma equitativa o nível de saúde. As funções dos sistemas de saúde compreendem a prestação de serviços, o financiamento, a geração de recursos, a supervisão e a regulação.(OPS, 2003)

Terapia Ocupacional - Uma área do conhecimento, voltada aos estudos, à prevenção e ao tratamento de indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psico-motoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, através da sistematização e utilização da atividade humana como base de desenvolvimento de projetos terapêuticos específicos. (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Brasil - [http://www.coffito.org.br/textos.asp?id=Terapia Ocupacional Definição](http://www.coffito.org.br/textos.asp?id=Terapia%20Ocupacional%20Definição))

Vigilância Epidemiológica - Conjunto de ações que permite reunir a informação indispensável para conhecer o comportamento ou a história natural das doenças, bem como detectar ou prever alterações de seus fatores condicionantes, com o fim de recomendar as medidas indicadas e eficientes que levem à prevenção e ao controle de determinados agravos.

Violência e Saúde - Comportamento agressivo individual ou grupal que não é aceitável socialmente, turbulento e muitas vezes destrutivo. Ele é precipitado por frustrações, hostilidade, preconceito, etc.

ANEXO E – TEMÁTICAS DA BVS

TEMAS	1974-79 %		1980-89 %		1990-99 %		2000-08 %	
Administração em Saúde Pública	0	0	2	3,9	0	0	0	0
Ambiente e Saúde	1	2,0	3	5,9	0	0	1	1,0
Atenção à Saúde	12	23,5	7	13,7	6	27,3	5	5,0
Ciência e Tecnologia em Saúde	2	3,9	0	0,0	0	0,0	0	0
Comunicação e Divulgação em Saúde	1	2,0	2	3,9	1	4,5	0	0
Direito à Saúde	1	2,0	1	2,0	1	4,5	0	0
Educação em saúde	0	0	0	0	0	0	1	1,0
Epidemiologia	5	9,8	23	45,1	3	13,6	19	18,8
Mortalidade Infantil	0	0	2	3,9	0	0	0	0
Nutrição da Criança	0	0	0	0	0	0	1	1,0
Nutrição e Alimentação em Saúde Pública	0	0	0	0	2	9,1	1	1,0
Planejamento em Saúde	2	3,9	1	2,0	0	0	0	0
Políticas, Planejamento e Administração em Saúde	13	25,5	3	5,9	1	4,5	3	3,0
Políticas de Saúde	3	5,9	1	2,0	0	0,0	0	0
Poluição Ambiental	0	0	0	0	1	4,5	0	0
Recursos Humanos em Saúde	0	0	1	2,0	0	0	1	1,0
Saneamento Básico	0	0	0	0	0	0	2	2,0
Saúde do Adolescente	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde Ambiental	0	0	0	0	0	0	3	3,0
Saúde Bucal	1	2,0	0	0	0	0	5	5
Saúde da Criança	0	0	0	0	0	0	1	1,0
Saúde da Família	0	0	0	0	0	0	1	1,0
Saúde do Idoso	0	0	0	0	1	4,5	6	5,9
Saúde do Trabalhador	1	2,0	0	0	0	0	8	7,9
Saúde e Sociedade	6	12	0	0	2	9,1	5	5,0
Saúde da Mulher	0	0	0	0	0	0	2	2,0
Saúde Materno-Infantil	0	0	1	2,0	0	0	8	7,9
Saúde Mental	1	2,0	1	2,0	0	0	7	6,9
Serviço de Saúde	0	0	0	0	0	0	3	3,0
Sistemas Locais de Saúde	0	0	0	0	2	9,1	0	0
Sistema Único de Saúde (SUS)	0	0	0	0	0	0	5	5,0
Vacinas	0	0	0	0	0	0	1	1,0
Vigilância Sanitária	2	3,9	3	5,9	2	9,1	10	9,9
Violência	0	0	0	0	0	0	1	1,0
Violência Urbana	1	2,0	1	2,0	1	4,5	1	1,0
TOTAL	51	100	51	100	22	100	101	100

TEMAS	1974-79 %		1980-89 %		1990-99 %		2000-08 %	
Vigilância Epidemiológica	0	0	0	0	1	50	1	2,6
Violência e Saúde	0	0	0	0	0	0	1	2,6
TOTAL	1	100	7	100	2	100	39	100